

2022

ILHA DE SANTA CATARINA 1730 a 1930

Evangelizar para conquistar almas,
urbanizar para conquistar territórios

Milton Luz da Conceição

Milton Luz da Conceição

ILHA DE SANTA CATARINA

1730 A 1930

**EVANGELIZAR PARA CONQUISTAR ALMAS, URBANIZAR PARA
CONQUISTAR TERRITÓRIOS**

EDITORA PASCAL

2022

2022 - Copyright© da Editora Pascal

Editor Chefe: Dr. Patrício Moreira de Araújo Filho
Edição e Diagramação: Eduardo Mendonça Pinheiro
Edição de Arte: Marcos Clyver dos Santos Oliveira
Bibliotecária: Rayssa Cristhália Viana da Silva – CRB-13/904
Revisão: Tatiana Mendes Bacellar

Conselho Editorial

Dr. Diogo Gualhardo Neves
Dr. Gabriel Nava Lima
Dr. José Ribamar Neres Costa
Dr. Raimundo Luna Neres
Dr. Raimundo J. Barbosa Brandão
M.Sc. Eduardo Oliveira Pereira

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

C744

Conceição, Milton Luz da

Ilha de Santa Catarina – 1730 a 1930: evangelizar para conquistar almas, urbanizar para conquistar territórios / Milton Luz da Conceição. — São Luís: Editora Pascal, 2022.

96 f. ; il.:

Formato: PDF

Modo de acesso: World Wide Web

ISBN: 978-65-86707-90-8

D.O.I.: 10.29327/559830

1. Santa Catarina. 2. Histografia. 3. Transformação Urbana. 4. Pesquisa. I. Conceição, Milton Luz da. II. Título

CDD: 2-766:911.375.1(816.4)"17/19"

Qualquer parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os meios empregados: eletrônicos, mecânicos, fotográficos, gravação ou quaisquer outros, desde que seja citado o autor.

2022

www.editorapascal.com.br

AUTOR

Milton Luz da Conceição

Graduado em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade Federal de Santa Catarina (1998), Master em Desenvolvimento de Cidades do Terceiro Mundo pela Universidade Politécnica de Madri (2001) e Doutor (*sobressaliente cum laude*) em Geografia e História pela Universidade Complutense de Madri (2004).



Atualmente, é professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, lecionando a disciplina Teoria e História da Arquitetura e do Urbanismo, desde o ano de 2008.

É ainda professor colaborador do POSARQ – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da UFSC, orientando pós-graduandos.

APRESENTAÇÃO

Com o intuito de contribuir para a historiografia catarinense com respeito a participação da instituição Igreja Católica no processo de colonização e urbanização da colônia Brasil com foco especial na estratégica ilha de Santa Catarina é que apresentamos: Ilha de Santa Catarina 1730 a 1930. Evangelizar para conquistar almas, Urbanizar pra conquistar territórios.

Este estudo não tem a intenção de esgotar o assunto, muito pelo contrário, apenas acrescentar um grão de areia a um tema que em nossa visão é explorado de maneira parcial e oblíqua.

Dentro desta ótica tentamos demonstrar que a participação da Igreja Católica na organização da vida urbana da ilha de Santa Catarina neste período de 1730 a 1930, não se resume apenas ao aspecto religioso e doutrinário como é vista pela população desde a configuração dos primeiros núcleos até primórdios do século XX. Na realidade esta participação vai muito além disso.

A participação está baseada no modelo de colonização/evangelização da Igreja/Estado que marca desde os primeiros dias a presença da Igreja e seus reflexos sobre o território. Assim, a Igreja e sua relação com as atividades econômicas se incorporam despercebidamente com grande facilidade a cultura local, visto que a participação da Igreja em diversos setores da economia tem a conivência da sociedade que enxerga suas atividades empresariais como se fossem completamente distintas da função evangélica.

O importante papel desta instituição como agente de transformação no território em estudo está intrinsecamente conectado com atividades comerciais e participação na gestão do estado colonial através do Padroado Régio que une Igreja e Estado. Assim se justifica sua presença desde a implantação dos primeiros núcleos sob a ótica do urbanismo jesuíta, sua participação na vinda de imigrantes açorianos, na construção de fortificações sempre associadas a edificação de igrejas, na construção do porto e na influência sobre o comércio cruzando todo o Período Colonial, o Período Imperial até a Proclamação da República do Brasil quando Igreja e Estado se separam deixando para a primeira todo o patrimônio imobiliário usado anteriormente com as funções de Estado.

Com esta nova visão da instituição é que se propõe este trabalho, sem a intenção de uma nostalgia estática, negando o presente, mas sim de resgatar a vivência cotidiana calcada em nossas raízes históricas, urbanas, e ambientais e que nos remeta a uma nova opção de prosperidade. Assim tentamos ver sob um outro prisma nossas origens culturais, econômicas e sociais.

Milton Luz da Conceição

Professor do Departamento de Arquitetura e Urbanismo - UFSC

SUMÁRIO

AUTOR.....	4
APRESENTAÇÃO.....	5
INTRODUÇÃO	7
1. Introdução	8
2. Igreja/Estado no Brasil Colonial e Imperial.....	13
3. A Igreja Católica na Colonização e Urbanização do Brasil.....	24
A ILHA DE SANTA CATARINA DE 1730 A 1830	36
4. A Costa Sul-Atlântica Meridional da América	37
5. Catolicismo e Desenvolvimento Urbano da ilha de Santa Catarina ..	45
6. Evangelizar para conquistar almas, urbanizar para conquistar ter- ritórios	49
7. As sentinelas da ilha.....	53
8. Espanhóis X Portugueses: Desterro e Olivença, cidades irmãs ..	59
A ILHA DE SANTA CATARINA DE 1830 A 1930	70
9. O Porto de Desterro.....	71
10. Ilha de Santa Catarina ingresso na modernidade	81
CONCLUSÃO	88
11. Conclusão	89
REFERÊNCIAS.....	93

PLANO DA ILHA PORTO
DE S.^{ta} CATARINA
na America
J. J. P.



INTRODUÇÃO

1. Introdução

Apresentamos para a historiografia da ilha de Santa Catarina, no que diz respeito à sua evolução, uma visão através de um dos agentes de transformação urbana atuante sobre este território desde os primórdios.

As dezenas de investigadores que percorrem diariamente os arquivos, bibliotecas, e outras bases de dados disponíveis em todo o mundo, o fazem quase sempre movidos por inquietudes intelectuais e pela necessidade de uma constante atualização, que uma sociedade globalizada e competitiva exige dos profissionais dos mais diversos setores.

Assim, temos também através deste trabalho, a intenção de acrescentar um grão de areia a este tema, que está ainda distante de consensos ou de esgotamento.

O agente de transformação urbana que aqui apresentamos é a Igreja Católica como instituição. Tentamos refazer um passo a passo, desde a sua chegada junto ao Padroado Régio Português, formando um binômio Igreja/Estado até a entrada da ilha no período da modernidade.

O jornal mais importante da cidade de Florianópolis relata a descoberta por meio da análise de um pedaço de carvão, da presença humana na ilha de Santa Catarina há 5.020 anos. Tal descoberta, do arqueólogo Marco Aurélio Nadal de Masi, tem o aval da North American University of Stanford.

“É o registro humano mais antigo já verificado em 450 km do litoral do Estado de Santa Catarina” (SCARDUELLI, 1999).

Esta notícia pode, em princípio, não ter relação com este trabalho, mas intriga uma pergunta: qual é a singularidade deste território, que desde os primeiros homens foi escolhido como lar? A resposta parece estar na conjunção de dois fatores:

1. Sua situação física e geográfica, que lhe confere segurança, além de sua posição estratégica em relação ao litoral.
2. A abundância de água e comida.

A situação estratégica desta ilha é lembrada pelo “Paulista”¹⁸ “Dias Velho”, que lá se fixou, quando chegou com a missão de ocupar o litoral sul do Brasil.

A principal prioridade dos governantes portugueses, como de qualquer pequeno país, sempre foi preservar a sua independência, face a dos vizinhos mais fortes. De Aljubarrota à invasão de Junot, passando pela União Ibérica, as sombras castelhanas e francesas sempre ameaçaram o seu território original. A expansão ultramarina pode ser vista como uma resposta a essas ameaças, marcada por sucessivos momentos de ascensão e dissidência de domínios nos continentes africano, asiático e americano. Portugal, após a desintegração da União Ibérica e sua restauração territorial, quando se separou da coroa espanhola (1640), interessou-se pela região do Rio da Prata, que era, então, o acesso mais fácil às riquezas da prata peruana. Nesta ocupação, os conflitos com a Espanha são

¹⁸ “Paulista”: brasileiro natural do Estado de “São Paulo”.



inevitáveis. Outro fator que leva à ocupação do sul é o interesse dos paulistas pela pecuária gaúcha¹⁹, abundante nas planícies platinadas.

Esses dois objetivos da Metrópole e dos “Paulistas” se complementavam, e em meados do século XVII, além de “Nossa Senhora do Desterro”²⁰, os núcleos de “Nossa Senhora da Laguna” e “São Francisco do Sul” também foram fundadas no litoral de “Santa Catarina”, 100 km ao sul e 100 km ao norte de “Desterro”, respectivamente.

“Desterro” e “Laguna” cumprem seu papel de forma destacada. A primeira como base militar e abastecimento das tropas que exploram sua posição estratégica privilegiada e a segunda como porto de exportação de gado para “São Paulo”.

Esta posição estratégica da ilha também atrai repetidos ataques de outras nações e piratas. No final do século XVII, o povoado de “Desterro” é completamente destruído e incendiado por piratas holandeses.

A cidade permanece abandonada alguns anos, mas a sua importância a “ressuscita” e já em 1714 a cidade é reconstruída. Nesta reconstrução, destaca-se o sistema triangular de defesa idealizado pelo engenheiro militar e primeiro governador da “Capitania de Santa Catarina”, o “Brigadeiro José da Silva Paes”. Tal sistema era constituído pelas fortalezas de “São José da Ponta Grossa” e “São Caetano”, ao norte da ilha, entre as praias de “Forte” e “Jurerê” a 25 km de “Florianópolis”. A fortaleza de “Santa Cruz de Anhatomirim” e “Santo Antônio de Ratonés”, ambas localizadas em pequenas ilhas da baía norte, complementavam o triângulo norte.²¹

A entrada pela baía sul era protegida pelas fortalezas de “Santa Cruz de Araçatuba”, “Santo Antônio de Naufragados”. O centro do povoado, a poente, também era protegido por outro sistema de duas fortalezas, “Santana” e “Santa Bárbara”. Este sistema de defesa falhou completamente com a invasão espanhola de 1777.

Tais fatos fazem crescer a importância estratégica deste local, e do ponto de vista econômico, ocasionaram sua integração com a economia colonial.

Com base no exposto, julgamos necessária uma investigação mais aprofundada de todas as estruturas de poder, que sentindo a importância da localização espacial deste território, para ali se deslocarem e garantirem presença.

Dentre essas estruturas de poder, identificamos a importância da Igreja Católica, como Instituição presente desde os primeiros momentos até os dias atuais, representada na figura dos dois jesuítas que ali chegaram junto com o paulista Dias Velho. Tal presença é de vital importância para o desenvolvimento urbano deste território.

A investigação da participação desta Instituição neste desenvolvimento ganha maior importância quando olhamos do ponto de vista da população nativa. Assim, surge a face mais dura e impessoal dessas estruturas e sua posição na condução manipulada das questões culturais, na divisão do solo urbano, em seu conluio, ora com uma, ora com outra

19 “Gaúcho”: brasileiro natural do Estado de “Rio Grande do Sul”.

20 “Nossa Senhora do Desterro”: é o primeiro nome dado ao povoado que dará origem a Florianópolis.

21 Mais coisas a respeito em <http://www.fortalezasmultimedia.ufsc.br/>

classe social, sempre tendo como objetivo seu interesse. A soma de todos esses fatores, ao longo do tempo, marcou a estruturação do espaço urbano. Essas “marcas” são a história viva da Ilha.

Consideramos que a investigação da ocupação espacial e da evolução urbana de uma cidade ou região, é elemento fundamental para a construção de um diagnóstico quanto às possibilidades de evolução econômica e social dela.

Assim, surge a necessidade de realizar um estudo aprofundado de suas origens com a consequente recuperação dos valores abstratos que a compõem. Com essa perspectiva, propõe-se este trabalho, sem a pretensão de uma nostalgia estática, de negação do presente, mas sim de resgatar o sentido da experiência cotidiana traçado em nossas raízes históricas, urbanas e ambientais, para que nos remeta a uma nova opção de prosperidade. Esta pesquisa tem como objetivo apresentar uma nova visão sobre as origens culturais e econômicas da região vista pelos olhos do povo e futuramente ser material de referência.

Visto isto, reunimos nossos conhecimentos técnicos e científicos para propor a investigação que tem no Arquivo Público do Estado de Santa Catarina. Talvez a sua principal fonte de informações primárias, investigação esta que pretende estudar os diversos agentes de geração e transformação urbana na ilha de Santa Catarina, dando enfoque especial a Igreja Católica como um de estes agentes. O enfoque teórico que pretendemos dar a investigação vamos buscar em Soja:

“espacializar a narrativa histórica” (SOJA, 1989)

Utilizando o que ele mesmo chama de “materialismo histórico e geográfico” numa tríplice dialética do espaço, do tempo, e do ser social, ou seja, uma:

“re teorização transformativa das relações entre História, Geografia e Modernidade” (SOJA, 1989)

ou como tomamos a Maria Adélia de Souza e autores:

“se a história incorporava (ou incorpora) uma Geografia morta, imóvel em sua análise e hoje a Geografia Humana incorpora uma História dinâmica da explicação do mundo contemporâneo” (SANTOS; SOUZA; SILVEIRA, 1998).

Acreditamos que o estudo dos agentes de transformação urbana devem ser objeto de análise científica tendo em conta que a evolução das grandes cidades não constitui um conjunto de dados aleatórios que se somam por acaso. Segundo Reis Filho:

“estes dados são na realidade produto de um processo de origem social, que é o processo de urbanização. Estes diversos agentes interveem neste processo mediante diversas formas de poder” (REIS FILHO, 1968).

Esta análise exige um conhecimento do sistema social do Brasil em suas três estruturas: O Estado Colonial, O Estado Imperial, e o Estado Republicano. Exige também um aprofundamento da história da Igreja Católica no Brasil, através de um trabalho de reconstrução histórica, que permita determinar os mecanismos das intervenções ocorridas



neste processo de urbanização. Com isto, tentamos contribuir com o conhecimento das particularidades da evolução urbana da ilha de Santa Catarina, cujas análises feitas até este momento, apontam algumas omissões fundamentais. Uma destas omissões é exatamente não apresentar a instituição Igreja Católica entre os agentes de transformação social e espacial da ilha de Santa Catarina e de seu núcleo central, a cidade de Florianópolis, apesar dos fortes indícios desta presença, dos quais apresentamos os seguintes pontos:

1. Os estudos existentes quando falam do Estado como agente de transformação urbana nas estruturas do Estado Colonial e do Estado Imperial omitem que a Igreja Católica era parte integrante do Estado e que atuava nos núcleos urbanos em níveis estatais tão diversos como a saúde, a educação, os registros públicos etc. ao mesmo tempo em que se consolidava como grande proprietária de fazendas, áreas urbanas, engenhos e negócios de importação e exportação.
2. As investigações nos diversos documentos e nos registros das propriedades disponíveis nos cartórios apontam uma preponderância patrimonial urbana da Igreja Católica, que só por isto, já deveria ser investigada como principal agente de transformação urbana.
3. Os tipos de explicações existentes parecem insuficientes para compreender a formação de tão grande patrimônio e suas posteriores mudanças de uso.
4. Os autores que se ocupam da presença da Igreja Católica na ilha de Santa Catarina se preocupam apenas com seu aspecto religioso e doutrinário.

Assim, julgamos que este tema comporta uma investigação mais ampla, e que o material obtido deve ser submetido a um tratamento metodológico, capaz de esclarecer estas questões, sem esquecer de proceder um amplo levantamento de dados de caráter histórico e geográfico, e um aprofundamento dos aspectos teóricos.

Evangelizar para dominar as almas e urbanizar para dominar o território, sob esta determinação a Igreja Católica chega à ilha de Santa Catarina unida com o Estado Português em função do Padroado Régio que fundia estas duas instituições. Este binômio Igreja/Estado vai dominar o Brasil nas duas primeiras fases da sua história: o Brasil Colonial e o Brasil Imperial. Durante estas duas estruturas a fusão e confusão entre Igreja e Estado faz com que a primeira se aproprie de um grande patrimônio imobiliário além de envolver-se com outras atividades empresariais.

No início da terceira estrutura do Estado Brasileiro, o "Brasil República" a Igreja Católica se separa definitivamente do Estado. Porém sua posição de instituição mais importante do país, por debaixo somente do Estado já estava consolidada, e isto faz com que consiga manter seus privilégios. Esta etapa coincide com a chamada 'modernização' da Igreja Católica, que adota a burocracia como forma administrativa (SERPA, 1997). A burocracia como forma administrativa muda as relações entre a instituição e a sociedade tomando estas relações impessoais, o que facilita a entrada da Igreja na economia capitalista moderna, atuando como empresa. Mas, vista desde os olhos do povo a Igreja segue sendo uma instituição preocupada com a caridade e os problemas sociais, já que a sabedoria popular sabe bem separar a atuação da Igreja como instituição do clero como indivíduos. Esta separação facilita o nascimento de duas "Igrejas Católicas" no Brasil, uma



reacionária e outra conservadora, conectada a atividades empresariais e representada por cardeais perfumados e outra flexível, conectada com os problemas sociais do país e representada por padres e bispos com franca vocação pastoral. Este duplo comportamento cria uma divisão entre alto e baixo do clero, apontado por Carlos Fuentes (2000).

Tentando registrar em cada etapa do desenvolvimento urbano da ilha de Santa Catarina a influência da Igreja Católica, procuramos captar as condições concretas através da ação dos agentes transformadores e seus significados neste processo. As investigações nos indicam que não houve urbanização na ilha nos primeiros anos, quando este território foi usado somente como base territorial de um apoio militarizado de defesa da costa do Brasil e avançou sobre territórios mais ao sul, com a única intenção de proteger uma política de colonização baseada em uma economia de extração e exploração de riquezas naturais.

Com a implantação do sistema de “capitanias hereditárias” e o estabelecimento de uma agricultura regular, Portugal inicia uma nova forma de colonização, passando o Brasil a constituir uma retaguarda agrícola para o mercado europeu. A este mercado enviava produtos agrícolas de baixo preço e em troca recebia produtos manufaturados. Este comércio entre Brasil e Europa, significa a transferência ao exterior dos efeitos dinâmicos desta agricultura sobre a economia local, efeitos estes que são principalmente: o aumento da oferta e da procura e o aumento do índice de urbanização.

Assim, o Brasil se transformou em uma grande unidade agrícola dedicada a monocultura e movida a trabalho escravo. Os grandes lucros gerados por este sistema atrairiam todos os capitais disponíveis. Os grandes fazendeiros eram vistos como “os portugueses no Brasil”, e viam nossos núcleos urbanos com vínculos na estrutura europeia, frequentavam estes núcleos só esporadicamente com o único objetivo de manter a coesão local. Neste contexto começa a atuação da Igreja Católica como empresa no Brasil. Sua condição de grande proprietária de terras e capital, faz com que assuma desde logo a posição de líder neste sistema econômico, tanto na exportação de produtos agrícolas como no tráfico de escravos africanos. A expansão deste sistema vai elevar a ocupação da ilha de Santa Catarina com imigrantes, açorianos e madeirenses na metade do século XVI. Porém, a grande demanda e a acumulação de riquezas não implicam em qualquer transformação qualitativa ou qualquer mudança de caráter estrutural. Assim, quando o mercado internacional começa a tomar-se desfavorável, o sistema não se desorganiza, mas começa uma lenta decadência.

Com a imigração açoriana e madeirense é que começa de fato a urbanização na ilha de Santa Catarina. Este processo está baseado no modelo de colonização/evangelização da Igreja/Estado que marca desde os primeiros dias a presença da Igreja e seus reflexos sobre o território. Assim, a Igreja e sua relação com as atividades econômicas se incorporam despercebidamente com grande facilidade da cultura local. A população encara esta relação com grande naturalidade, visto que a participação da Igreja em diversos setores da economia tem a conivência da sociedade como um todo, separando o aspecto “religioso” e “doutrinário” das atividades empresariais como se fossem duas coisas completamente distintas, sem nenhuma conexão.

O importante papel desta instituição como agente de transformação no território em estudo, ganha um aspecto mais polêmico quando verificamos que sua preponderância patrimonial, principalmente no setor imobiliário, que tem origem pública e estava destinada



ao uso público. Baseamos esta afirmação no seguinte raciocínio:

1. Como já visto Igreja e Estado repartiram muito tempo às funções públicas, ficando nas mãos da Igreja as Áreas de Saúde, educação e registros públicos. Estas funções tinham um reflexo sobre o território, materializado nos espaços físicos utilizados para estas atividades. Com a separação da Igreja do Estado, a primeira se apropria de todo este patrimônio público.
2. A Igreja adquire grande patrimônio com as esmolas e doações da população. Essas esmolas e doações eram sempre solicitadas a população e aos órgãos públicos sob o pretexto de "solidariedade e caridade" e sua concessão estava vinculada a causas sociais e para uso público.

Porém a transformação do regime jurídico destas propriedades, que passam de estatal e pública para liberal, privada e individual é também imprescindível para a transformação da sociedade em uma sociedade de classes, dando a Igreja total autonomia sobre a gestão de seus bens.

Esta participação da Igreja na evolução urbana da ilha, como grande proprietária de solo urbano, é marcada pelos planos urbanísticos da administração pública. Estes planos se baseiam nas teorias do movimento moderno e da cidade funcional dos anos cinquenta do sec. XX, e suas propostas de um urbanismo neoconservador, que estabelece um pacto entre administração pública e os interesses privados, são assunto para outra investigação.

Tendo em conta o grande material que vamos encontrando a respeito do tema, seguimos tentando demonstrar a participação da Igreja Católica na organização da vida urbana da ilha de Santa Catarina neste período de 1730 a 1930.

A partir da configuração dos primeiros núcleos na ilha até a situação de primórdios do século XX, o que temos é o produto de todas as épocas anteriores, das condicionantes históricas precedentes, e da atuação dos agentes do processo de evolução urbana.

2. Igreja/Estado no Brasil Colonial e Imperial

Diante da necessidade de construir os conceitos para pensar as bases da presença da Igreja Católica no Brasil, formando o binário Igreja/Estado, tomaremos como referencial teórico Louis Althusser (ALTHUSSER, 1978).

De maneira formal, começaremos definindo o Estado como uma "máquina" de repressão que permite às classes dominantes assegurar sua dominação de exploração sobre as classes dominadas. O Estado é definido pelo "Aparelho de Estado" como uma força de imposição e intervenção repressiva, num grupo que inclui o Chefe de Estado, o Governo e a Administração. O objetivo principal de todo este conjunto é sempre o "Poder do Estado", que é diferente do "Aparelho de Estado". Em resumo queremos dizer que: O "Aparelho do Estado" pode permanecer intacto, mesmo que o "Poder do Estado" mude de mãos.



Em um aprofundamento teórico, apresentaremos o conceito de “Aparelho Ideológico de Estado” que é diferente dos dois conceitos anteriores. O “Aparelho de Estado” é único, pertence ao domínio público e é composto pelo governo, pela administração, pelo exército, pelas prisões etc. e sempre funciona através da violência em situações extremas, violência ora física, ora não física, como a violência fiscal por exemplo. O “Aparelho Ideológico do Estado” é plural, pertence ao domínio privado dos indivíduos, e atua principalmente por meio da ideologia, a violência é utilizada de forma disfarçada (penitências, punições). Os “Aparelhos Ideológicos do Estado” mais conhecidos são: O religioso (as diferentes igrejas), a escola, o familiar, o sindicato etc.

Para exercer o “Poder de Estado” de forma sólida e por muito tempo é necessário dominar igualmente o “Aparelho de Estado” e o “Aparelho Ideológico de Estado”. A unidade do “Aparelho de Estado” é garantida pela sua organização. A unidade dos vários “Aparelhos Ideológicos de Estado” é garantida pela ideologia dominante, ou seja, a ideologia da classe dominante.

Na Península Ibérica em meados do século XVI, existia uma formação social com um modo de produção “servil” ou “feudal”; e, além da existência de um “Aparelho de Estado” repressivo, semelhante ao de hoje, o “Aparelho Ideológico de Estado” dominante era o religioso e a ideologia da Igreja Católica.

Este “Dispositivo Ideológico” acumulava então muitas funções hoje distribuídas entre outros “Dispositivos Ideológicos”, por exemplo funções escolares e culturais.

Ao lado da Igreja ficava o “Aparelho Ideológico da Família”. Mas, a Igreja e a Família, não foram os únicos “Aparelhos Ideológicos” aos quais o Político foi acrescentado²². Neste período histórico pré-capitalista na península, a Igreja torna-se tão forte que em determinado momento chega a mesclar suas funções com as funções administrativas e militares do Aparelho de Estado, mistura que tem sua expressão máxima no “Padroado Régio”²³ e Portugal. Com base nisso, nos séculos XVII e XVIII foi travada uma intensa luta para diminuir o poder desse “Aparelho Ideológica de Estado”, surge daí a formação de um clero laico, o confisco de bens da Igreja e outras ações que visavam também transferir o “Poder do Estado” da aristocracia feudal para a burguesia capitalista-comercial.

A partir daí, o “Aparelho Ideológico do Estado” que assume as funções dominantes é a “Escola”, que ocupa o lugar da Igreja junto com a Família, até hoje. Assim, entendemos que as relações de dominação, em uma formação social, são realizadas por meio do “Aparelho Ideológico do Estado”. Mesmo, segundo Althusser (1978), em uma sociedade capitalista madura, as instituições sob o controle do Estado atuam no sentido de reproduzir, por meio da “ideologia”, as relações vigentes. Atualmente, o papel mais significativo é desempenhado pela propaganda, ou seja, o “Aparelho Ideológico da Informação”, uma vez que a divulgação de “ideias” indiretamente, através dos demais “Aparelhos Ideológicos”, têm efeitos de médio a longo prazo, incompatíveis com a velocidade da sociedade atual.

22 Os Estados Gerais, as diversas Ordens Militares e as Ligas Políticas ancestrais dos “partidos políticos” etc.

23 O “Padroado Régio” é a origem fundamental da mistura de poder civil e poder religioso no Brasil, pois conferia à Coroa o direito ao “consentimento”, o que garantia a interferência da autoridade civil na nomeação dos bispos. Essa interpenetração entre Igreja e Estado significava, na prática, que as questões religiosas eram frequentemente tratadas como meramente políticas, enquanto a religião era usada para fins políticos pelo Estado. Esta situação gerou um regime Teocrático, em que o Estado Civil prevalecia sobre a Igreja e onde a Hierarquia Católica se contentava com um papel menor de aceitação mais ou menos pacífica da autoridade civil e dos costumes do povo, em troca de uma certa participação no poder.



A “ideologia” segundo Marx (1978) é uma “falsa consciência”, e a crítica da “ideologia” é feita através do “discurso crítico”, que desmascara essa “falsa consciência” (VOLPATO DUTRA, 2000).

A sociedade em qualquer tempo e espaço é representada por seus membros e por um conjunto de ideias, ideias muitas vezes tácitas. Esse conjunto de ideias que formam uma imagem da época em que se desenvolvem pode traduzir uma “falsa consciência” distorcendo a realidade, assim podemos aplicar a definição marxista de “falsa consciência” a esse conjunto de ideias.

A “ideologia” é vista por Marilena Chauí como o discurso que:

“pode ser proferido, ouvido e aceito como verdadeiro e autorizado”. (CHAUÍ, 1985)

Por meio de um conjunto de representações e normas, os sujeitos representam a si mesmos e a sociedade, e as relações sociais são vistas como naturais, universais, inevitáveis e acima de tudo justas. Seguindo a definição de Chauí (1985), “ideologia” faz parte do campo imaginário, sendo um “conjunto coerente e sistemático de imagens e representações, aceitas como capazes de explicar e justificar a realidade concreta”. Nesse sentido, “ideologia” diz sobre:

“ideias e crenças com tendências a justificar moralmente as relações sociais e econômicas que caracterizam uma determinada sociedade”. (CHAUÍ, 1985)

Formalmente, na acepção marxista, a principal característica da “ideologia” é a forma de “justificar a realidade concreta”. Essa “justificação” é feita de tal forma que constitui uma “falsa consciência”. Ainda segundo Chauí (1985), a exposição mais peculiar do assunto é que:

“o discurso ideológico é um discurso feito de espaços em branco, como uma frase que contém lacunas” e “a ideologia ganha coerência e força porque é um discurso de lacunas que não podem ser preenchidas. Em outras palavras, a coerência ideológica não se obtém preenchendo as lacunas, mas permitindo que elas existam”. (CHAUÍ, 1985)

Nessa perspectiva, a essência da “ideologia” é que ela esconde algumas facetas da realidade concreta que não podem ser manifestadas, sob pena de prejudicar a lógica e a coerência do discurso ideológico. Continuando com Chauí:

“é porque não diz tudo e não pode dizer tudo que o discurso ideológico é coerente e poderoso.” (CHAUÍ, 1985)

Em abstrato, a essência da “ideologia” consiste em camuflar as contradições, de modo que a representação do político e do social se apresente em harmonia. Em relação à epistemologia do discurso ideológico, há dois aspectos diferentes, mas unidos: o real é racional, o real é transparente. Assim, o discurso ideológico pressupõe a teoria da verdade como cópia da real. A verdade sendo tomada como uma adequação da realidade, e o discurso sobre o real, conseqüentemente, coincidindo com a própria realidade.



Portanto não podemos preencher as lacunas do discurso ideológico, pois corremos o risco de ele explodir. Mas, isso também mostra que o discurso ideológico pode ser destruído por dentro, ou seja, se preenchermos seus espaços, ou dissermos o que não pode ser dito, criamos contradições e destruimos sua harmonia. Chamamos esse caminho de “discurso crítico” que é o antidiscurso da “ideologia”, é sua contradição. O “discurso crítico” não tem as mesmas características do “discurso ideológico”, ao contrário, a essência do “discurso crítico” é o trabalho constante de busca do conhecimento, de determinação do real, sempre aberto a novas abordagens, na tentativa de estabelecer consensos que não se pretendem definitivos, a posição crítica não admite uma posição dogmática.

Como põe de manifesto Althusser (ALTHUSSER, 1980), a estrutura formal de toda ideologia é sempre idêntica. Ao analisar o discurso ideológico da Igreja Católica, seja por meio de seus “dois testamentos”, da palavra de seus teólogos, seja na prática de seus rituais e sacramentos, veremos que essa ideologia se dirige a seus seguidores da seguinte forma: “indivíduo humano”, seja Pedro, José, João, ou quem é sempre tratado pelo nome em sentido passivo, nunca um indivíduo diz seu nome ou se dá um nome. É assim tratado por um “Deus” a quem deve prestar contas de todas as suas atitudes. A mesma ideologia acrescenta que é “Deus” quem fala por meio dela a esses indivíduos e a Bíblia é a escritura que supostamente recolheu a palavra de “Deus”, a tradição a ser transmitida. A “infallibilidade pontifícia”²⁴ fixou para sempre os caminhos a serem seguidos em questões controversas (as lacunas).

Em resumo, a “Ideologia Religiosa Cristã” trata sempre seus seguidores individualmente, aos quais dá nome por meio do batismo; conta suas origens, afirmando que foi criado por um “Deus” de toda a eternidade, determina seu lugar no mundo e aponta o que cada indivíduo pode ou não fazer. Ao final, estabelece um prêmio (salvação) para o obediente e um castigo para o desobediente.

Essa ideologia no tempo e no espaço da formação da “Igreja/Estado” no Brasil colonial, quase sempre nos leva a duas interpretações: A interpretação mecanicista que prega que o Rei é a representação concreta do Deus imaginário, e a interpretação hermenêutica, comum entre os primeiros sacerdotes e retomada por Feuerbach (2013) e pela escola teológico-filosófica que prega que Deus é a essência do homem real.

Mas, no campo concreto, nos anos do Brasil colonial e imperial, a “ideologia religiosa cristã” é interpretada de maneira mecanicista, isto criou uma “falsa consciência” para que os indivíduos, pensando em obedecer a Deus, obedecessem de fato à Igreja Católica e aos reis, sacerdotes e déspotas aliados na maioria das vezes em suas imposturas. Sacerdotes a serviço dos déspotas ou vice-versa. Isso supõe o uso da “ideologia” por um grupo de homens cínicos para, em determinado tempo e espaço, basear sua exploração e dominação em uma representação falsificada do mundo, imaginada por eles para subjugar as consciências pela dominação de sua imaginação.

As origens históricas do padroado começaram já no século IV. Nos três primeiros séculos da era cristã, a Igreja Católica viveu marginalizada da vida política e social, dentro do povo judaico ou dentro da civilização romana, o que gerou nessa instituição uma vida de choques e tensões. O imperador romano Constantino, a partir do ano 313, dá aos cristãos a liberdade de culto. Este imperador, por sua simpatia pela nova religião, ordenou a



construção da Basílica de São Pedro no Vaticano, São Paulo fora dos muros, Santa Cruz de Jerusalém e São João. Além disso, doou o palácio Lateranati de sua esposa Fausta, ao Papa Silvestre, que ali faz a primeira residência papal. A partir de então, os cristãos, além da liberdade de culto, também têm proteção e privilégios imperiais.

Aos membros do clero é concedida isenção do serviço militar e foro privilegiado. Tal proteção gera uma rápida expansão dessa religião sobre os cultos romanos, a ponto de ser o próprio imperador Constantino quem promoveu o primeiro Concílio Ecumênico na cidade de Nice no ano de 325, e transferiu o título de "Sumo Pontífice", que lhe foi atribuído pelo culto romano, ao Papa.

O imperador Teodósio, a seguir, obteve alguma influência sobre assuntos religiosos em troca de benefícios estatais proclamando o cristianismo como religião oficial do Estado Romano no final deste século III.

Assim, em menos de um século, os cristãos passam de uma religião oprimida a uma religião oficial. Para esses imperadores romanos, o governo religioso passou a constituir um departamento do Estado, e eles acumularam o poder político e religioso. Essa ideia de fusão (e confusão) entre Igreja e Estado é reforçada quando as leis da Igreja também se tornam as leis do Estado, e os inimigos da Igreja, os infiéis, tornam-se inimigos do Estado.

Durante todo o "Império Bizantino"²⁵ e ao longo da Idade Média tal estrutura não mudará, sendo também aceita pela Igreja Oriental.

Na civilização da Europa Ocidental, essa situação gerará mais tensões. Nos séculos VIII e IX, Carlo Magno e seus sucessores expandiram as fronteiras de seu império (Sacro Império Romano ou Império Carolíngio) lutando contra os saxões, lombardos e muçulmanos com o lema "Acredite ou morra" usando a religião como motivação.

A Idade Média está cheia de lutas entre a autoridade papal e as autoridades imperiais. Porém, a proteção do Estado sempre gerou privilégios e benefícios materiais para a igreja.

A partir do século XVI, com o mundo moderno, as nações anglo-germânicas passaram a ter como oficial a religião protestante (luteranismo na Alemanha, anglicanismo na Inglaterra). As nações neolatinas seguiram católicas. Na França, os católicos se afirmam por meio de guerras religiosas. Já na Itália e na Península Ibérica, sustentada pela força da Inquisição, a Igreja Católica tem uma situação mais estável.

O "Padroado Régio" é a forma através da qual o Estado português exercerá a sua função de "proteção" sobre a Igreja Católica, única religião permitida no Estado. A instituição do padroado português está ligada às ordens religiosas, mais diretamente à "Ordem dos Templários", posteriormente "Ordem de Cristo". Esta ordem, ao mesmo tempo militar e religiosa, foi fundada em Jerusalém em 1118 por Hugo de Payens, Godofredo de Santo Ademar e outros sete cavaleiros da cruzada de Godofredo de Bulhões, como exército cristão permanente. Em princípio, sua função era proteger os peregrinos da Terra Santa; eles foram renomeados "Templários" quando o rei Balduíno II de Jerusalém os instalou

25 O Império Bizantino foi a continuação do Império Romano na Antiguidade Tardia e Idade Média. Sua capital, Constantinopla (atual Istambul), originalmente era conhecida como Bizâncio



perto do Templo de Salomão. Esta Ordem é rapidamente instalada em todos os Estados Católicos. Os Templários fixaram-se em Portugal no ano de 1125. A sua influência foi tal que em poucos anos já possuíam muitos bens doados por “Dona Teresa”, mãe de “Dom Afonso Henrique”, que na margem esquerda do rio Tomar, construiu a igreja e o convento de Santa Maria de Olival. Em 1160 foi construído o Castelo de Tomar e surgiu a vila com o mesmo nome e a partir daí exerceu o seu poder. Tal prestígio começa a declinar quando os muçulmanos, em 1291, conquistam a cidade de San Juan de Acre, a última cidade cristã da Terra Santa. Uma organização tão cara não era mais necessária, pois não havia mais uma função a cumprir, deixando os Templários numa situação muito frágil.

O “Grão-Mestre da Ordem dos Templários”, Jacques de Molay, estabeleceu-se em Chipre como a base mais avançada para a reconquista da Terra Santa.

Com a morte do Papa Bonifácio VIII, protetor dos Templários, o Papa Bento XI assumiu o pontificado por pouco tempo, cuja morte repentina deu lugar ao Papa Clemente V, francês e submisso ao Rei da França. Este Papa transferiu a sede do Papado para Avignon, na França, e chamou Jacques de Molay para Paris. Este apresentou-se com um carregamento de ouro e prata para fazer empréstimos ao rei da França. Na França reinava Filipe IV “O Belo”, cuja situação econômica estava em ruínas. Assim, para melhorar seus cofres, depois de alterar a moeda, limitar os privilégios da Igreja, explorar os judeus, resolveu se apropriar dos bens dos Templários. Para isso tenta tornar seu filho “Grão-Mestre”, ao encontrar resistência, opta pela extinção da ordem. Apoiado por uma trama repleta de várias acusações, o Rei da França em 13 de outubro de 1307 determina a prisão de todos os Templários franceses com o apoio de “William de Paris”, confessor do rei e “Chefe Inquisidor da França”. A extinção da “Ordem dos Templários” é datada em 1310, passando todos os bens para o Estado Frances. Esta extinção, em todo o mundo, obedece à ordem do Papa Clemente V.

“Com a ordem dos Templários suprimida por Clemente V (*bula Ad providam*, 2 de maio de 1312), graças à pressão exercida pelo rei Filipe I, o Belo, o rei D. Diniz de Portugal apressou-se a estabelecer a ordem de cavalaria de Nosso Senhor Jesus Cristo” (RUBERT, 1992).

Assim, poucos anos após a extinção dos Templários em 1319, surge em Santarém, Portugal, durante o reinado de D. Diniz, a “Ordem de Cristo”, devidamente aprovada pelo Papa João XXII. A nova Ordem herda os bens dos Templários neste país, e em 1357 D. Pedro I, de Portugal, instala-os no Castelo de Tomar. A Santa Sé concede a esta Ordem jurisdição eclesiástica sobre as terras que conquistou.

Outras ordens militares religiosas, de cavaleiros, surgem em Portugal nesta época, a “Ordem de São Tiago da Espada” e a “Ordem de São Bento”. Em 1522, o Papa Adriano concedeu a “Dom João III” e seus sucessores o título de “Grão-Mestre” da “Ordem de Cristo”. Em 1551, o Papa Júlio III unifica as três ordens e as incorpora para sempre na Coroa portuguesa.

Este direito de padroado concedido pela Igreja Católica Romana ao reino de Portugal foi uma forma de confiar aos reis poderes religiosos, e de firmar um compromisso indelutável entre Igreja e Estado. Assim, ao reunir os direitos políticos da realeza e os títulos de maestria das ordens, os monarcas portugueses passam a exercer ao mesmo tempo o governo civil e religioso, principalmente nas colônias e domínios de Portugal, com o título



de “grão-mestre” concedido aos reis de Portugal incluindo o regime espiritual. Os monarcas portugueses, através do “Padroado Régio” podiam recolher e administrar as contribuições eclesiásticas dos fiéis. Essas contribuições, pagas pelos fiéis para a manutenção da Igreja, representavam 10% de todo o trabalho na terra. No Brasil, a partir do século XVI, essa arrecadação foi feita pelo Rei de Portugal, além disso, o rei era responsável no Brasil por nomear bispos, construir e preservar edifícios religiosos, remunerar o clero e expandir a fé cristã. Em suma, nestes tempos o Rei de Portugal era também “chefe religioso do Brasil”, tendo o Papa apenas que confirmar as suas decisões religiosas.

Como melhor forma de administrar política e religiosamente a colônia, o governo português criou a “Mesa da Consciência e Ordens” e o “Conselho Ultramarino”.

A mesa era uma espécie de departamento de inteligência e informação religiosa do Estado e ordenava e ministrava o culto, sendo composta por um presidente e cinco deputados juristas, suas funções eram complementadas em um relatório enviado ao rei sobre “estabelecimentos piedosos de caridade”, capelas, igrejas, hospitais, ordens religiosas, universidades, resgates de cativos, paróquias etc. Todas as candidaturas a cargos, e outras questões religiosas necessitavam da “aprovação” da mesa. Tal poder fez desta mesa um lugar de intrigas, perseguições políticas e corrupção. A importância desta na história da Igreja Católica no Brasil é lembrada mais por seu abuso de poder do que por seus acertos.

O “Conselho Ultramarino” era responsável por pareceres sobre questões relacionadas com o processo de colonização, e antecede a prestação de contas do Procurador da Coroa e a atuação dos tribunais.

O “Padroado Régio” é a origem fundamental da mistura de poder civil e poder religioso no Brasil, pois dava à coroa o direito de “beneplácito”²⁶, o que garantia a interferência da autoridade civil na nomeação dos bispos. Essa interpenetração entre Igreja e Estado significava, na prática, que as questões religiosas eram frequentemente tratadas como meramente políticas, enquanto a religião era usada para fins políticos pelo Estado. Essa situação deveria gerar um regime teocrático, em que a Hierarquia Católica dominava o Estado e a sociedade, mas ao contrário, o Estado Civil prevalecia sobre a Igreja, que se contentava com um papel menor de aceitação mais ou menos pacífica da autoridade civil e os costumes do povo, em troca de uma parcela de poder. Os padrões éticos e morais da Igreja eram constantemente violados, deixando toda a população em permanente “pecado” ao qual a Igreja respondia, sem maiores anseios, com os ritos de absolvição. O resultado disso é o que até hoje se chama “catolicismo cultural” ou “de aparência”.

É importante notar o grande contraste entre a colonização religiosa espanhola e portuguesa. Os espanhóis eram mais operativos e organizados, enquanto entre os portugueses a desorganização política e administrativa era geral. Esse dado é benéfico para o nascimento das instituições brasileiras, pois diante do caos político e administrativo, elas veem diminuir a força de opressão e exploração da Coroa, e propicia, contrariando a vontade da metrópole, o surgimento de estabelecimentos independentes das colônias e a lenta transferência do poder efetivo para as mãos dos “Senhores de Engenho” e outras figuras da vida brasileira. Este fato fica claro, por exemplo, na debilidade da

26 Expressão de consentimento; abonação, concordância, aquiescência. Aprovação régia, de autoridade, de instância superior etc. mediante despacho “antes da República, em Portugal, as bulas pastorais estavam sujeitas ao b. régio”



"Inquisição Portuguesa" no Brasil, que foi em parte freada pelas novas forças políticas que ali surgiram, demonstrando a insegurança na administração local e o medo que reinava no centro do império português, Lisboa, no final do século XVII. Muito mais seguros eram os senhores autóctones que, em uma sociedade de extrema oposição social como a sociedade escravista, mantinham a única política segura e eficiente:

"manter um estado de guerra permanente com disfarce de paz." (HOONAERT; AZZI; VAN DER GRUP, 1979).

Neste contexto a Igreja Católica passa a ocupar uma posição privilegiada na história da formação do Estado brasileiro. Apesar dessa situação privilegiada, o Brasil nunca foi zona de tranquila predominância da Igreja, pois essa relação íntima da Igreja com o Estado ao longo do período colonial e durante o Império brasileiro, foi também geradora de atritos e disputas. A maioria da população brasileira sempre se declarou católica, e a Igreja forneceu o único código moral e ético disponível no país. A Igreja detinha o monopólio dos principais atos cívicos e ritos sociais que faziam parte da vida de todos: batismo, casamento ou funeral. Estar fora da Igreja significava não ter a cidadania que esses atos e ritos simbolizavam. Além desses símbolos, ao longo do período colonial e imperial, a situação de "católico juramentado" tornou-se necessária para: Obter o diploma nas Faculdades, ocupar cargos públicos, ser deputado ou senador. A independência do Brasil só acentuou as tendências e situações do par "Igreja/Estado", o novo "Império brasileiro" mantém o catolicismo como religião oficial, a instituição do padroado, a aprovação e a delegação de funções civis à Igreja. Mas, a Igreja neste momento já estava politicamente enfraquecida devido à sua falta de unidade à infiltração de ideias "iluministas" e ao crescimento de ideias "naturalistas" e "científicas" entre as elites do país. As reações a essas novas tendências vêm de Roma, como indicado por Barros (1994) contido no Syllabus Errorum anexo, que acompanha a encíclica Quanta Cura del Papa Pio IX:

"Condena sem apelação sobre racionalismo, absoluto ou moderado, naturalismo, ou indiferentismo, latitudinismo, a ideia da Igreja "Livre do Estado", a primazia do poder civil, a ideia de dependência do poder eclesiástico, liberalismo, progresso, civilização moderna etc. numa oposição formal e absoluta entre a Igreja e a opinião moderna, declarada incompatível"

Demonstra a oposição formal e absoluta entre a Igreja e a opinião moderna, declarada incompatível. Essas novas orientações confrontam as autoridades eclesiásticas e o Império. A figura de D. Vital, bispo de Olinda, assume a liderança desses protestos com o argumento de que:

"se o Estado é católico, deve ser sujeito da Igreja" (BARROS, 1994).

Essas posições políticas de conflito levam o próprio D. Vital à prisão e seus seguidores.

Com a mudança na estrutura do Estado brasileiro e a adoção da "República" como regime político (1899), consoma-se definitivamente a separação da Igreja do Estado. Este regime assume também as ideias "positivistas" da época, institucionalizando-as em bandeira própria através da frase "ordem e progresso". A nova ordem política abre-se às oligarquias dos Estados até então marginalizadas pelo Império, mas com essa atitude renúncia não só à modernidade, que se expandia nas grandes cidades, como também



retarda o processo de industrialização. A República não adota o centralismo político, característico do Império, ao transferir parte do poder para os Estados Federados.

A Igreja a partir de 1870 começou com sua crise particular, causada pela profusão de novas ideias, e agravada pela adesão de muitos padres brasileiros à Maçonaria²⁷. A abolição da escravatura em 1888 levou ao declínio das antigas oligarquias rurais, tradicionais aliadas da Igreja, e a chegada da República deslocou o poder político, como já vimos, que passou para as mãos das “oligarquias do café” de tendências liberais. Assim, a Igreja diminuiu seu papel na nova ordem, após 400 anos de estreita relação com o poder do Estado. As elites passarão a ver a Igreja como uma instituição reacionária e não científica, olhando para o liberalismo ou o positivismo como um substituto ideológico do catolicismo.

Ao longo desse período denominado de “República Velha” no Brasil (1889-1930), a Igreja permanece afastada do Estado, buscando apenas sua aceitação pelo novo regime. Mas suas alianças com as oligarquias mais conservadoras o impediram de ganhar espaço ao lado do poder ou da opinião.

Com exceção do sul do país, onde estabelece relações com pequenos proprietários e operadores, a sua opção neste momento foi pelas elites. Com a ajuda do princípio federativo, a Igreja consegue recuperar, em alguns Estados, seus antigos privilégios.

O golpe de estado conhecido como “Revolução de 30” veio para mudar o rumo da relação Igreja/Estado no Brasil. Por não ter motivos especiais para se aliar à “República Velha”, a Igreja passou pelos estados de “Minas Gerais” e “Rio Grande do Sul” a apoiar a candidatura oposicionista de Getúlio Vargas às eleições de 1930. A posição estratégica de a Igreja se baseava na probabilidade de uma mudança política no país, que pudesse alterar suas relações de poder com o Estado e sua situação na sociedade. Com a derrota de Getúlio Vargas nas eleições, a Igreja, principalmente através do bispo de Porto Alegre Dom João Becker, apoia claramente o golpe que se inicia com o governo provisório da “Revolução de 30” e que leva ao próprio Getúlio a impor no Brasil a ditadura do Estado Novo (1937-1945), pois esperava um Estado que permitisse à Igreja agir livremente respeitando e seguindo seus princípios.

A “Revolução de 30” liberou forças sociais, que foram sufocadas pela “Velha República”. Nos primeiros anos do século XX, a expansão da indústria significou também o aumento da massa trabalhadora, apresentando um novo problema para o governo recém-instalado. Esse novo olhar do Estado para os trabalhadores foi conciliado com a nova visão ampliada de Roma a partir da encíclica *Rerum Novarum* (1891) do Papa Leão XIII, que propunha um maior compromisso com as questões terrenas da classe trabalhadora além das questões espirituais. Mas, esse “compromisso” não significou um incentivo à luta entre as classes ou um privilégio de uma classe em relação à outra, segundo Dom João Becker em sua 23ª Carta Pastoral:

“não é razoável dar um apoio exagerado a uma classe em detrimento de outras. Se a questão dos trabalhadores em nosso país exige uma solução imediata, não seria justo negar proteção igualitária às classes produtoras. Deve-se estabelecer um equilíbrio entre trabalho e capital” (BECKER, 1933).

27 Maçonaria consiste em organizações fraternas que remontam às antigas fraternidades de trabalhadores, que a partir do final do século XIV regulamentavam as qualificações de sua profissão e sua interação com autoridades e clientes. A maçonaria moderna consiste em dois grupos principais de reconhecimento.



Entre as promessas do ditador Vargas está a criação do Ministério do Trabalho, realizada em 28 de novembro de 1930, e destinada a regular as questões trabalhistas no país, incentivando a “colaboração” entre as classes. Nessa época, a Igreja e o Estado passaram a perseguir um objetivo comum, ambos aspiravam conquistar as elites, o Estado neutralizá-las retirando sua autonomia e a Igreja negociando suas reivindicações com o Estado, ao mesmo tempo em que impedia uma inclinação do governo para a esquerda. É marcante neste momento o aspecto católico do chamado “catolicismo militante”, que se opõe ao Estado centralista e interventor que se formou sob os moldes do período colonial e imperial. Esse “catolicismo militante” segundo Fernando de Azevedo é:

“o movimento católico mais vigoroso da história do Brasil, pela amplitude de sua ação social, por uma nova interpretação da Igreja e do Século, pelo renascimento do espírito religioso e nacional e pela sua combatividade, embora nem sempre pelo espírito ecumênico da catolicidade, mas pela pluralidade de visões” (AZEVEDO, 1963).

Na combatividade do “catolicismo militante” destaca-se o Cardeal Lemos em pelo menos dois episódios: A inauguração no Rio de Janeiro da estátua do “Cristo Redentor” (1931), que do alto do “Corcovado” abre os braços sobre o Cidade; e na “consagração” do país a “Nossa Senhora Aparecida” (1931). Esses dois episódios, ao reunir multidões em espaços públicos, deram ao Governo demonstrações de força e reivindicaram espaços no Estado que se formava. As iniciativas políticas da Igreja continuam com a formação da “Liga Eleitoral Católica”, uma associação acima dos partidos que tinha o objetivo de reunir católicos para a normalização política do país e “contra ideologias estranhas e perigosas”. Esta “Liga” tem grande influência na “Assembleia Constitucional” de 1934. Entre as reivindicações da Igreja nesta “Constituinte”, três se destacam na “23ª Carta Pastoral” de D. João Becker:

1. A indissolubilidade do matrimônio.
2. O ensino e assistência religiosa nas escolas públicas.
3. Assistência religiosa facultativa aos militares.

Com essas três medidas, a Igreja pretendia cercar o Estado atuando nas instituições-chave para a formação dos valores sociais, ou seja, ganhar poder de negociação marcando sua presença na família, na escola e nas forças armadas como manda sua tradição. Essas três afirmações encontrarão maior coerência quando as olharmos do ponto de vista da Igreja, para isso o Estado é fruto da união livre de várias famílias que sob inspiração “divina” procuram obter os bens e valores que não conseguiriam obter isoladamente. Não há nada mais natural, para a Igreja, para o Estado preservar o caráter “sagrado” do casamento, e reconhecer os poderes legais da Igreja para realizá-lo. Quanto à questão da escola, a Igreja não podia atuar nas escolas públicas desde 1891 com o início da República. As transformações econômicas dos primeiros anos do século XX, aumentaram o interesse por esse setor, pois isso significava o controle da assistência educacional das novas camadas sociais e urbanas que se formavam. A Igreja reconhecia o papel do Estado como promotor do bem comum no setor educacional, mas negava-lhe o monopólio da educação pública, como afirma Becker (BECKER, 1933) em sua “Carta Pastoral”:



“O Estado não toca no direito exclusivo de ensinar (...) os direitos concedidos à sociedade civil pelo autor da natureza, relativos à educação, não lhe foram concedidos a título de paternidade, quanto à Igreja ou à família, mas em função da autoridade que lhe compete promover o bem comum (...). Em relação à educação da juventude é certo, ou melhor, é dever do Estado proteger com suas leis as atribuições anteriores da família e da religião” (BECKER, 1933).

Quanto à inserção católica nas forças militares, a Igreja tinha duas demandas: uma era a isenção do serviço militar obrigatório para os religiosos e a outra a atuação da Igreja como órgão especializado dentro do aparato militar. A promulgação da Constituição de 1934 coroa os esforços da Igreja, que vê conquistadas suas pretensões de ocupar um novo espaço dentro do estatuto jurídico e político da sociedade civil. A aceitação pela Constituinte dos pedidos da Igreja preserva sua autonomia em relação ao Estado, ao mesmo tempo em que elimina obstáculos à sua penetração em setores-chave do poder público.

“O Estado brasileiro, democrático em sua forma, adotou em sua Constituição de 16 de julho de 1934, vários postulados católicos que triunfaram sobre o agnosticismo religioso realizado na Carta Magna da República de 189, colaboração entre o Estado e a Igreja, ensino religioso facultativo, permissão para assistência religiosa às forças armadas, permanência de representação diplomática junto à Santa Sé, indissolubilidade do matrimônio e demais disposições da legislação eles correspondem aos imperativos da justiça” (BECKER, 1935).

Em relação às conquistas da Igreja no setor sindical, sempre em defesa da pluralidade e autonomia sindical, com o intuito de organizar uniões católicas obcecadas pelo “fantasma comunista”, a Igreja se vê obrigada, dependendo do “Estado de Sítio” decretado em 1935, para voltar atrás. A canalização dos gritos populares através das organizações políticas é vista pela igreja como um perigo, e com base nisso exige do Estado maior controle das camadas subordinadas, vencendo a defesa da autoridade e a necessidade de submissão ao poder por parte da Igreja. Esse novo olhar justificou e legitimou a origem da autoridade do Estado no sentido de fortalecer sua atuação na repressão das “ideologias insalubres” com as quais, segundo o clero, o comunismo permeava o tecido social. Ao mesmo tempo, a facção mais conservadora da Igreja (que inclui o já mencionado D. João Becker) enalteceu os postulados das experiências nazifascistas na Itália e na Alemanha, como exemplo a ser seguido pela organização social, recomendando o antiparlamentarismo, o antiliberalismo, o não às eleições diretas, o respeito a Deus, o monolitismo do Estado e o autoritarismo dos regimes fascistas.

“Na organização do estado fascista na Itália, Mussolini revelou muita força moral e genialidade. (...) o trabalho italiano de substituição do Estado liberal e democrático pelo Estado fascista é inegável. Direções semelhantes podem ser observadas na renovação pacífica do Estado brasileiro. (...) Adolf Hitler é o grande maestro, o Führer germânico a quem cabe o ditado - duco, non ducor - eu dirijo não sou conduzido! Ele salvou a pátria do regime comunista. (...) Quando Hitler assumiu o poder, declarou que o Estado Nacional Socialista não hostilizaria a religião católica e se baseava no cristianismo positivo” (BECKER, 1935).

Mas, é preciso dizer que o mesmo bispo que escreveu essas citações, não apoiou



o fascismo brasileiro ("O Integralismo"), ele só o usou na Assembleia Constituinte para "apoiar" suas reivindicações. A Igreja Católica no Brasil, apesar de suas afinidades com o nazifascismo, não pretendia arriscar a verdade pelo incerto, enquanto o ditador populista Getúlio Vargas mantinha o controle das camadas populares e liquidava o comunismo. Assim, o chamado "Estado Novo" ganhou um poderoso aliado na Igreja Católica, que após quarenta anos perseguida pelo Estado liberal laico, ganha um novo projeto de inserção social, com tantas possibilidades de influência no poder público quanto no período colonial ou imperial, mas sem as limitações daquele período, com total autonomia do Estado.

3. A Igreja Católica na Colonização e Urbanização do Brasil

Podemos dizer que na época da conquista do Brasil, para os portugueses colonizar era sinônimo de evangelizar e isso era sinônimo de "aportuguesar".

O reino de Portugal, nestes primeiros anos, tinha no Brasil um interesse maior em "explorar" os seus recursos naturais do que em realizar um processo de "colonização / evangelização" como era do interesse da Igreja Católica.

Portugal, tinha na matriz, uma complexa organização político-administrativa colonial, cujo menor enclave era a "Villa". Todas as questões relacionadas à vida civil (abertura de ruas, pavimentação, regulamentação do comércio, controle de alimentação, chafarizes e iluminação pública) eram atribuições da "Câmara dos Vereadores". Também regulamentava a realização de festas cívicas e religiosas e o controle das receitas públicas em sua região. Suas decisões eram conhecidas pela população por meio das "posturas", afixadas em suas portas e cujo conteúdo era lido para as pessoas que respondiam às batidas dos tambores. Os vereadores eram escolhidos em um complicado processo eleitoral, onde os cidadãos indicavam 6 eleitores que, dentro da ordem canônica, não eram parentes até o 4º grau. Esses eleitores escolhiam seus candidatos para: juiz, vereador, tesoureiro, tabelião e procurador, que então se submetiam a um sorteio público.

A estrutura administrativa sofreu alterações para se implantar na colônia.

No Estado Português, a implantação territorial da Igreja Católica nada tem a ver com o sistema administrativo do Estado. A divisão eclesiástica baseia-se nas paróquias, elementos essenciais da organização social. À frente de cada "paróquia" está o "pároco", muitas vezes auxiliado por outro clérigo. A proporção de "almas" por freguesia dependia de muitas condições, o que era muito variável,

"na cidade do Porto em 1822 esta proporção era de 1 clérigo para 233 almas"
(ESPINHA DA SILVEIRA, 1993)

A estrutura hierárquica da Igreja Católica na América portuguesa tinha a sua organização máxima na Arquidiocese, esta era dividida em dioceses que se dividiam em bispados e estas numa rede de paróquias que as vezes mantinham também capelas isoladas em propriedades privadas ou em pequenas cidades distantes. Além dessa estrutura hierárquica, a igreja no Brasil também contava com o trabalho de missionários, que fundaram missões entre os indígenas de forma espontânea, sem qualquer tipo de estrutura.

gio”²⁹, embora os bispos e prelados tivessem o poder de erigir paróquias. É natural imaginar a luta interna dentro desta instituição: de um lado a Igreja aumentando a construção de novas paróquias para aumentar seu poder, e de outro a Coroa mostrando relutância diante dessas construções por implicar despesas econômicas ao erário público.

O resultado desta luta é o nascimento de paróquias autorizadas pelo “Conselho Curador do Padroado Régio” e de paróquias erigidas:

“graças ao esforço e empenho, apenas de seus fiéis e graças ao zelo apostólico dos sacerdotes” (RUBERT,1992).

Essas receberam o seu pároco e foram sustentadas pagando os décimos ao tesouro real, Estes últimos logicamente contavam com o apoio econômico das elites locais, na tentativa de mostrar força contra a metrópole. Os bispos e a sociedade local criaram um bom número dessas paróquias “independentes”, que foram consideradas ou pelo menos toleradas pela Corte como simples paróquias e, portanto, não recebiam os benefícios do “décimo eclesiástico” da Coroa.

Antes do final do século XVI, o Brasil já contava com mais de 40 paróquias, entre as quais várias alcançaram a categoria de Bispado ou Arcebispado, como Rio de Janeiro, São Paulo, Recife, Paraíba, Natal e outras. A vida social que se ia construir na colônia girava em torno da igreja, sendo o pároco, em muitos casos, a figura mais importante do local. Assim, essa figura é incorporada ao imaginário da população, composta por brancos, negros e nativos, que o chamavam de “pai vicário”, membro ativo de toda a estrutura social.

As cidades portuguesas têm características morfológicas específicas, diferentes das cidades de outras culturas. Estas características formais próprias residem em múltiplos fatores, dos quais destacamos:

“as diferentes influências e concepções de espaço que estão na origem da cultura urbana portuguesa; a seleção de localizações topograficamente dominantes como núcleos iniciais de aglomerados urbanos; a articulação íntima do traçado das cidades com as particularidades topográficas locais; a estruturação das cidades em núcleos distintos, com redes urbanas diferenciadas, cada qual correspondendo a diferentes fases de crescimento; a localização de edifícios únicos em sintonia com a topografia, e o importante papel destes edifícios na estruturação do tecido urbano; a lenta estruturação formal das praças urbanas, associada a diferentes geradores e a diferentes funções; a constância da estrutura dos lotes urbanos e os tipos de construção a ela associados ao longo do tempo; por último, o processo de planeamento e construção da cidade portuguesa, que está sempre projetado no local e com o sítio, isto é, mesmo que a cidade se desenvolva gradativamente ou se desenvolva a partir do planejamento, seu traçado dificilmente é especificado de acordo com a estrutura física natural do território (MARX, 2000).

Além desta síntese inicial sobre as características formais das cidades portuguesas, acrescenta-se que as cidades portuguesas obedecem a duas outras componentes:

29 Era ele quem escolhia os cargos religiosos, permitia ou proibia o estabelecimento de ordens religiosas e a construção de edifícios religiosos, que controlava as cobranças de doações e das taxas do dízimo da população e que pagavam os salários dos sacerdotes.



Uma espontânea, que corresponde à cidade que se constrói sem a presença de técnicos especializados, onde a relação do desenvolvimento da cidade com as características topográficas do local é denotada com mais intensidade. Este modelo de cidade é geralmente estruturado de acordo com os edifícios dominantes, civis ou religiosos, situados em posições dominantes assumindo uma importância primordial, dando sentido e estruturando o entorno.

O outro componente corresponde à cidade planejada, com a participação de técnicos especializados em desenho da cidade. Esta condição sempre associada ao poder, está presente principalmente nos traçados urbanos ligados às fortificações do século XVII, ou à cidade de influência “iluminada” do século XVIII. É comum nas cidades brasileiras vermos as duas componentes numa mesma cidade, caracterizando as diferentes fases de sua história. A integração dessa dualidade é responsável pela “especificidade do urbanismo português”, na estrutura urbana do Brasil colonial.

Os traçados das primeiras cidades do Brasil, no século XVI, obedecem ao componente espontâneo, adaptado a uma política de ocupação do território e construída por proprietários de terras sem a interferência do poder real. As cidades construídas sob os auspícios da Coroa, também conhecidas como “cidades reais”, obedeceram inicialmente a modelos de cidades medievais planejadas e, posteriormente, a modelos teóricos de cidades ideais renascentistas. Entre meados do século 16 e meados do século 17, quatro “cidades reais” foram fundadas no Brasil: “São Salvador da Bahia de Todos os Santos”, “São Sebastião do Rio de Janeiro”, “Nossa Senhora da Assunção do Cabo Frio”, e “Nossa Senhora de Belém”. Essas cidades eram maiores do que as vilas e cidades fundadas por iniciativa dos donatários, e foram planejadas e construídas por arquitetos e engenheiros militares, em sua maioria obedecendo a layouts regulares. Esses caminhos urbanos renascentistas cumpriram a forma mais adequada para controlar o território e marcar a presença do poder real no processo de colonização.

A Igreja Católica e suas ordens religiosas desempenharam um papel importante na estruturação das cidades. A simples implantação de uma capela ou ermida em muitos casos foi o elemento gerador de uma cidade. A localização de edifícios religiosos dentro do tecido urbano tornou-os polarizadores de elementos de desenvolvimento. O rocío, esplanada geralmente situada em frente a igrejas e conventos, e parte integrante destes, ao longo do tempo transformou-se em praças urbanas que estruturaram o espaço da cidade. Alguns conventos promoveram a urbanização de seu entorno, contribuindo para a expansão das cidades. Por sua vez, as ordens religiosas por meio da “igreja das missões” têm um papel significativo na estruturação dos assentamentos dos indígenas, onde a moradia e a organização do espaço costumavam ser utilizadas como instrumento de evangelização. A primeira ação dos missionários ao chegarem a uma aldeia indígena era reestruturar seu espaço.

O urbanismo português pode ser visto através do urbanismo dos jesuítas. O ensino da geometria, matemática, arquitetura e engenharia militar, praticado por esta Ordem, forma muitos engenheiros e arquitetos responsáveis pela concepção urbana. Este ensino tem a sua maior expressão no “Colégio Santo Antônio” de Lisboa, que formou entre os seus alunos muitos profissionais do sector, com destacados desempenhos em Portugal e fora dele. Entre os “padres-professores” destaca-se Simão Falónio que se tornou “engenheiro-mor” do reino. A ação de desenvolvimento urbano dos jesuítas tem grande influência na teoria e na prática urbana portuguesa, e constitui uma importante referência para a

compreensão do traçado das cidades do Brasil. Essa influência pode ser percebida de diferentes maneiras, principalmente na estruturação dos novos bairros residenciais associados às suas escolas, como aconteceu na segunda metade do século XVI em “Salvador da Bahia”. As escolas jesuítas foram invariavelmente centros de crescimento importantes das cidades, e seus pátios foram transformados em praças ordenando o território e gerando novas praças e novas estruturas dispostas ao seu redor.

A ação missionária de desenvolvimento urbano dos Jesuítas também se faz sentir na construção dos acampamentos de índios “destribalizados” e cristianizados, conhecidos como “missões”, onde uma grande “praça” central organizava o espaço, ao lado deste localizavam-se a igreja e a residência dos padres, as residências dos índios nos três lados restantes. A forma das missões obedecia a uma concepção geométrica e simbólica rígida (Figura 1). Um eixo longitudinal dividia o acampamento em duas metades, na metade ficava toda a função religiosa e na outra metade, tendo ao centro um transepto, a praça e as atividades diárias. Outro eixo perpendicular ao primeiro iniciava-se na entrada principal do acampamento, cruzava a praça e conduzia ao acesso principal do complexo religioso. Esses mesmos elementos estruturantes, os dois eixos, também organizam o espaço das escolas jesuítas.

IDENTIFICAÇÃO NA MAQUETE

1. Praça
2. Igreja
3. Colégio
4. Oficinas
5. Cemitério
6. Hospital
7. Habitações
8. Capela
9. Horta
10. Moinho
11. Olaria
12. Curral
13. Lavoura

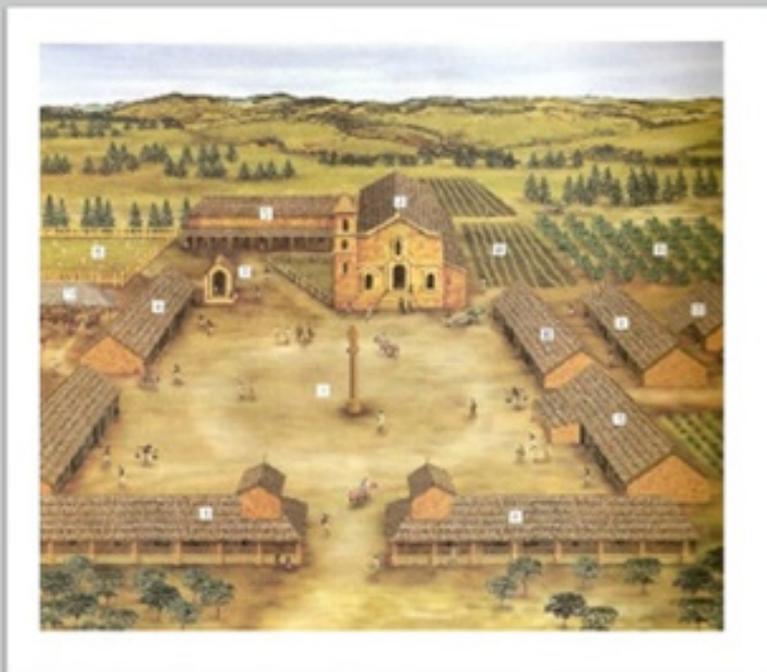


Figura 1- Maquete de Missão dos Jesuítas, destaca a morfologia do enclave.
Fonte: <http://penta2.ufrgs.br/rgs/historia/setePovosMissoes.html>

A influência do urbanismo jesuíta pode ser percebida até mesmo nas cidades construídas posteriormente pelo poder civil.

“Há, de fato, alguma identidade entre os princípios de composição adotados nas fundações civis urbanas do século XVIII e os princípios de composição urbana que vinham sendo desenvolvidos nos acampamentos missionários jesuítas desde o final do século XVI” (MARX, 2000).



Em ambos os casos observamos os mesmos princípios estruturantes de todo o conjunto urbano, que se baseavam na concepção de um enredo ortogonal no qual se inscreve o traçado das ruas. Um espaço principal, quadrado ou retangular é o grande organizador das quadras. Às vezes, muitos layouts recentes reproduzem fielmente os layouts jesuítas, embora a justificativa religiosa e cosmológica para esse layout não exista mais, mas sua concepção, e principais características de sua lógica de organização urbana, permanecem na imaginação de muitos planejadores.

Esta presença quase obrigatória da Igreja Católica em todas as cidades brasileiras do período colonial significa que ao examinarmos em detalhe qualquer planta de uma cidade desta época, podemos apreciar a grande importância que os bens da Igreja têm na sua organização territorial. Importância que se mede pela área ocupada por igrejas, mosteiros, conventos, hospitais, cemitérios, paróquias etc. superfície a que se acrescenta o grande número de casas que se tornam instituições religiosas por meio de doações ou heranças. Essa situação de grande preponderância espacial no plano da cidade reflete a grande presença e influência da igreja na gestão do Estado, ratificada não só pela grande extensão das propriedades urbanas da igreja, mas também pela grandiosidade da sua arquitetura e pelo luxo dos seus interiores, que sobretudo numa região pobre, serviam para exaltar os valores e poderes religiosos.

As construções religiosas surgirão com as primeiras vilas e cidades e respondem à religiosidade e a administração pública através da força do Estado.

As igrejas paroquiais realizavam o trabalho de registo de nascimentos, casamentos e óbitos, o que sempre estabeleceu uma grande ligação entre as populações camponesas e as sacristias. Essa ligação se deu por meio de sua presença periódica nas igrejas dos núcleos iniciais para os serviços religiosos e para a realização dos eventos mais importantes da vida familiar. A concentração da população nos pátios ou terrenos em frente às igrejas em certas datas, transformou esses espaços em locais de encontro público e intenso comércio e as sacristias em espaços para reuniões políticas.

Os conventos com suas igrejas tiveram mais importância e grandeza do que as igrejas paroquiais. Todas as ordens religiosas instalaram um mosteiro nos principais centros urbanos do Brasil, como símbolo de seu poder. Nestes edifícios concentrava-se muitos padres, leigos e escravos. Esses conventos foram organizados como grandes proprietários de terras, e geraram recursos financeiros para realizar seus projetos mais ambiciosos. As condições culturais destes religiosos, contrastavam de forma brutal com as da população em geral, tornando as atividades culturais e artísticas também um privilégio.

O ensino no Brasil foi integralmente ministrado pelo clero nesse período. As escolas jesuítas destacavam-se, além do ensino básico para crianças e adultos, incluem-se cursos de Arte e Teologia. Já em 1753, seria possível afirmar que na escola do núcleo de Nossa Senhora do Desterro,³⁰ na ilha de Santa Catarina, havia 50 alunos, além dos do ensino fundamental.

Ao observar o perfil de Desterro em meados do século XVIII, observa-se a preponderância das edificações religiosas na paisagem urbana. Contudo, mais modestas, as cons-

30 Nossa Senhora do Desterro é o primeiro nome que se dá ao núcleo que inicia a colonização da Ilha de Santa Catarina, mais tarde renomeado Florianópolis.

truções religiosas locais guardavam um equilíbrio com as similares dos grandes centros. Com fachadas mais simples se verificava a identidade dos planos, geralmente compostos por nave retangular, com um retângulo menor formando o altar e um anexo lateral com funções de sacristia. Nos centros menores, as construções eram inicialmente rústicas, feitas com o sistema de pau-a-pique e taipa-de-pilão³¹, e, aos poucos, sendo substituídas por materiais mais duráveis como a pedra e tijolos de cerâmica. As igrejas ganham, com o tempo, obras decorativas ricas em detalhes que em alguns casos ultrapassaram até os palácios dos governadores. Por isso, para além da sua importância funcional, estes edifícios ocuparam os lugares mais importantes da cidade, contribuindo para a perspectiva urbana dando origem a novos pontos de atenção, valorizando assim o seu entorno.

Com os séculos seguintes, as grandes transformações urbanas atingiram os edifícios religiosos, transformações essas que podem ser observadas através das várias modificações no mesmo edifício (Figura 2), como por exemplo na igreja matriz de Nossa Senhora do Desterro.³²

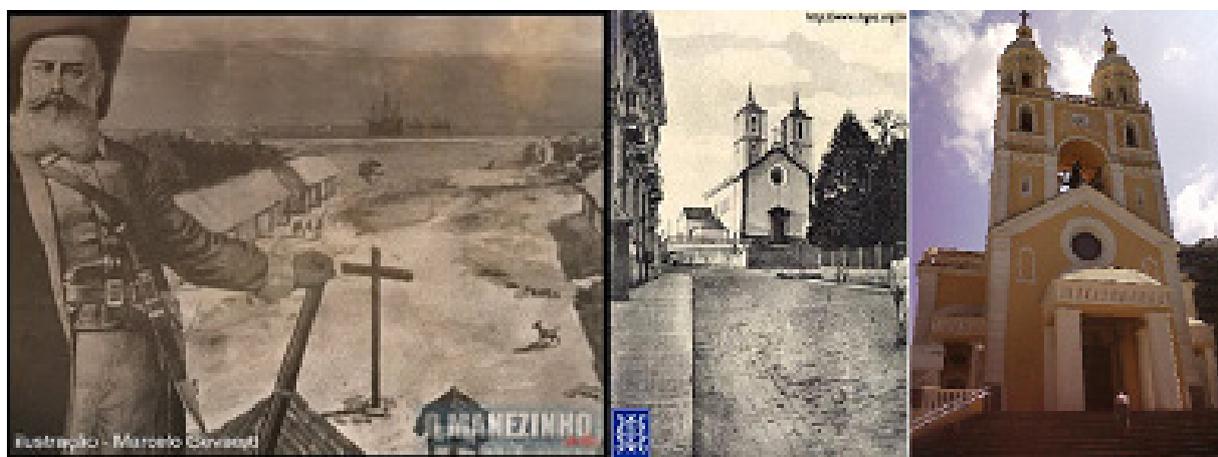


Figura 2- transformações observadas através das várias modificações no mesmo edifício.
Fonte: Manezinho - IHGSC- <https://www.catedralflorianopolis.org.br>

A implantação e multiplicação das terceiras ordens revelam a complexidade do processo de formação urbana em curso. Essas ordens agrupavam a população em várias camadas sociais, e seu estudo indica a estratificação social urbana do Brasil. Tal estratificação tem seus reflexos na ocupação espacial da malha urbana e nas edificações religiosas, onde cada grupo é representado por um altar lateral com seu padroeiro (BAZIN, 1956).

A preponderância de propriedades eclesiásticas no território é diminuída na Península Ibérica com o processo de confisco³³ (1810 a 1860), que foi uma das peças-chave para o triunfo do sistema liberal:

“à evolução social desenvolvida além das fronteiras políticas. As várias regiões da Península Ibérica modificam ou petrificam a sua sociedade com base nas suas condições geo-históricas, possibilidades de comunicação, riqueza do solo etc.” (GERMANN, 1993).

No Brasil, o processo se inverte, com a chegada da independência e a criação do Estado brasileiro, a Igreja ganha as propriedades definitivamente, seus terrenos e poder imobiliário não só se consolidam, mas vão aumentar com as doações de pessoas físicas e

33 Nesse processo, o Estado cria uma série de normas legislativas, desapropria, valoriza e coloca à venda em hasta pública, imóveis rurais e urbanos, que se caracterizavam pelo baixo desempenho e pela posição privilegiada de seus proprietários “que não pagavam impostos”.



com as novas áreas adquiridas com a contribuição de uma população crescente.

Nestes últimos 150 anos, os acontecimentos da vida brasileira, desde a independência (1822), a Proclamação da República (1889), até as primeiras décadas do século XX, transformaram nossos núcleos o que não pode ser estudado fora da evolução das propriedades religiosas urbanas. A transformação do regime jurídico dessas e o estudo dos organismos e procedimentos judiciais da Igreja colonial, assume uma importância dificilmente encontrada em tempos mais recentes. A íntima relação entre Igreja e Estado, aproximava a identidade entre poder político e religião, sendo quase impossível distinguir as jurisdições. Nesse contexto, a Igreja regulava a vida cotidiana nos mínimos detalhes e qualquer questionamento de sua autoridade enfrentava o Estado e o próprio Rei; Igreja/Estado, todas as funções serão divididas nessas duas etapas, a Igreja sempre cuidando mais da questão social como saúde, educação, assistência aos necessitados e as funções administrativas do Estado no que se refere aos registros gerais, casamentos, óbitos, nascimentos, registros civis etc. destacando neste trabalho o chamado Registro Paroquial inventariando juntamente com a estrutura administrativa portuguesa todos os imóveis particulares em todas as províncias brasileiras até 1822 (separação do Brasil de Portugal), continuando até o Estado laico brasileiro.

Essas funções obviamente tiveram reflexo no território, ou seja, nos espaços físicos ocupados pelos prédios e áreas para igrejas, cemitérios, hospitais, escolas, cartórios etc. Nas duas primeiras estruturas "Brasil Colônia" e "Brasil Império" as áreas e edificações utilizadas pela Igreja para cumprir suas funções têm basicamente duas origens: origem Estatal, que são os edifícios e terrenos de propriedade do Estado destinados ao exercício das funções da Igreja, origem privada para os edifícios e terrenos adquiridos diretamente pela Igreja por meio de compra ou recebidos como doação de pessoas físicas.

A gestão desses espaços ficou a cargo das Ordens Religiosas ou Irmandades sob a supervisão das Dioceses.

Mas, todos esses prédios e terrenos tinham um único destino: o uso público, já que os edifícios e terrenos de origem estatal destinavam-se ao cumprimento das funções públicas da Igreja junto ao Estado e os edifícios e terrenos de origem privada eram recebidos como doação de particulares ou adquiridos por compra com fundos de contribuições e esmolas dos fiéis, para fins públicos já que o argumento persuasivo da Igreja junto aos doadores sempre teve como objetivo o uso social e público.

Assim, mais uma vez, destaca-se que esses prédios e terrenos, nessas duas estruturas do Estado (o colonial e o imperial), apesar de muitas vezes terem origens diversas, destinavam-se a um único uso, o uso público.

Desde os primórdios da história da Igreja no Brasil, esta instituição muitas vezes esquece suas funções e muda seus objetivos dando diferentes usos aos bens que recebe para uso público.

São muitos os exemplos de ordens religiosas que com suas atividades comerciais formaram grandes patrimônios, sendo as pioneiras da "Igreja/Empresa" no Brasil.

A partir de 15 de novembro de 1899, inicia-se a terceira estrutura da história do Es-



tado brasileiro, o “Estado Republicano” (de 1899 até hoje).

Com essa estrutura, grandes mudanças começaram na Igreja Católica no Brasil.

No “Estado de Santa Catarina” o conjunto de relações entre Estado, elites governantes locais, igreja institucional e classes populares inicia um processo de transição movido pelo novo sistema político e pela chegada de grandes contingentes de imigrantes europeus não ibéricos. O processo vai gerar grandes mudanças nas relações de poder e dominação.

No catolicismo “ibero-brasileiro” o binômio “fé e cultura” estava tão ligado que era difícil distinguir o traço cultural do traço religioso, gerando uma perfeita integração entre “igreja e estado”, “sagrado e profano”, “poder político e poder religioso”.

Com a Proclamação da República no Brasil e a divulgação do Decreto-Lei de 7 de janeiro de 1890, que separou a “Igreja” do “Estado”, a Santa Sé se apressa em reformar a Igreja no Brasil para enfrentar a nova situação.

As mudanças introduzidas na orientação da Igreja Católica Internacional após o “Concílio de Trento” (1546 a 1563), admite um novo comportamento conhecido como “catolicismo ultramontano” pela bibliografia geral (devido às suas origens na Itália, França e Alemanha) demoram a chegar ao Brasil, onde Catolicismo “ibero- “Brasileiro” continuou com “comportamento religioso e moral”, “devoções”, “procissões”, “festas” e “bênçãos” em completo conflito com as novas diretrizes.

A estratégia da Santa Sé para reformar esse catolicismo “ibero-brasileiro” começa com o envio da Europa a partir de 1815, de bispos reformadores e muitos padres regulares e seculares ligados à nova orientação.

O processo de “europeização e romanização” do “catolicismo brasileiro” tem suas diretrizes finalmente delineadas no “Conselho Plenário da América Latina” de 1899. Esse processo de modernização previa, inicialmente o envolvimento das classes médias e das elites dirigentes da sociedade.

A chegada desses “reformadores” com suas tarefas de “consolidar o patrimônio da igreja”, “mudar comportamentos sociais e religiosos”, “controlar igrejas e capelas”, “controlar irmandades e confrarias” e “combater as manifestações de religiosidade popular” provoca uma grande resistência que gerou conflitos de diversas origens, inclusive étnicas. Essas questões religiosas no Brasil estão ligadas ao processo já em desenvolvimento do “branqueamento”³⁴ da população, parte do processo de “civilização”, cujo suporte cultural dos “ideólogos” do Estado era a “europeização” da sociedade em sua totalidade.

Para realizar suas ações no “Estado de Santa Catarina”, os “reformadores” religiosos estabelecem alianças com toda a sociedade para afirmar sua nova ordem institucional. Essas alianças incluíam articulações no núcleo das elites dirigentes locais, para monopolizar o poder político em Santa Catarina, uma vez que o regime republicano os obrigou a

34 É uma ideologia que era amplamente aceita no Brasil entre 1889 e 1914, como a solução para o excesso de negros. Simpatizantes da ideologia de Branqueamento acreditavam que a raça negra iria avançar culturalmente e geneticamente, ou até mesmo desaparecer totalmente, dentro de várias gerações de miscigenação entre brancos e negros. Esta ideologia ganhou o apoio da ideologia do racismo científico e do Darwinismo social. Combinando essas duas ideias, a elite branca da época acreditava que o sangue “branco” era superior e inevitavelmente iria “clarear” as demais raças. <https://pt.wikipedia.org/>



criar condições organizacionais para se articularem junto ao poder constituído no sentido de defender seu patrimônio e conquistar espaços. Estas articulações permitirão à Igreja preservar todo o patrimônio que conquistou nas duas estruturas anteriores do Estado com o compromisso de manter o uso a que este patrimônio foi destinado.

Agora, a Igreja se aproximava das elites, pois essas duas facções da sociedade tinham um interesse comum por uma nova sociabilidade e um novo comportamento. Essa abordagem dá à Igreja a expectativa de ampliar seu patrimônio e concretizar seus projetos políticos e religiosos. propriedades, que passam de estatais a liberais (privadas e individuais), também é essencial para a transformação da sociedade em sociedade de classes. Essas transformações do regime jurídico dos bens imóveis da Igreja, fazem com que ela tenha total autonomia de gestão sobre o seu patrimônio. Surgem as estratégias de reavaliação do solo urbano de sua propriedade, a mudança do uso de seus edifícios, a liberação de terras; e mais tarde a atuação da Igreja como verdadeira corretora imobiliária, seja em ampliações, seja em edificações residenciais, somando-se a isso os enormes lucros imobiliários, que, livres de impostos, foram para mãos religiosas.

O estudo dos organismos e procedimentos judiciais da Igreja colonial assume uma importância dificilmente encontrada em tempos mais recentes. A íntima relação entre Igreja e Estado, aproximava a identidade entre poder político e religião, sendo quase impossível distinguir as jurisdições. Nesse contexto, a Igreja regulava a vida cotidiana nos mínimos detalhes e qualquer questionamento de sua autoridade enfrentava o Estado e o próprio Rei. Igreja/Estado, todas as funções serão divididas nessas duas etapas, a Igreja sempre cuidando mais da questão social como saúde, educação, assistência aos necessitados e as funções administrativas do Estado no que se refere aos registros gerais, casamentos, óbitos, nascimentos, registros civis etc. destacando neste trabalho o chamado Registo Paroquial inventariando juntamente com a estrutura administrativa portuguesa todos os imóveis particulares em todas as províncias brasileiras até 1822 (separação do Brasil de Portugal), continuando até o Estado laico brasileiro.

Essas funções obviamente tiveram reflexo no território, ou seja, nos espaços físicos ocupados pelos prédios e áreas para igrejas, cemitérios, hospitais, escolas, cartórios etc. Nas duas primeiras estruturas "Brasil Colônia" e "Brasil Império" as áreas e edificações utilizadas pela Igreja para cumprir suas funções têm basicamente duas origens: origem Estatal que são os edifícios e terrenos de propriedade do Estado destinados ao exercício das funções da Igreja; origem privada para os edifícios e terrenos adquiridos diretamente pela Igreja por meio de compra ou recebidos como doação de pessoas físicas.

A questão das doações remete também a apropriação de terras feita pelas entidades religiosas sobre as chamadas "terras de santo" e sobre os "campos comunitários". No caso das terras de "uso comunitário" ou "ager publicum", que são uma constante na ocupação "açoriana" do litoral sul do Brasil, fazendo parte do modo de produção e formação cultural do território em estudo. Essa forma de uso coletivo da terra, que chegou ao Brasil a partir do século XVIII, faz parte do legado da cultura camponesa portuguesa. Essa questão é de fundamental importância já que facilitou a apropriação por agentes privados, pois com as novas leis do Brasil do século XIX eram terras "sem proprietários" ou "terras devolutas". Por meio desse processo a "Igreja Católica" na ilha de "Santa Catarina" vai se apropriar de grandes extensões de terra seu principal exemplo é parte do "Campo das Camarinhas", terras que incluíam o atual bairro "florianopolitano" de "Trindade" na "bacia do Itacuru-bi", onde hoje se localizam vários "loteamentos da Igreja". Essa questão é abordada por

Campos (1991).

Outro tema pertinente são a chamada “terra de santos”. A partir de uma interpretação peculiar das leis vigentes algo levou religiosos e cidadãos a registrarem nas escrituras, terras em nome de diversos santos da Igreja Católica, que se tornam proprietários. As escrituras de propriedade têm duas origens: ou um cidadão nomeou seu herdeiro ao santo de sua devoção (geralmente deixando-o beneficiário de imóveis urbanos) já que antes da morte buscava obter um espaço no “paraíso”, ou eram extensos domínios da Igreja ou de antigas Ordens Religiosas abandonadas devido à crise do Brasil como retaguarda agrícola da Europa (final do século XVIII e início do XIX), essas conservando a inscrição imobiliária no nome anterior eram concedidas, à famílias camponesas que ali viviam sob um regime de uso com ocupação comunal (Fields, NJ 1991). As duas formas causaram grandes dificuldades à Igreja ao normalizar suas propriedades nos cadastros prediais no Brasil “moderno” dos anos cinquenta do século XX. É sempre importante não esquecer a interação espaço-temporal, pois a análise de eventos e conjunturas socioespaciais são incompreensíveis fora de seus tempos, como aponta Milton Santos:

“... existe ela articula o presente e o passado, pelo fato de sua própria existência. Esta é a razão que articula igualmente o presente com o futuro. Assim, uma abordagem espacial isolada ou uma abordagem temporal isolada são insuficientes. Para entender qualquer questão, precisamos de uma abordagem espaço-temporal” (SANTOS, 1978).

A gestão de todos estes espaços ficou a cargo das Ordens Religiosas ou Irmandades sob a supervisão das Dioceses.

Apesar de todo este patrimônio, prédios e terrenos, serem destinados exclusivamente ao uso público devido a sua origem estatal destinados ao cumprimento das funções públicas da Igreja imóveis ou de origem privada, recebidos como doação de particulares ou adquiridos por compra com fundos de contribuições e esmolas dos fiéis, para fins públicos tornaram-se finalmente bens privados incorporados ao patrimônio religioso.

Assim, durante as duas primeiras estruturas do Estado (o colonial e o imperial), todos os imóveis das origens mais diversas, destinados ao uso público tornaram-se privados.

São muitos os exemplos de ordens religiosas que com suas atividades comerciais paralelas formaram grandes patrimônios, sendo as pioneiras da “Igreja/Companhia” no Brasil.

Com essa estrutura, grandes mudanças começaram na Igreja Católica no Brasil.





4. A Costa Sul-Atlântica Meridional da América

Os conflitos, sociais, econômicos e políticos, por questões fronteiriças, entre os reinos de Portugal e Castela, serão intensos e variados e em territórios distintos, durante pelo menos dois séculos a partir da dissolução da União Ibérica em 1645.

Segundo “Le Corbusier”:

“os processos de evolução urbana precisam ser observados “in loco” já que cada território possui características especiais determinantes em seu processo de formação” (JEANNERET-GRIS, 1984)

Numa leitura superficial, com base em fenômenos idênticos, em latitudes distintas, mascaram-se processos que conduzem a conclusões equivocadas. Em se tratando da realidade brasileira, para se entender a dinâmica de um território e seu processo de urbanização, é necessário analisar as características e as relações econômicas, sociais e ambientais vigentes desde o surgir histórico passando pela evolução da região até sua presença como Estado Federativo. Inegavelmente, o processo de urbanização no mundo ocidental vai se iniciar na metade do século XIX, entendendo-se por processo de urbanização a migração acelerada do homem do campo para a cidade, consequência da intensificação do modelo industrial,

“Antes de 1850, [...] nenhuma sociedade poderia ser considerada como predominantemente urbana” (SOUZA, 2003).

Nos países de industrialização tardia o fenômeno ocorrerá de acordo com sua inserção neste processo ou não. Daí a importância que ganham os períodos históricos antecedentes e suas características únicas em cada latitude.

A origem histórica do Padroado Régio retrocede ao século IV quando o Imperador Romano Constantino concede liberdade de culto aos cristãos no ano 313. A partir deste episódio, este culto se consolida em todo o Império Romano com seus sacerdotes, conquistando direitos, tais como: isenção do serviço militar e foro privilegiado. Esta proteção gera uma rápida expansão da religião. A transferência do título de “Sumo Pontífice” do Imperador Romano para o Papa se faz neste período, 325 d.C. Daí em diante o governo religioso passa a constituir um departamento do Estado, e o Imperador acumulando o poder político e religioso. Esta estrutura faz com que as leis da Igreja sejam as Leis do Estado e vice-versa, e os inimigos da Igreja, inimigos do Estado, idem. A estrutura cruza a divisão do Império Romano, o Império Bizantino, e emerge na Idade Média como “Padroado Régio”. Somente com a ascensão do mercantilismo é que o Estado vai começar a se sobrepor à Religião Católica. Porém, a criação de outra instituição dentro da Igreja Católica, o “Tribunal da Inquisição”, vai conseguir prolongar, principalmente junto às Coroas Ibéricas a proteção ao catolicismo, única religião permitida nestes estados. No roce de interesses entre as coroas, a igreja assumia uma posição intermédia, ora defendendo uma, ora a outra, porém na América, mantendo-se independente em seu maior interesse, evangelizar os nativos e ocupar o maior território possível ampliando sua presença no mundo.

Voltando à disputa pelo controle da costa da América Meridional Sul-Atlântica, a

Igreja Católica lança em meados do século XV mais um complicador sobre o tema, a bula Papal "Inter Cætera Quæ" del 13 de marzo de 1455 y "Æternia Regis Clementia" del 21 de junio de 1481 (MARQUES, 1996) que concede à Ordem de Cristo a jurisdição sobre as terras ultramarinas que não pertençam a nenhuma Dioceses, estas unidas a determinação Papal, que concede ao Padroado Régio Português todas as terras do novo mundo conquistadas a leste do tratado de Tordesilhas (7/7/1494), linha esta que até hoje em pleno século XXI ninguém foi capaz de determinar. Apresentamos abaixo algumas destas linhas imaginárias (Figura 3):

O Tratado de Tordesilhas resultou de difícil aplicação tanto para Castela quanto para Portugal, aspirantes simultâneos ao Rio da Prata, que foi descoberto buscando uma passagem meridional até as verdadeiras Índias, logo despertando o interesse de uma via de penetração até a promissora riqueza da mítica "Sierra de la Plata". Sem dúvida, essa prata foi localizada pelos castelhanos, que avançavam com a colonização desde o Pacífico, a seu lado, Portugal também perdera interesse pela região ao concentrar seus recursos em zonas comercialmente mais rentáveis (ALBUQUERQUE, 1989).

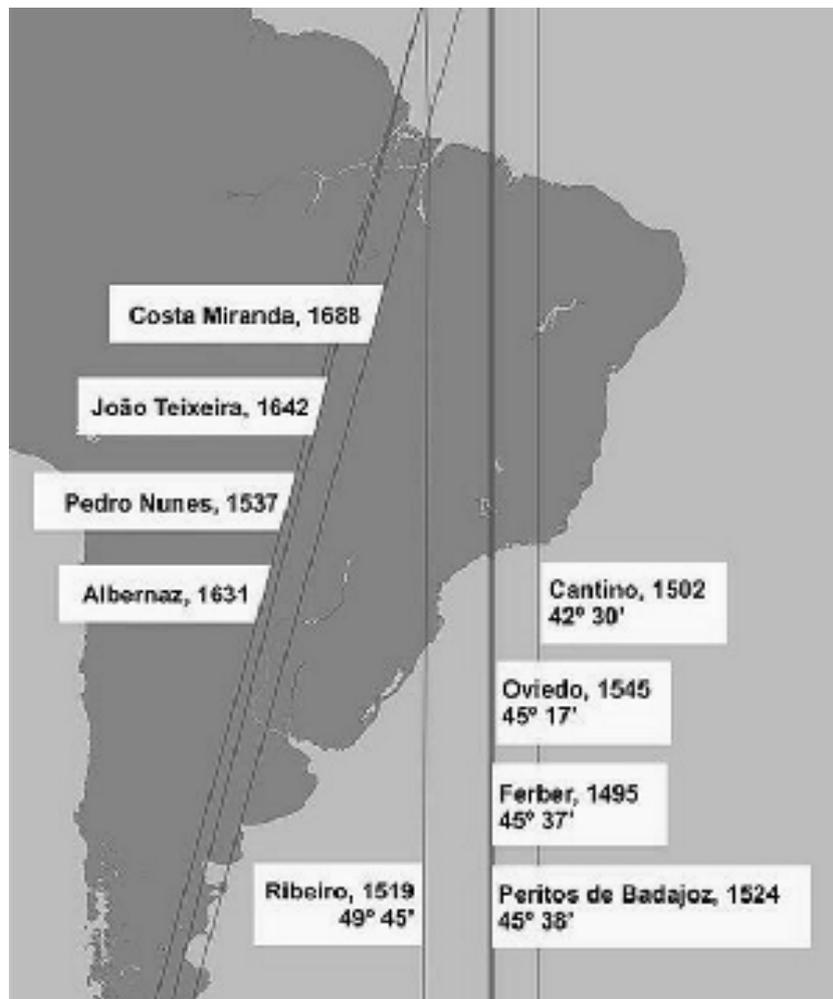


Figura 3. Tratado de Tordesilhas segundo vários geógrafos.

Fonte: Luís Albuquerque (Dir.). *Tratado de Tordesilhas e Outros Documentos*. Lisboa: Publicações Alfa, 1989.

O declínio do feudalismo, o surgimento do *Estado Absolutista* e o advento do renas-



cimento na Europa costumam marcar o início da Idade Moderna:

O absolutismo corresponde ao século XVII. Século de crises. Crises econômicas, colheitas ruins, camponeses europeus à beira da fome. Crise política, uma grande transcendência: a revolução Inglesa e a da Fronda, que não são impulsionadoras da revolução Francesa. Século de guerras. Guerra dos 30 anos. Tem sua origem no protestantismo e nas lutas religiosas. A primeira solução dada é a divisão da religião católica. A religião do Rei será a religião de seus súditos (JARILLO GOMEZ, 2005).

Esta instabilidade política e econômica, citada acima, acrescida das crises de legitimidade estabelece posses e direitos para a exploração sobre os territórios recém-encontrados vão marcar um período de instabilidade no mundo ocidental que exigirá reformas de todas as suas instituições. Estas reformas apontaram para a formação de estados com poder centralizado e respaldado por grandes forças militares capazes de proteger suas rotas marítimas e comerciais. A Igreja Católica, maior instituição do ocidente, sofre diversas cismas. Para manter sua unicidade, necessitava abandonar a face mística e conservadora ingressando num mundo mais racional e mercantil capturando a confiança da emergente burguesia. Estas mudanças levarão o mundo a renascer num período conhecido como iluminismo.

É importante lembrar que até o século XVIII, o nome Espanha (derivativo do Império Romano Hispania) era designativo de toda a Península Ibérica, que se compunha de uma série de reinos, a Espanha como país só será unificada durante o período iluminista, sendo que em 1812 adota-se o nome "As Espanhas", e em 1876, pela primeira vez, o nome Espanha (RUIZ, 2007). Até então os reinos que compunham a Península Ibérica eram jurídica e politicamente independentes sob uma mesma monarquia, a associação entre eles se dava por herança, união dinástica ou por conquista, forma de governo conhecida como *aequeprincipaliter*. Assim, cada reino mantinha seu rei, sua língua, seus foros e seu próprio sistema legal. Um primeiro passo para surgir o Estado-Nação, como conhecemos modernamente, é a consolidação das monarquias absolutas. Em Espanha, o Estado Absoluto ou Absolutista, só irá se consolidar após a guerra de sucessão (1702-1714). Este processo principia a partir da ideia de uma monarquia peninsular hereditária, presente já no reino Visigótico de Leovegildo em 560, reabilitada muito mais tarde por Afonso III de Astúrias e Leon de 866 a 910 tendo por capital a cidade de Toledo. Sua continuidade se reforçará com Afonso VII de Leão e Castela (1126-1157) com a obrigatoriedade de vassalagem cristã e muçulmana de todos os reinos, e, com as alianças matrimoniais com os reinos de Portugal, Leão, Navarra, Aragão, Granada e com os condados catalães e asiáticos. Com a ascensão dos Habsburgo (1400) várias medidas são tomadas para aglutinar o grande reino de Castela, todavia ainda instável. A reorganização começou pela supressão dos privilégios não castelhanos e culminou com o desestímulo à produção de cereais e incentivos à indústria (OCAÑA, 2015). O resultado não foi o esperado, porém a Inquisição, a que já nos referimos anteriormente, compensou com a ideologia a coesão desejada. Com a guerra de sucessão e a chegada dos Bourbon (1714) se consegue finalmente um reino único hereditário peninsular, estava finalizado o processo e formado o Estado Absoluto desejado.

O processo português para a instituição do Estado Absoluto não foi tão complexo quanto na Espanha. Portugal nunca teve um projeto de estado único hereditário. Seu território sempre foi mais coeso e todos sempre tiveram a lusitanidade como um bem comum.



Na verdade, alguns historiadores chegam a dizer que Portugal nunca teve uma monarquia absoluta, falando-se mais em monarquia tradicional. Portugal tinha seu rei aclamado, e não ungido ou sagrado como em Espanha, o que trazia mais comprometimento com a sociedade, o rei não estava acima das leis. O quadro só se altera no período Pombalino onde teremos um rei acima das leis seguindo o modelo "jusnaturalista" de Áustria. "O Marques de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), herói para os portugueses e uma figura nefasta para os brasileiros, é o nome do absolutismo em Portugal" (AZEVEDO, 2004). Como primeiro-ministro do rei José I (1750-1777) influencia um estado forte com um rei acima das leis. Neste período de ilustração, Portugal se moderniza aproximando-se da realidade social e econômica vigente nos países mais adiantados do norte da Europa. As muitas reformas Pombalinas, administrativas, econômicas e sociais, só não conseguem acabar com a Santa Inquisição que vai se prolongar até 1821.

A monarquia na Inglaterra a partir do século XIII possuía um parlamento o que já limitava o poder real e a diferenciava das outras. A "Guerra dos Cem Anos" (SALOMÃO, 2006) vai dar mais coesão à aristocracia junto ao rei o que aumenta seu poder. A derrota nesta guerra inverte esta situação: a nobreza descontente investe contra o rei na "Guerra das Duas Rosas" (1455-1485) provocando grave crise econômica e dilacerando a governabilidade. Henrique VIII, com a Reforma Anglicana, unifica Coroa e Igreja. Ao eliminar a Igreja Católica e redistribuir seus bens como moeda de troca por apoio junto à nobreza restabelece o poder religioso e o poder real. Com os poderes restaurados faz grande investimento na marinha e passa a disputar com as Coroas Ibéricas o controle sobre os mares. Este poder vigoroso se prolonga até o casamento de Maria Tudor com Felipe II da Espanha (1553-1558). Neste período se restabelece o catolicismo na Inglaterra que será novamente abolido com a ascensão de Elisabeth I (1558-1603). Esta filha de Henrique VIII, retoma sua política consolidando o anglicanismo e aumenta o poder inglês nos mares através de uma política mercantilista agressiva. Sua morte sem herdeiros deixa o trono a Jaime I da Escócia que inicia a dinastia Stuart. O sucessor de Jaime I, Carlos I recebe um país territorialmente já consolidado com a união dos principais reinos. Porém, a avidez por mais impostos leva seu reino à guerra civil (1628) que resulta na proclamação de uma república liderada por Oliver Cromwell. De 1653 a 1658 Cromwell assume o papel de ditador pessoal. Neste período a Inglaterra tornou-se uma grande potência, com o desenvolvimento da indústria naval, principalmente após a publicação dos Atos de Navegação (1650), protegendo os mercadores ingleses. A morte de Cromwell promove o retorno da monarquia e dos Stuarts. Guilherme de Orange usurpa o trono a Jaime II apoiado pelos partidos políticos. Jura a Declaração de Direitos estabelecendo a monarquia parlamentar pondo ponto final à Revolução Gloriosa e levando a Inglaterra à condição de país líder do mundo moderno.

Este resumo da consolidação dos principais países europeus como nação se completa com a França, berço do Estado Absoluto. É a dinastia Bourbon a consolidadora deste regime. Seu apogeu se dá com Luís XIV (1643-1715) conhecido como o rei Sol. Baixo o lema "O Estado sou eu", teve como executor de suas medidas o cardeal Mazarino. Entre estas medidas, acabou com a associação entre burgueses e nobres (Fronças - as maiores opositoras do poder absoluto). Usando sua imagem, gestos e poder, impunha o medo e o respeito de seus súditos. Luís XIV tornou-se o símbolo da moderna monarquia absoluta europeia. Perseguindo a ideia da integridade, unificou as religiões através do Édito de Nantes (1685). Em seu longo reinado (1661-1715) consolidou a ideia do grande Estado/Nação, equipou e fortaleceu seu exército, levando a França a ser o maior e mais poderoso país europeu do início da modernidade.



Apesar de ser a França a grande impulsionadora do absolutismo e do Estado/Nação, bases fundantes do modelo industrial e do liberalismo econômico é a Inglaterra que traça sua segurança jurídica e social através da Declaração dos Direitos (Bill of Rights). Esta lista de direitos funda a liberdade de expressão, a liberdade política, a liberdade individual, o direito de propriedade, e a tolerância religiosa. John Locke (1632-1704) porta-voz do liberalismo político incentiva o predomínio da burguesia nos parlamentos, criando as bases necessárias ao avanço do processo industrial e do modo de produção capitalista.

A importância que ganha o comércio marítimo a partir do século XVI é tamanha que se convencionou chamar este período de *Era das Navegações*. O comércio deslocou-se do Mediterrâneo para o Atlântico e o mercantilismo desenvolveu-se apoiado pela expansão do Capital comercial e usurário, incentivado pela Reforma Religiosa. Esta reforma na Igreja Católica (Concílio de Trento) objetiva entre outras a transformação do regime jurídico da Instituição que passa de estatal e pública a liberal, privada e individual. Esta mudança é fundamental para transformar toda a sociedade numa sociedade de classes, mas também, dá total autonomia à Igreja sobre a administração de seus bens e a introduz diretamente nos negócios como Igreja/Empresa. A partir da formação da pluralidade nos estados modernos, a Igreja se constitui como sociedade autônoma, igual ao Estado, porém com ordem diversa.

O capitalismo mercantilista, ou mercantilismo, a partir do século XV troca a terra pelo comércio e a expansão marítima como principal fonte de renda. Este desenvolvimento comercial e mercantil vai exigir uma grande reforma política também na organização dos Estados. A centralização do poder nas mãos de um só rei em um estado grande e forte se faz fundamental.

“No século XVI, um novo padrão de vida emergiu do novo modo de produção econômica (capitalismo mercantilista), assim como uma nova estrutura política, expressa principalmente pelo despotismo centralizado ou pela oligarquia, em geral personificada em um Estado Nacional” (MUNFORD, 2008).

Consolidados os estados absolutos, a partir dos séculos XVII e XVIII, França e Inglaterra passam a liderar a economia mercantilista europeia. Os Ingleses estimularam sua construção naval criando uma poderosa marinha mercante, adotou medidas de proteção promulgando os Atos de Navegação (1660), que proibia a qualquer navio estrangeiro o transporte de produtos de sua metrópole ou de suas colônias. Esta postura assegurou o controle das rotas e mercados ultramarinos pela Inglaterra, dominando o comércio de produtos agrícolas e industriais (Europa, América do Norte) e o comércio do contrabando com o Oriente.

O continente americano, depois da conquista pelos europeus, não vai conhecer outro modo de produção que não seja o capitalista, ou seja, num primeiro momento, a busca incessante da acumulação de riquezas através da circulação de mercadorias. Esta condição forma no imaginário das populações locais a ideia da impossibilidade de outras formas de se organizar o sistema produtivo fora destes preceitos.

A supremacia dos Ingleses no mercantilismo internacional e conseqüentemente nos novos mercados ao sul do continente vai encorajar empreendedores privados a se aventurarem por estes espaços. Podemos dizer que a primeira crise do modo de produção capitalista surge aí nestas latitudes.



A referida crise tem como protagonista o inglês Robert Harley, a partir de 1711, quando funda a The South Sea Company, uma organização comercial privada com o único objetivo de comercializar de forma exclusiva com a América do Sul, privilégio obtido após a guerra de sucessão Espanhola. A novidade gerou grande especulação econômica elevando em até 10 vezes os títulos da empresa no primeiro semestre de 1720. A bolha econômica, que surge deste episódio, vai gerar uma das mais sérias crises do capitalismo conhecida como Quebra dos Mares do Sul¹⁸. Este episódio serve para ilustrar a importância e a curiosidade avara que este território sempre despertou ao resto do mundo.

A participação dos Portugueses e Espanhóis, nesta disputa comercial, se dará de forma distinta. Apegados ainda à cultura do domínio da terra deixam o mar para ingleses e franceses e iniciam uma disputa fratricida de fronteiras.

A partir de 1645, com a restauração da independência em Portugal, se dá início a uma intensa disputa com Espanha para o estabelecimento de fronteiras. Estas lutas aconteceram tanto no continente europeu como na colônia portuguesa do Brasil. A legitimação destas fronteiras se dava através da urbanização do território com a fundação de colônias não obedecendo as linhas imaginárias dos tratados propostos e ratificados pela Santa Sede.

O território mais disputado entre Espanha e Portugal era sem sombra de dúvidas a costa sul atlântica meridional de América e com ela a foz do Rio da Prata por sua importância estratégica como acesso a prata Peruana.

Assim, o movimento de expansão e exportação da civilização ibérico/europeia se dá através do processo de urbanização do continente americano tendo como motivação as rotas mercantis e a busca de novas riquezas. É inegável que existem diferenças entre o processo de urbanização português e o espanhol. Num passado recente se valorizava a operatividade espanhola e menosprezava a espontaneidade portuguesa nestes eventos, fatos contestados vigorosamente pelos segundos ao longo dos últimos anos. No dizer do brasileiro:

A cidade que os portugueses construíram na América não é produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma previdência, sempre esse significativo abandono que exprime a palavra “desleixo” — palavra que o escritor Aubrey Bell considerou tão tipicamente portuguesa como “saudade” e que, no seu entender, implica menos falta de energia do que

18 Mais conhecido do que A Companhia dos Mares do Sul é talvez a “bolha dos Mares do Sul” (1711 – setembro 1720), que é o nome dado à bolha econômica que ocorreu através da especulação, superaquecendo as ações da empresa durante 1720. O preço caiu mesmo ano depois de atingir um pico em setembro. À companhia, formada em 1711 por Robert Harley, foi concedido direitos de exclusividade na América do Sul espanhola. Os direitos comerciais foram pressupostos à conclusão bem-sucedida da Guerra da Sucessão Espanhola, que não terminou até 1713 como esperado, e os tratados de direitos reais concedidos não foram tão abrangentes quanto Harley tinha expectativas originalmente. Em troca desses direitos, a empresa assumiu em torno de £ 10 milhões de títulos do governo, trocando-os com os obrigacionistas de ações da empresa a juros de 6%. A empresa não realizou uma única viagem comercial à América do Sul até 1717 e fez pouco lucro real. Além disso, quando laços entre Espanha e Grã-Bretanha se deterioraram em 1718 as perspectivas em curto prazo eram muito pobres. No entanto, a empresa continuou a argumentar que o seu futuro em longo prazo seria extremamente rentável. Em 1717 a empresa assumiu um reforço de mais 2 milhões da dívida pública.

Compra da dívida pública

Em 1719, a empresa propôs um esquema pelo qual teria de assumir toda a dívida remanescente nacional da Grã-Bretanha (£ 30.981.712), oferecendo suas próprias ações em 5% em troca de títulos do governo em um acordo com duração até 1727. O Banco da Inglaterra propôs um outro acordo: Se esperava para fazer um lucro considerável para pagamento da dívida, porém demorou muito para anunciar a proposta que foi aceite de uma forma ligeiramente alterada em abril de 1720. O Chanceler do Tesouro, John Aislabie, foi um forte defensor do esquema. A dívida total com o governo em 1719 foi de £ 50 milhões: £ 18,3 milhões foram assumidos por três grandes empresas. 3,4 milhões pelo Banco da Inglaterra. 3,2 milhões pela Companhia das Índias Orientais. 11,7 milhões pela South Sea Company. Privada a dívida o capital resgatável totalizou 16,5 milhões de libras. £. (BETTEL, 2004, p.53).



uma íntima convicção de que “não vale a pena [...]” (BUARQUE DE HOLANDA, 1947).

No que é contestado ferozmente pelo português:

Sérgio Buarque de Holanda, prestigioso historiador brasileiro, pretendeu opor os centros urbanos da América espanhola aos da América portuguesa. Nos primeiros, a cidade regular é “um ato definido de vontade humana”, “o esforço determinado de vencer e retificar a fantasia caprichosa da paisagem agreste”. Pelo contrário, a «cidade que os portugueses construíram na América não é o produto mental, não chega a contradizer o quadro da natureza, e a sua silhueta se enlaça na linha da paisagem. Nenhum rigor, nenhum método, nenhuma providência, sempre este significativo abandono que exprime a palavra *desleixo*. O que fica dito procura esclarecer o problema que o ilustre historiador colocou apenas na maneira simplista de uma pretensa oposição de psicologia étnica (RIBEIRO, 1994).

Aqui, porém, interessa pouco às diferenças, mais as convergências, mesmo porque a maioria dos assentamentos humanos portugueses ao longo da referida costa inicialmente não aconteceram por iniciativa oficial, e sim pela iniciativa privada, passando posteriormente ao controle da Coroa:

Dado o escasso número de povoadores de origem portuguesa, logo reforçados por mestiços, muitas cidades e vilas não tiveram origem num ato intencional de fundação, mas desenvolveram-se, como tantas povoações de Portugal, «de maneira espontânea, por assim dizer insensível», de arraiais ou povoadores nascidos em locais de pesca, em, pois os nos caminhos ou seus cruzamentos, onde descansavam as tropas de burros, de feiras em lugares cômodos pela posição, mas inicialmente despovoados (RIBEIRO, 1994).

A intenção é destacar os fatores que aproximaram portugueses e espanhóis quanto à construção de póvoas no território em estudo, são eles: a falta de recursos; a escassez de mão de obra especializada europeia; materiais disponíveis distintos dos usados pelos colonizadores em seus países; a dificuldade de comunicação devido às diferentes línguas e culturas presentes na mão de obra dos povos originários disponíveis. Tudo isto envolto num clima sempre voltado para o mar, palco verdadeiro das lutas e disputas fronteiriças calcadas na economia. Assim, os povoados aí produzidos por portugueses e espanhóis até o século XVIII não passavam de portos costeiros para proteger a frota marítima em terras inóspitas e pobres sem um programa de colonização de grande envergadura. Eram pequenas vilas do possível.

O número de fundações portuguesas é bem inferior às espanholas, nos primeiros anos das colônias americanas. Assim sendo, do século XVII até o final da União Ibérica foram fundados em toda a colônia portuguesa apenas 36 núcleos urbanos sendo 4 na costa sul, ao passo que os espanhóis fundaram no mesmo período em suas terras 330, sendo somente 5 na costa sul, mas especificamente na foz do Prata.

No caso brasileiro, a chegada da colonização portuguesa voltada para o mar e com o objetivo extrativista para alimentar sua frota mercante de víveres e mercadorias criou na costa sul uma estrutura dinâmica que vemos como uma rede urbana do litoral:



O litoral joga um papel de enorme transcendência na organização territorial derivada do processo colonizador. Os nós portuários se configuram como os estruturantes de um "hinterland" nem sempre profundo e cuja função principal segue sendo facilitar a expedição dos recursos naturais (BARRAGAN MUÑOZ, 1998).

O território que aqui chamamos de costa sul do Brasil, se estende de Cananeia no litoral do atual estado de São Paulo à foz do Rio da Prata, e não estava ocupado nem por portugueses ou espanhóis até meados do século XVII. A rede urbana litorânea vai sendo aos poucos formada a partir de São João Batista de Cananeia (Cananeia) por paulistas que fundam: Paranaguá (1648); São Francisco do Sul (1650); Nossa Senhora do Desterro (Florianópolis) (1675); Santo Antônio dos Anjos da Laguna (Laguna) (1676); interrompendo sua ocupação costeira em direção ao sul por impossibilidades geográficas ao chegar ao litoral do atual estado do Rio Grande do Sul, como relata Abreu:

"A costa pitoresca, elevada, opulenta de ilhas e portos até Santa Catarina, abaixa-se além, apresentando-se nua estéril e inóspita" (ABREU, 1986).

Porém, é bom lembrar que a foz do Rio da Prata começa a ser colonizada no mínimo cem anos antes.

O apoio estratégico da ilha de Santa Catarina, onde posteriormente seria fundada Nossa Senhora do Desterro, é fundamental nesta conquista, navegadores de diversas nacionalidades daí partiram em busca de riquezas. Também, portugueses e espanhóis, mais interessados nas terras que presumiam suas, de aí saíram a estabelecer povoados que servissem de entrepostos comerciais na cobiçada foz. Podemos até dizer que esta ocupação se compartilhou amistosamente visto estarem sob a União Ibérica.

Assim, sendo fundada em 1536 pelo espanhol Pedro de Mendoza, destacamos de portas abertas ao oceano atlântico, a atual cidade/porto de Buenos Aires cidade fundada em 1580, por iniciativa de Felipe II rei de Espanha e Portugal:

Não tardou muito para que comerciantes Portugueses, com ligações com o Brasil, ramificassem seus interesses para o sul do continente e o seu interior. Porto de entrada de escravos africanos e saída da prata Potosi na Bolívia, Buenos Aires tornou-se ao longo da primeira metade século XVII um espaço de vivência entre lusitanos e espanhóis (CEBALLOS, 2008).

Ainda no ano de 1536, se funda Assunção por iniciativa espanhola, que fundam também Santa Fé (1573); Corrientes (1588), os portugueses por sua vez fundarão Colônia em 1680 e Montevideo em 1724, ambas após o final da União Ibérica e detonadoras dos conflitos fronteiriços entre Espanha e Portugal na Costa Sul - Atlântica Meridional de América.

Finalmente, consideramos que a investigação a respeito das evoluções urbanas e das ocupações territoriais são elementos fundamentais para a construção de um diagnóstico a respeito do potencial econômico e social de uma cidade e sua região. Dentro desta ótica, temos a certeza de que através dos antecedentes históricos podemos construir a ideia de se buscar na importância estratégica da ocupação da Costa Sul Atlântica Meridional da América e a sua ampliação, o Oceano Atlântico, indícios de um futuro que se concretizou



próspero. O tema dos conflitos fronteiriços, embora bastante explorado sob seu aspecto histórico apresenta um vácuo através do prisma econômico e social o que justifica a análise da chegada do modo de produção mercantilista, como elemento impulsionador destas lutas. Ainda sobre este conturbado processo de urbanização, dizer que num primeiro momento foi parte integrante de um processo estratégico de ampliação da circulação de mercadorias. A seguir as atividades econômicas e comerciais cresceram independentemente da vontade do poder central europeu, ganhando autonomia e determinando o futuro de enclaves urbanos, que se tornariam importantes não só ao Brasil, mas a todos os países da região. Baseados nestas afirmações prosseguimos sem a intenção de uma nostalgia estática, negação do presente, mas sim, de resgatar o sentido da vivência cotidiana, das relações entre a população dos espaços citados, calcadas em nossas raízes históricas, urbanas e ambientais buscando novos momentos.

5. Catolicismo e Desenvolvimento Urbano da ilha de Santa Catarina

Estudando os diversos agentes de geração e transformação urbana na ilha de Santa Catarina, encontramos a Igreja Católica, como um de estes agentes.

Numa espacialização da narrativa histórica, teremos uma tríplice dialética do espaço, do tempo, e do ser social (SOJA, 1989).

O estudo dos agentes de transformação urbana devem ser objeto de análise científica tendo em conta que a evolução das grandes cidades não constitui um conjunto de dados aleatórios que se somam por acaso. Segundo Reis Filho (1968), estes dados são na realidade produto de um processo de origem social, que é o processo de urbanização. Estes diversos agentes interveem neste processo mediante diversas formas de poder. Esta análise exige um conhecimento do sistema social do Brasil em suas três estruturas: o Estado Colonial, o Estado Imperial, e o Estado Republicano. Exige também um aprofundamento da história da Igreja Católica no Brasil, através de um trabalho de reconstrução histórica que permita determinar os mecanismos das intervenções ocorridas neste processo de urbanização. Com isto, tentamos contribuir ao conhecimento das particularidades da evolução urbana da ilha de Santa Catarina, cujas análises feitas até este momento apontam algumas omissões fundamentais. Uma destas omissões é exatamente não apresentar a instituição Igreja Católica entre os agentes de transformação social e espacial da ilha de Santa Catarina e de seu núcleo central a cidade de Florianópolis apesar dos fortes indícios desta presença, dos quais apresentamos os seguintes pontos: Os estudos existentes quando falam do Estado como agente de transformação urbana nas estruturas do Estado Colonial e do Estado Imperial omitem que a Igreja Católica era parte integrante do Estado e que atuava nos núcleos urbanos em níveis estatais tão diversos como a saúde, a educação, nos registros públicos etc. ao mesmo tempo que se consolidava como grande proprietária de fazendas, áreas urbanas, engenhos e negócios de importação e exportação.

As investigações nos diversos documentos e nos registros das propriedades disponíveis nos cartórios apontam uma preponderância patrimonial urbana da Igreja Católica, que só por isto já deveria ser investigada como principal agente de transformação urbana.

Os tipos de explicações existentes parecem insuficientes para compreender a forma-

ção de tão grande patrimônio e suas posteriores mudanças de uso.

Os autores que se ocupam da presença da Igreja Católica na ilha de Santa Catarina se preocupam apenas com seu aspecto religioso e doutrinário.

Assim, julgamos que este tema comporta uma investigação mais ampla, e que o material obtido deveria ser submetido a um tratamento metodológico, capaz de esclarecer estas questões, acompanhado de um amplo levantamento de dados de caráter histórico e geográfico, e um aprofundamento dos aspectos teóricos.

A Igreja Católica e sua evangelização dominadora de pessoas e territórios chega à ilha de Santa Catarina unida com o Estado Português em função do Padroado Régio. Este binômio Igreja/Estado vai dominar o Brasil nas duas primeiras fases da sua história: O Brasil Colonial e o Brasil Imperial.

Durante estas duas estruturas a fusão e confusão entre Igreja e Estado faz com que a primeira se aproprie de um grande patrimônio imobiliário, além de envolver-se com outras atividades empresariais.

No início da terceira estrutura do Estado Brasileiro, o “Brasil República” a Igreja Católica se separa definitivamente do Estado. Porém sua posição de instituição mais importante do país, por debaixo somente do Estado, já estava consolidada, e isto faz com que consiga manter seus privilégios. Esta etapa coincide com a chamada ‘modernização’ da Igreja Católica que adota a burocracia como forma administrativa (SERPA, 1997). A burocracia como forma administrativa muda as relações entre a instituição e a sociedade tomando estas relações impessoais, o que facilita a entrada da Igreja na economia capitalista moderna, atuando como empresa. Mas, vista desde os olhos do povo, a Igreja segue sendo uma instituição preocupada com a caridade e os problemas sociais, já que a sabedoria popular sabe bem separar a atuação da Igreja como instituição do clero como indivíduos. Esta separação facilita o nascimento de duas “Igrejas Católicas” no Brasil, uma reacionária e conservadora conectada a atividades empresariais e representada por cardeais perfumados e outra flexível, conectada com os problemas sociais do país e representada por padres e bispos com franca vocação pastoral.

Assim, ao tentar registrar cada etapa do desenvolvimento urbano da ilha de Santa Catarina encontramos a influência da Igreja Católica.

Procurando captar as condições concretas através da ação dos agentes transformadores e seus significados neste processo, verificamos que não houve urbanização na ilha nos primeiros anos, quando este território foi usado somente como base territorial de um apoio militarizado de defesa da costa sul do Brasil, com uma única intenção: proteger uma política de colonização baseada em uma economia de extração e exploração de riquezas naturais.

Com a implantação do sistema de “capitanias hereditárias” e o estabelecimento de uma agricultura regular, Portugal inicia urna nova forma de colonização, passando o Brasil a constituir uma retaguarda agrícola para o mercado europeu. A este mercado enviava produtos agrícolas de baixo preço e em troca recebia produtos manufaturados. Este comércio entre Brasil e Europa, significa a transferência ao exterior dos efeitos dinâmicos



desta agricultura sobre a economia local, efeitos estes que são principalmente: o aumento da oferta e da procura, e o aumento do índice de urbanização.

Assim, o Brasil se transformou em uma grande unidade agrícola dedicada a monocultura e movida a trabalho escravo. Os grandes lucros gerados por este sistema atrairiam todos os capitais disponíveis. Os grandes fazendeiros eram vistos como "*os portugueses no Brasil*" e viam nossos núcleos urbanos com vínculos na estrutura europeia, frequentavam estes núcleos só esporadicamente com o único objetivo de manter a coesão local. Neste contexto começa a atuação da Igreja Católica como empresa no Brasil. Sua condição de grande proprietária de terras e capital, faz com que assuma desde logo a posição de líder neste sistema econômico, tanto na exportação de produtos agrícolas como no tráfico de escravos africanos. A expansão deste sistema vai levar a ocupação da ilha de Santa Catarina com imigrantes açorianos e madeirenses na metade do século XVI, Porém, a grande demanda e a acumulação de riquezas não implicam em qualquer transformação qualitativa, ou qualquer mudança de caráter estrutural. Assim, quando o mercado internacional começa a tomar-se desfavorável, o sistema não se desorganiza, mas sim começa uma lenta decadência.

Na imigração açoriana e madeirense é que começa de fato a urbanização na ilha de Santa Catarina. Este processo está baseado no modelo de colonização/evangelização da Igreja/Estado que marca desde os primeiros dias a presença da Igreja e seus reflexos sobre o território. Assim, a Igreja e sua relação com as atividades econômicas se incorporam despercebidamente com grande facilidade a cultura local. A população encara esta relação com grande naturalidade, visto que a participação da Igreja em diversos setores da economia tem a conivência da sociedade como um todo separando o aspecto 'religioso' e 'doutrinário' das atividades empresariais como se fossem duas coisas completamente distintas sem nenhuma conexão.

O importante papel desta instituição como agente de transformação no território em estudo ganha um aspecto mais polêmico quando verificamos que sua preponderância patrimonial, principalmente no setor imobiliário, tem origem pública e estava destinada ao uso público. Baseamos esta afirmação no seguinte raciocínio: como já visto Igreja e Estado repartiram muito tempo às funções públicas, ficando nas mãos da Igreja as Áreas de Saúde, educação e registros públicos. Estas funções tinham um reflexo sobre o território, materializado nos espaços físicos utilizados para estas atividades. Com a separação da Igreja do Estado, esta fica com todo este patrimônio público.

A Igreja adquire grande patrimônio com as esmolas e doações da população. Essas esmolas e doações eram sempre solicitadas a população e aos órgãos públicos sob o pretexto de "solidariedade e caridade" e sua concessão estava vinculada a causas sociais e para uso público.

Porém, a transformação do regime jurídico destas propriedades, que passam de estatal e pública para liberal, privada e individual é também imprescindível para a transformação da sociedade em uma sociedade de classes, dando a Igreja total autonomia sobre a gestão de seus bens.

Esta participação da Igreja na evolução urbana da ilha, como grande proprietária de solo urbano, é marcada pelos planos urbanísticos da administração pública. Estes planos

se baseiam nas teorias da modernidade, do iluminismo e da racionalidade a partir das transformações “Trentinas” que vão ser sentidas neste território somente a partir de finais do sec. XVIII.

As propostas que se seguem são de um urbanismo neoconservador que estabelece um pacto entre a administração pública e os interesses privados, a primeira gerenciando e ordenando a cidade e os segundos controlando e beneficiando-se dos lucros gerados nas reformas interiores e na expansão das cidades. Este processo nos conduziu a atualidade liberal-reformista e seus conceitos de infraestruturas, residências, higiene e uso do solo.

Levou também as pressões políticas dos grandes proprietários de solo urbano na busca de investimentos públicos para a construção de caminhos para expandir a cidade. Estes investimentos fragmentam e mudam o uso do solo de rural para urbano gerando aí, com o dinheiro público, rendas diferenciais que são apropriadas pelos proprietários privados da terra.

Neste contexto, a Igreja/empresa ganha destacada participação como agente imobiliário. Esta participação chama mais a atenção por ser uma atividade intrinsecamente conectada com a evolução urbana. Assim, destacamos a Igreja Católica e sua participação na expansão imobiliária da Ilha de Santa Catarina que ganha força a partir do final do sec. XIX. Os efeitos práticos desta participação com características especulativas, podemos classificar em quatro tipos:

1. Na liberação de solo urbano: Sobre as propriedades da Igreja se abrem novas ruas, praças e outros espaços livres de edificações. Aí destacamos a necessidade de transformar o núcleo inicial da cidade adequando-a às necessidades da burguesia.
2. Nos aluguéis: As transformações sofridas pelas legislações, beneficia aos proprietários de imóveis, e conseqüentemente a Igreja Católica, tomando os aluguéis um negócio de bons lucros.
3. Nas transformações de uso: As grandes propriedades agrícolas da Igreja Católica passam a formar parte da extensão da cidade, gerando grandes loteamentos.
4. Na construção civil: Já que no sec. XX a Igreja Católica em associação com bancos e construtoras passa a se dedicar a construção de edifícios residenciais, centros comerciais etc.

A participação da Igreja Católica na organização da vida urbana da ilha de Santa Catarina, desde a configuração dos primeiros núcleos até a contemporaneidade demonstra a soma de todas as épocas, das condicionantes históricas precedentes, e da atuação de este agente no processo de evolução urbana.



6. Evangelizar para conquistar almas, urbanizar para conquistar territórios

Dentro deste processo de evolução urbana, dois temas de vital importância chamam a atenção: o primeiro é a existência de um paradigma de ocupação colonial comum aos espaços insulares vinculados a uma urbanização civil e militar com preocupações de defesa do território, como nos lembra Souza (1990 p.13) escrevendo sobre a ilha que abriga a cidade de Vitória no estado brasileiro do Espírito Santo, complementado por Silva (1990). Este paradigma impõe no território em estudo, uma ocupação e posterior gestão territorial religiosa e militar baseada em uma rede de igrejas junto a fortalezas em núcleos dispersos pelo território conectados entre si, e todos conectados a um núcleo principal.

O segundo é estabelecer uma análise dos aspectos construtivos do conjunto Igreja/Forte edifícios principais e elementos geradores destes núcleos (CUSTODIO, 2011). No caso específico, da ilha de Santa Catarina, o fim da união ibérica em 1640, vai forçar a necessidade de uma rápida urbanização e ocupação territorial temendo uma invasão iminente, temor este que vai se confirmar com a invasão espanhola de 1777. A preocupação com a proteção deste espaço estratégico vai trazer ao território o engenheiro militar Brigadeiro José da Silva Paes, com a missão de fundar núcleos, construir fortes e igrejas para receber a imigração maciça de famílias oriundas das ilhas portuguesas, Açores e Madeira, que serão as responsáveis pela colonização da ilha de Santa Catarina. As dificuldades de recursos físicos e econômicos, além da carência de mão de obra, vão dificultar enormemente o trabalho de Silva Paes e seus sucessores.

Os espaços insulares ganham relevância fundamental na construção das colônias ibéricas na América. A expansão dos europeus ibéricos em direção ao novo mundo se faz primeiramente de "ilha em ilha" (BOORSTIN, 1989). Durante o século XVI esta expansão se consolida, os portugueses firmando-se no Brasil e no Congo e os espanhóis penetrando no continente americano com a chegada de Cortez a Tenotitlan (1521), Pizarro e Almagro conquistando o Peru (1532-1535), y Jimenez de Quesada na Colômbia (1536-1540). Esta penetração nos continentes vai reforçar a importância estratégica e econômica do sistema insular. Importante, porém, dizer da diversidade quanto à ocupação das ilhas encontradas em toda a extensão do Atlântico, onde vamos encontrar:

1. Ilhas habitadas, com um espaço social e econômico organizado, como exemplos o arquipélago das Canárias, a ilha de Luanda nas costas africanas, ou as Antilhas junto ao continente americano.
2. Ilhas desabitadas, porém, próximas da costa.
3. Ilhas pouco habitadas, visitadas periodicamente ou ocupadas por períodos determinados como, por exemplo, Marajó, São Francisco e a ilha de Santa Catarina para usar exemplos da costa brasileira.
4. Ilhas isoladas completamente desabitadas, distantes da costa e por isto inatingíveis pela incipiente navegação dos nativos, só alcançáveis pela desenvolvida navegação dos colonizadores europeus, como exemplo a ilha de Fernando de Noronha para seguir no Brasil.



Inegavelmente, os ibéricos ganham destaque entre os séculos XV e XVII pelo desenvolvimento de sua navegação oceânica, que os conduzirá à conquista de colônias na América, África e Ásia. O desenvolvimento desta arte náutica está intrinsecamente conectado ao estabelecimento de novas rotas comerciais via Atlântico, já que a navegação intramediterrânea em direção a Índia tornava-se cada vez mais conflitiva nestes tempos, devido principalmente a expulsão dos muçulmanos da península Ibérica e o consequente bloqueio de Constantinopla, a porta do Oriente. Um novo caminho para as Índias torna-se necessidade obsessiva entre portugueses e espanhóis. A busca de uma nova rota para o Oriente vai transformar o Atlântico e suas ilhas num tabuleiro estratégico disputado pelas coroas europeias com destaque para Espanha e Portugal e a presença da Igreja Católica como elemento comum. As primeiras ilhas a serem conquistadas são as mais próximas do continente africano, é uma conquista sangrenta vista que sua posição mais costeira as fazia habitadas por nativos. Assim, os espanhóis se empenham na conquista das sete ilhas do arquipélago das Canárias, uma conquista difícil e lenta devido à forte resistência dos "guanches"¹⁹. Esta conquista inicia em 1402 pela ilha de Lançarote e só irá se consolidar com a conquista da última ilha, Tenerife, em 1495. Afonso de Lugo, autor da proeza, firma a primeira base para o estabelecimento da rota das Índias Ocidentais de Cristóvão Colombo.

Os portugueses iniciam com Bartolomeu Dias a conquista insular para estabelecer a primeira base de sua rota do Cabo a ser percorrida por Vasco da Gama (SOUZA BASTOS, 2012). As viagens de Pedro Alvares Cabral e outros que o sucederam, a partir da ocupação do arquipélago da Madeira em 1419 por João Gonçalves Zarco e Tristão Vaz Teixeira, não tiveram tantas dificuldades como Dias, por tratar-se de ilhas desocupadas a ocupação e exploração foram pacíficas. El Rei de Portugal D. João I, no mesmo ano de 1419 já estabelecia aí as capitânias hereditárias de Funchal, Machico e Porto Santo. Fixadas estas bases insulares estratégicas e seu posterior desenvolvimento econômico partem portugueses e espanhóis para a conquista do continente africano e de outras ilhas não menos importantes para o estabelecimento das rotas utilizadas por Cristóvão Colombo as costas americanas em 1492, e Pedro Alvares Cabral ao Brasil em 1500.

Os papéis logísticos representados pelas ilhas nas conquistas e consolidação das colônias no Atlântico, vão ter dentro do processo de urbanização e evangelização uma estratégia específica de ocupação insular submetidas às peculiaridades de cada território. Dentro desta estratégia destaque para os sistemas militares de defesa e para a fixação de colonos com o objetivo de desenvolverem projetos agrícolas que contemplassem excedentes formando uma retaguarda agrícola que privilegiasse o envio a metrópole e garantissem o avanço das expedições de conquista territorial.

A morfologia insular é a primeira condicionante deste processo de ocupação territorial e independe da vontade do colonizador, ocupar a totalidade da ilha para impedir outras ocupações é a outra condicionante e vai se constituir no grande desafio para portugueses e espanhóis em suas colônias insulares. A morfologia insular associada a esta necessidade estratégica e agravada pela geografia física mais comum as ilhas que são as cadeias de montanhas centrais, já sugerem desde logo uma ocupação territorial poli nucleada, com um núcleo central mais protegido geograficamente e vários núcleos costeiros contemplando todas as orientações cardiais. Assim, o poli nuclearmente surge quase como uma ne-

19 O termo Guanche (em tamazight: ⵍⵎⵉⵏⵏⵉⵢⵉⵏ Igwanciyeen) se aplicava aos habitantes da ilha de Tenerife, Canarias, quando da chegada dos Ibéricos.



cessidade na ocupação territorial insular. A presença da Igreja Católica junto a Coroa leva a adoção de um sistema de paróquias para organizar a divisão administrativa do território. A afirmação que o elemento gerador dos primeiros assentamentos europeizados nestas ilhas é sempre um templo católico próximo a um forte é óbvia.

A Coroa Portuguesa que toma posse do Brasil em 1500, não lhe dedica nenhuma atenção até o ano de 1531. A costa sul da colônia despertava o interesse de navegadores nestes mesmos tempos. Por citar, o primeiro relato conhecido da presença de navegadores europeus na ilha de Santa Catarina é atribuído à expedição do italiano Sebastião Caboto em 1526, outro navegador Diego Ribeiro inclui a ilha no mapa "mundo" em 1529. Porém, a presença mais importante é talvez a do espanhol Alvar Nuñez Cabeza de Vaca que em 1538 organiza uma expedição terrestre partindo da Ilha de Santa Catarina em direção oeste em busca da prata peruana o que leva ao descobrimento das Cataratas do Iguçu em 1542.

A ocupação oficial de este território insular, a Ilha de Santa Catarina, só se dará no ano de 1673 quando o colonizador Francisco Dias Velho funda o primeiro povoado que dará origem a atual cidade de Florianópolis. Este colonizador encontra a ilha completamente deserta diferindo do relato de Cabeza de Vaca que faz menção a boa receptividade dos nativos "tanto para ensinar los caminos como para servirlos em otras necesidades" (CABEZA DE VACA, 1987). É possível que o fenômeno seja idêntico ao rápido e abrupto descenso demográfico apontado na ilha de Cuba (Caribe), pelos primeiros espanhóis devido à fuga indígena como consequência da exploração escravagista. A presença indígena em Santa Catarina é comprovada através da abundância de vestígios além do relato do alemão Hans Staden que descreve uma aldeia neste território em 1549 (STADEN, 2007).

A fundação deste primeiro núcleo (Nossa Senhora do Desterro-1673), não significa o início de uma ocupação imediata de todo o território, já que ele é totalmente incendiado por um ataque pirata 30 anos depois de sua instalação. A reconstrução se dará em 1714 como "Cidade Real", como eram chamadas as vilas criadas por ordens expressas do rei em pontos estratégicos.

Os cidadãos destas ficavam subordinados diretamente à "Coroa" segundo Darcy Ribeiro (RIBEIRO, 1995). Por ordens expressas de D. João V Rei de Portugal se nomeia em 1738 o Brigadeiro José da Silva Paes com a missão de organizar política e administrativa-mente o que seria a futura Província de Santa Catarina.



Figura 4. Neste fragmento do mapa feito pelo cartografo D. Cristóval del Canto da armada invasora espanhola de 1777, percebe-se claramente os três núcleos continentais, o núcleo central (A), Santo Antonio (C) Lagoa (B) e as fortaleza de Araçatuba (H) Ratonés (I).

Fonte: Real Academia de la História — Colección: Departamento de Cartografía y Artes Gráficas — Signatura: C-Atlas A, 40 — N° de registro: 891

Seguindo a política de “colonização/evangelização” as duas primeiras ações do militar são:

1. Construir um sistema de fortalezas para defesa da costa; organizar um projeto de poli nuclearmente da ilha para consolidar sua ocupação.
2. O envio de colonos para viabilizar o projeto começa a partir de 1748 quando aportam na ilha as primeiras 50 primeiras famílias oriundas do arquipélago dos Açores. Em 1749 mais 47 famílias Açorianas, entre 1750 e 1753 mais 4.000 colonos reforçam o contingente que se completará com 600 pessoas chegadas da ilha da Madeira em 1756.

Em dez anos o trabalho iniciado por Silva Paes e continuado por seus sucessores resulta em seis núcleos fundados na ilha e mais três no continente próximo. A fundação dos núcleos é comandada diretamente do núcleo central. Segundo reza a “Provisão Régia” de Nove de agosto de 1747 sua organização é composta por um vigário, alguns soldados, e os colonos, ao chegar ao local escolhido à primeira construção deverá ser a Igreja com seu rocio frontal.

Assim, a partir da refundação (1714) e consolidação do núcleo central (Nossa Senhora do Desterro) se fundam entre 1750 e 1772 as vilas de: Nossa Senhora das Necessidades (1750-Santo Antônio); Nossa Senhora da Conceição (Lagoa-1751); Nossa Senhora da Lapa (1756-Ribeirão da ilha); São João do Rio Vermelho (Rio Vermelho) e Sant’Anna da Armação (1772-Armação do Sul). No continente próximo, entre 1748 e 1756 são fundados os núcleos de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito, São José da Terra Firme



e São Miguel da Terra Firme (Figura 1). Segue o processo até 1806 completando os seis núcleos que vão formar a primeira rede poli nucleada que é à base da ocupação territorial da ilha de Santa Catarina. No ano de 1830 na ilha e no continente já existiam 18 igrejas e seus respectivos povoados. Contudo, não se pode deixar de atribuir ao projeto de Silva Paes o primeiro fluxo de desenvolvimento neste território.

7. As sentinelas da ilha

Ademais, da morfologia da ocupação territorial da ilha de Santa Catarina, chama a atenção os projetos, as técnicas e os materiais empregados na construção das fortificações e igrejas. Este conjunto Forte/Igreja vai nortear a formação da paisagem urbana, e mesmo hoje, após perder parte de sua importância como referência tanto no plano político-social como no urbano ainda permanecem como marcas simbólicas do processo de colonização.

A arquitetura e o processo construtivo destes edifícios indicam uma recomposição histórica com vistas ao conhecimento destas estruturas urbanas e dos agentes de transformação que sobre ela operaram durante os últimos trezentos anos.

Foram os Açorianos e Madeirenses os colonos escolhidos pela Coroa Portuguesa para programar a empreitada de Silva Paes. A influência da cultura lusa-açoriana na arquitetura destes edifícios aparece principalmente no “frontão” e na fachada, porém, mais na forma que na estrutura ou nos materiais a serem utilizados. Esta cultura é impregnada da estética dos jesuítas em sua composição com influência “maneirista” numa interpretação livre de seus arquitetos, mestres artifices e construtores. A mesma influência é percebida em seus interiores, nas decorações de púlpitos e altares na ingenuidade de suas pinturas como na simplicidade das plantas baixa. Essa espontaneidade em parte determinada pelos materiais disponíveis e o clima, apontam ainda a uma livre adaptação de modelos europeus.

Ao Norte na costa oeste da ilha, criada pela Provisão Régia de 26 de outubro de 1751, sob a invocação de Nossa Senhora das Necessidades, se inaugura a igreja (Figura 5 a), elemento central da freguesia de Santo Antônio de Lisboa. Esta freguesia é de vital importância como apoio aos fortes de São José da Ponta Grossa (1740) (Figura 5 b) distante cinco quilômetros ao norte e ao forte de Santo Antônio localizado em uma pequena ilha (Rat ones Grande) em frente à mesma.



Figura 5. a) Igreja de N.S. das Necessidades; b) Forte São José da Ponta Grossa.
Fonte: Arquivo do IHGSC

A conexão entre Igrejas e fortificações pode ser percebida na correspondência do então governador da ilha de Santa Catarina Coronel Manuel Escudeiro Ferreira de Souza ao Conselho Ultramarino em 04.03.1751.

“A 8 de dezembro passado (1750), dia da imaculada Conceição de Nossa Senhora se benzeu a nova Igreja do povo da Laguna (Lagoa da Conceição), tomando posse dela seu Pároco, e da Fortaleza de São José da Ponta Grossa, que interinamente serviu de núcleo, ao muito povo de sua vizinhança, também benzeu neste dia o mesmo Santo; e como pela penúria que existe de artífices e ajudantes se retardaram as outras igrejas da ilha, ordenei que se façam casas pequenas de pau-a-pique para oratórios” (TAQUES, 2004).

No centro da costa leste, na saída do canal da lagoa de N.S. da Conceição na hoje localidade de “Fortaleza da Barra” confirma-se através do “Plano para servir de demonstração dos lugares fortificados da ilha de Santa Catarina” documento da Coroa Portuguesa datado de 1786, a existência de um forte. Pelas informações de seu tomo:

“estando artilhado com quatro peças de ferro montadas em carretas, sendo três de calibre 12 libras e uma de 8 lb, servidas por 581 balas, 3 arrobas de pólvora além de conservar em depósito mais quatro peças avariadas, 37 granadase outros apetrechos bélicos” (TONERA; OLIVEIRA, 2015).

Este forte, erguido em 1775, possuía seu poder de fogo movel sobre carretas podendo se deslocar para proteger a entrada da lagoa, a vila de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa.

Protegia também a vila de São João do Rio Vermelho (3 km ao norte do forte) e São Vicente do Campeche (3 km ao sul), estas duas últimas localizadas em longas praias abertas sem condições de atracagem. A igreja de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa (1751) (Figura 6c), localizada sobre uma colina seguindo a tradição portuguesa, impacta por sua singeleza em meio à paisagem.

As igrejas das duas outras vilas: São João do Rio Vermelho (1772) (Figura 6 a) e São Vicente do Campeche (1772) (Figura 6 b) são construídas de costas para o mar aberto e bravio em um terreno plano com o rocío à sua frente.



Figura 6. a) São João do Rio Vermelho; b) São Vicente do Campeche; c) Nossa Senhora da Conceição. Fonte IHGSC.

Da localidade de São Vicente do Campeche, cruzando a ilha no sentido leste/oeste, vamos chegar à igreja de Nossa Senhora da Lapa (Figura 7 b) e a vila de Ribeirão da Ilha.

Construído em 1742 sobre a ilhota de Araçatuba, a fortaleza (Figura 7 a) de mesmo nome, tinha a função de proteger a entrada sul da costa oeste da ilha, ladeada por duas vilas estrategicamente localizadas, a já citada vila de Nossa Senhora da Lapa do Ribeirão da Ilha e na costa continental a vila de Nossa Senhora do Rosário da Enseada de Brito.



Figura 7. a) Fortaleza Araçatuba; b) Igreja N.S. da Lapa. Fonte: IHGSC.

Das três vilas fundadas na margem continental durante o período de colonização da ilha de Santa Catarina, a saber: ao sul, N.S. do Rosário da Enseada de Brito (Figura 8a), ao centro a vila de São Jose da Terra Firme (Figura 8b), e ao norte São Miguel da Terra Firme (1748) (Figura 8c), estas vilas vigiavam os caminhos que vinham do norte da colônia, seguiam ao sul, ou ao centro onde se subia a serra em direção a vila de Lages.



Figura 8. a) N.S. do Rosário da Enseada de Brito; b) vila de São José da Terra Firme; c) norte de São Miguel da Terra Firme
Fonte: IHGSC

Importante ainda apontar, ao norte, a fortaleza de Santa Cruz do Anhato-Mirim (Figura 9), localizada na ilhota de mesmo nome guardando a entrada norte da ilha de Santa Catarina.



Figura 9. fortaleza de Santa Cruz do Anhato-Mirim
Fonte: IHGSC

Como podemos observar na citação da carta enviada pelo Governador da Província de Santa Catarina Manuel Escudeiro Ferreira de Souza ao Conselho Ultramarino:

“e como pela penúria que existe de artífices e ajudantes se retardaram as outras igrejas da ilha, ordenei que se fizessem casas pequenas de pau-a-pique para oratórios” (PAULI, 1966)

A grande dificuldade de recursos, materiais e mão de obra vai marcar todo este projeto de segurança, envolvendo a construção de igrejas, fortes e habitações.

As marcas destas dificuldades se identificam nos materiais e técnicas empregadas nas construções bem como na simplicidade da arquitetura e nos adornos, bem inferiores as construções executadas pela Coroa Portuguesa em outras latitudes de Brasil.

A aproximação com as técnicas nativas foi inevitável. Ao invés de pedra e tijolos de

cerâmica as paredes tanto externas como de vedação eram executadas com a técnica do pau-a-pique, revestidas com argamassa de areia, cal virgem e óleo de baleia. Esta técnica tem por característica uma trama de varas de bambu (diâmetro ao redor de 4 cm.) dispostos em forma de grelha (Figura 10). A trama depois de fixada é preenchida com uma massa de argila (às vezes com ervas) lançadas por duas pessoas uma a cada lado simultaneamente.

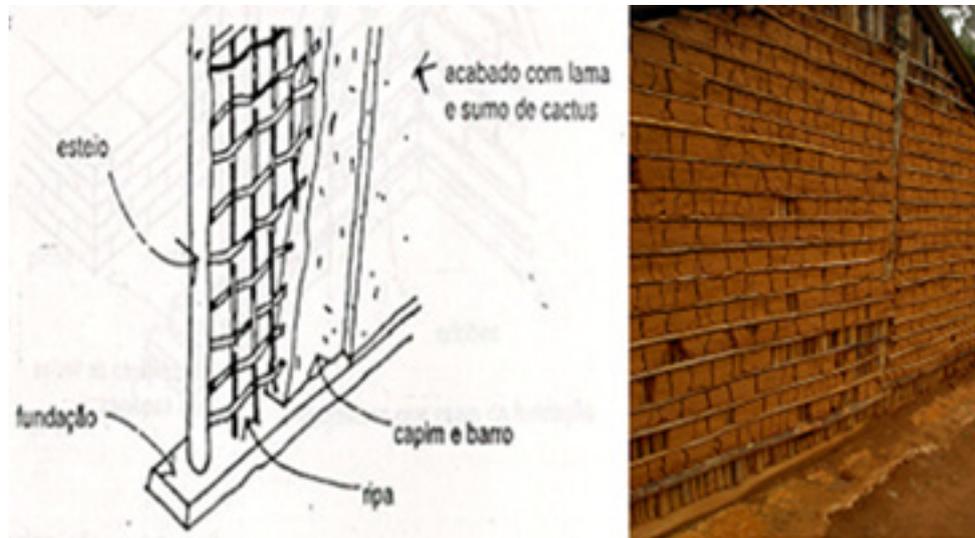


Figura 10. Parede pau-a-pique.
Fonte: (SERRAGLIO, 2004)

As fortalezas, onde se faziam necessárias paredes e muros mais seguros, empregavam-se pedras. Porém elas eram dispostas de forma irregular devido à dificuldade de corte pela dureza. A influência dos hábitos Açorianos na arquitetura destes edifícios aparece principalmente no “frontão” e “fachada” em sua forma mais que na estrutura ou nos materiais a serem utilizados. Esta açorianidade impregnada da estética “maneirista” dos jesuítas em sua composição traz uma interpretação livre de seus arquitetos, mestres artifices e construtores. Isolados no arquipélago dos Açores, sem grandes fluxos econômicos, os açorianos desenvolveram hábitos de uma sociedade austera, vendo a arte somente sob o aspecto da funcionalidade. São estes os valores, apegados a formas e desenhos tradicionais pouco sofisticados, aliados as escassas possibilidades técnicas e econômicas dos portugueses que formam a memória coletiva daqueles que vão construir os primeiros edifícios importantes na ilha de Santa Catarina. A singeleza das construções na ilha de Santa Catarina pode estar também conectada a racionalidade e a lógica dos militares portugueses que adotam o modelo maneirista em detrimento ao barroco com seu apelo emocional comum nas construções efetuadas pela Coroa em outras latitudes brasileiras.

As igrejas construídas neste período de frenética ocupação da ilha e arredores, todas, na sua forma original são compostas somente pelo corpo central, frontão triangular e pequena torre sineira. O acréscimo de mais uma torre como verificamos na figura 11a, ou a construção de uma torre central, sob influência da colonização tardia alemã, como na figura 11c são acréscimos ao projeto inicial feito já no século XX. O paradigma das igrejas construídas na ilha de Santa Catarina é a capela projetada por Silva Paes para a Fortaleza de Santa Cruz de Anható Mirim (Figura 11a).



Figura 11. Fortaleza de Santa Cruz de Anható-Mirim
 Fonte: portal.iphan.gov.br

Atualmente, a igreja de São João do Rio Vermelho (figura 12 b) é das poucas que mantem o seu desenho original. Dentro deste modelo destacamos também o seu traçado comum, ou seja, são compostas pela nave, capela mor e sacristia, e a torre sineira. Quanto aos altares, variam em número, com altar mor e altares do cruzeiro, diferenciado apenas na quantidade de altares laterais.

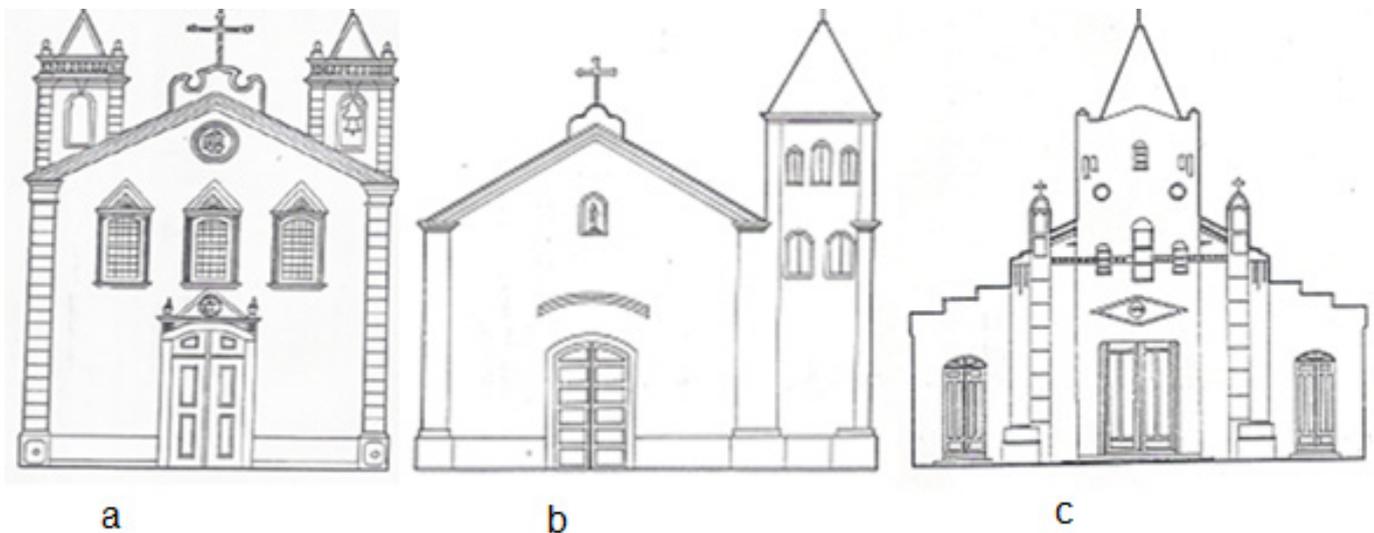


Figura 12. igreja de São João do Rio Vermelho
 Fonte: (SALLES; LIMA; MACHADO, 1994)

Destacamos então a importância da ocupação e da rápida urbanização da ilha de Santa Catarina como fator de consolidação da fronteira sul da colônia portuguesa do Brasil. Os projetos, as técnicas e os insumos empregados na construção desta ocupação vão se materializar na paisagem através das fortificações e das igrejas. As igrejas, fortes e outras construções militares civis e religiosas vão nortear a formação da paisagem urbana.



8. Espanhóis X Portugueses: Desterro e Olivença, cidades irmãs

As estruturas de defesa construídas em meados do sec. XVIII nos pontos fronteiriços conflitivos entre portugueses e espanhóis, demonstram a preocupação de ambos com suas fronteiras deixando marcos no território a influenciar o processo de evolução urbana que se seguiu.

Todo o esforço para colonizar rapidamente a ilha de Santa Catarina em meados do sec. XVIII com vistas a consolidação da fronteira sul da colônia portuguesa do Brasil ou o incremento militar português na confluência dos rios Caia e Guadiana, na península ibérica, vão se mostrar ineficientes, seja na grande invasão espanhola da ilha brasileira em 1777 ou na famosa guerra das laranjas, que transferiu o poder sobre a cidade portuguesa de Olivença para a Espanha.

Assim, o espaço urbano atual de Florianópolis, Brasil (antiga Desterro) e Olivenza, Espanha, possuem marcas denunciadoras da luta entre ibéricos na premência de satisfazer suas necessidades e desejos. Na economia, na política, e nas artes encontramos estes agentes transformadores. Nas fronteiras encontramos o espaço físico do confronto entre estas necessidades e desejos.

“A fronteira: espaço de significados variados. De uma linha imaginária a uma região na qual se inseriam conflitos, interesses, construções, trânsitos que deram a tônica definidora da soberania dos Estados Modernos. Em territórios fronteiriços, especialmente quando se aborda o continente americano, pode se conjecturar que diversas relações, caminhos, idas e vindas foram feitos sem se chegar a um denominador comum acerca do que pertencia a um determinado Estado e do que pertencia a outro” (ACRUCHE, 2014).

A ocupação da Ilha de Santa Catarina data do século XVII. Esta ocupação é impulsionada a partir de meados do século XVIII por interesses da Coroa Portuguesa. É esta ilha o ponto mais propício para defesa da costa sul frente aos Castelhanos na acirrada disputa pela foz do Rio da Prata.

A presença de um assentamento humano no espaço onde hoje se encontra a cidade de Olivença, Província de Badajoz (Espanha), data de meados do século XIII, portanto posterior à reconquista. O que lhe nega uma origem árabe e a remete a uma origem templária.²⁰ Com um posicionamento territorial incomum, esta localidade sempre esteve no epicentro de disputas fronteiriças, primeiro na divisa hispano-muçulmana e posteriormente na questão entre portugueses e espanhóis que permanece até os dias atuais.

Em uma aproximação inicial, podemos dizer que a geografia física coloca ambos os territórios, a ilha de Santa Catarina e a cidade de Olivença, em posição estratégica para os avanços e recuos das opções bélicas tomadas por portugueses e castelhanos no século XVIII envolvidos na disputa fronteiriça ibérica e na conquista da costa meridional sul atlântica.

20 Aparentemente as tropas reais de Afonso IX, de Castela, associados a Ordem dos Templários aí se assentaram em meados do século XIII em função dos avanços e retrocessos da fronteira hispano-muçulmana. A documentação histórica presente no arquivo da Catedral de Badajoz não deixa dúvidas quanto a origem Templária da aldeia de Olivenza.

Espaços distintos em um mesmo tempo e em uma mesma disputa. Os Tratados Internacionais resultantes do entendimento diplomático entre as partes envolvidas resultam em trocas territoriais que são agentes de transformação urbana proporcionadores de comparação entre estes dois pedaços do mundo separados por 10.000 km, e que a historiografia em geral esquece que são partes de um mesmo conflito.²¹

As fronteiras lusas- hispânicas²² na costa sul-atlântica meridional da América, território em que se insere a ilha de Santa Catarina, será terra de ninguém até meados do século XVIII. Reafirmamos o dito em Rodrigo Ceballos (2007), para melhor entender este pedaço do mundo onde várias forças disputavam um intenso comércio.

“Em 1658, após três meses de viagem em uma embarcação espanhola, o francês Acarete do Biscay chegou à embocadura do Rio da Prata. Logo em sua entrada, a nave foi ameaçadoramente recepcionada por uma fragata francesa, mas nada que impedisse sua chegada ao destino: a cidade de Santíssima Trindad y Puerto de Santa Maria de los Buenos Aires. Próximo ao porto este viajante ilegal, trazido como “primo” do capitão do navio, avistou duas embarcações inglesas e vinte e duas holandesas desembarcando mercadorias semelhantes a que eles também traziam - roupas de linho, tecidos de seda e lã, especiarias, agulhas, espadas, ferramentas e especialmente alguns escravos vindos de Angola. As embarcações inglesas regressavam ao Oceano Atlântico carregando, couro, lã e prata” (CEBALLOS, 2008).

A imprecisão do controle sobre este território, favorecida pela ausência, ainda a este tempo, dos Estados/Nação, serviu a vários interesses, sendo que o econômico sempre se sobrepôs a qualquer outro até o século XVIII. Neste período, Ingleses, Franceses, Holandeses, Russos e Angolanos disputavam estes mares com as Coroas Ibéricas que se presumiam soberanas. A união destas Coroas (União Ibérica - 1580 a 1645) teve a importância de consolidar as relações entre lusos e hispânicos no comércio de couros, sebo e lãs em troca da prata extraída das minas de Potosí, estas rotas tinham a primazia dos portugueses até o final da dita União.

A importância estratégica da fronteira e os conflitos que ao longo dos séculos XIV e XV opuseram portugueses e castelhanos, fazem de Olivença protagonista frequente de episódios históricos trocando de mãos de tempos em tempos. Como exemplo, após a morte do monarca D. Fernando a 22 de outubro de 1383, Olivença passa a pertencer ao reino de Castela voltando a ser portuguesa em 29 de novembro de 1389.

Assim, podemos reafirmar que tanto a ilha de Santa Catarina, na costa sul do Brasil, desde a chegada dos ibéricos, como a região conhecida por “Llanos de Olivenza” (planície

21 “La historia de España, desde luego, no se puede escribir sin la de América. Como no se puede escribir la historia de Portugal sin la de Brasil. Especialmente durante la tormenta napoleónica, las claves de la política exterior, tanto de España como de Portugal, están en América. Ora eso tan absurdo es que le reprochemos a Godoy su servil alianza con Francia, como reprocharle a Portugal su servilismo ante Inglaterra. Inglaterra era la única potencia que podía garantizar a Portugal el eje vital de sus comunicaciones atlánticas. Y Francia, por su parte, era la única potencia que podía garantizar a España la integridad de su imperio. La disyuntiva para Portugal y España era la misma “escoger entre dos azotes”. América, por lo tanto, explica Europa de la misma manera que Europa explica América”. (RUIZ 2007).

22 É importante lembrar que até o século XVIII o nome Espanha (derivativo do Império Romano Hispania) era designativo de toda a península Ibérica que se compunha de uma série de reinos, a Espanha como país só será unificada durante o período iluminista, sendo que em 1812 se adota o nome As Espanhas, e em 1876 pela primeira vez o nome Espanha. Até então os reinos que compunham a península ibérica eram jurídica e politicamente independentes sob uma mesma monarquia, a associação entre eles se dava por herança, união dinástica ou por conquista, forma de governo conhecida como aequae principaliter.



de Olivença) na província de Badajoz (Espanha), serão territórios alvo de intensas disputas fronteiriças entre portugueses e espanhóis.

A importância da ilha de Santa Catarina como último ponto seguro de parada e abastecimento a quem avança ao Prata é lembrada por Oliveira (2005):

“Situada a meio caminho entre o Rio de Janeiro e a Região do Prata, e por ser o último porto apropriado para reparo e abastecimento de água e alimentos de navios, esta ilha consistia em parada obrigatória dos navegadores que se destinavam à Região Platina. Tornou-se, assim, cobiçada por espanhóis e portugueses, que passaram a revezar-se no seu uso até o século XVIII”.

Esta posição geoestratégica na questão da fronteira luso-castelhana nos mares do Sul se equivale, na extensão do mesmo conflito, ao papel jogado pelo território de “Llanos de Olivenza” e seu principal assentamento, Olivença, na conflitiva fronteira Ibérica. Como nos diz Pizarro Gomez (2005):

“La importancia estratégica en la que había quedado Olivenza se convierte en factor morfológico dominante sobre cualquier otro de influencia en el paisaje arquitectónico – urbanístico. Desde fines del siglo XIII y durante siglos, Olivenza dependerá vitalmente de sus defensas y su historia quedará indisolublemente unida a aquéllas”.

Até 1801 a importância estratégica de Olivença está intimamente conectada com o acesso à Ponte da Ajuda elemento urbano mais periférico sobre o rio Guadiana.

Na Olivença do século XVIII, o princípio do fim de sua etapa Portuguesa, um fato marca este início: é sem dúvida o fechamento da Ponte da Ajuda pelo Marques de Bay em 1709 trazendo danos irreparáveis ao futuro da cidade. Sem a passagem sobre o Guadiana Olivença fica isolada e condenada a sua própria sorte.

No começo deste período, a cidade contava com cerca de 10.000 habitantes (MATOS SIQUEIRA, 1944) população que vai se reduzindo com o passar dos anos devido a seu isolamento. Assim, em 1739 a população já havia se reduzido significativamente a 6681 habitantes. No meio do mesmo século encontramos 5.500 pessoas nesta localidade e em 1758 segundo Vallecilo Teodoro (1993) 4.370 almas.

Na segunda metade do século XVIII, espanhóis das mais diversas origens começam a chegar à região atraídos pela riqueza da planície e a abundância de água, assim, se verifica um aumento demográfico para 7600 habitantes segundo o censo de 1790.

Os acontecimentos bélicos que envolvem Portugal e Espanha nos séculos XVII e XVIII, induziram um reforço de construções militares para melhorar a segurança do enclave.

Na ilha de Santa Catarina no do século XVIII vai se iniciar um processo de ocupação acelerada já citado anteriormente, um século e meio depois da chegada dos Portugueses ao Brasil.

“Historicamente, a ilha de Santa Catarina e posteriormente a Povoação de Nossa Senhora do Desterro, se destacou como núcleo central do processo de ocupação do litoral sul brasileiro, e foi uma das principais portas de entrada para o Brasil Meridional” (PORTUGAL WEB).

A fundação de um primeiro núcleo (Desterro-1673) não significa o início de uma ocupação imediata de todo o território. Como já visto o enclave de Nossa Senhora do Desterro vai ser totalmente incendiado e destruído por um ataque pirata 30 anos depois de sua instalação.

Como visto a preocupação com a defesa da ilha se intensifica no século XVIII coincidindo com a conquista da Costa Sul Atlântica da América e a obsessão dos Ibéricos pela foz do Prata. Esta corrida ao Rio da Prata tem por motivação a cobiça aguçada pelo mapa de 1515 do geógrafo alemão Johannes Schöner que acabava a América do Sul na altura do atual Uruguai apontando a existência de uma fenda, levando direto a Potosí e a prata Peruana (GOES FILHO, 2004).



a

b

c

Figura 13. a e b: Mapa da América do Sul (Colom; Doncker, Amsterdã, 1663) mostrando o Rio da Prata como um grande canal até o Peru. Mapa da costa sul do Brasil (Alonso de Santa Cruz, 1540) destacando a Ilha de Santa Catarina a meio caminho entre o Rio de Janeiro. c: Mapa Mundi/Schöner
Fonte: https://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/8/8c/Sch%C3%B6ner_globe_1520_western_hemisphere.jpg/439px-Sch%C3%B6ner_globe_1520_western_hemisphere.jpg

As fronteiras portuguesas mais ameaçadas por invasões, a partir da metade do século XVIII, são a fronteira ao sul da colônia Brasil e a fronteira ibérica sueste a margem do rio Guadiana, o inimigo era comum em ambas: o Reino de Castela (Castelhanos) que junto a outros reinos ibéricos formaram a atual Espanha.

Assim, na primeira metade do século XVIII, o Reino ibérico de Portugal, sob D. João V, o Magnânimo, reforça militarmente essas duas fronteiras, tão distantes fisicamente, mas tão próximas na sua vulnerabilidade.

Em Olivença, o já citado fechamento da Ponte da Ajuda (1709) e seu isolamento a esquerda do Guadiana suscitava serias preocupações quanto a manutenção deste território. O reforço e remodelação das defesas portuguesas neste enclave tornam-se prioridade junto a Coroa Portuguesa.

Entre as reformas mais importantes está o Plano Granpré de 1732 (Figura 14) no sistema de fortalezas abaluartadas já existente. Registradas neste período estão:

1. A construção de uma cavaliariça junto ao forte São João de Deus, forte construído no século anterior.
2. Construção e reforço da Porta do Calvário saída à Portugal.
3. Intensifica-se a segurança pelo acesso Sudeste da cidade reforçando a porta de São Francisco e se constrói mais um forte (São Joao). Outras reformas incluem o reforço dos nove baluartes que compõem o recinto amuralhado.

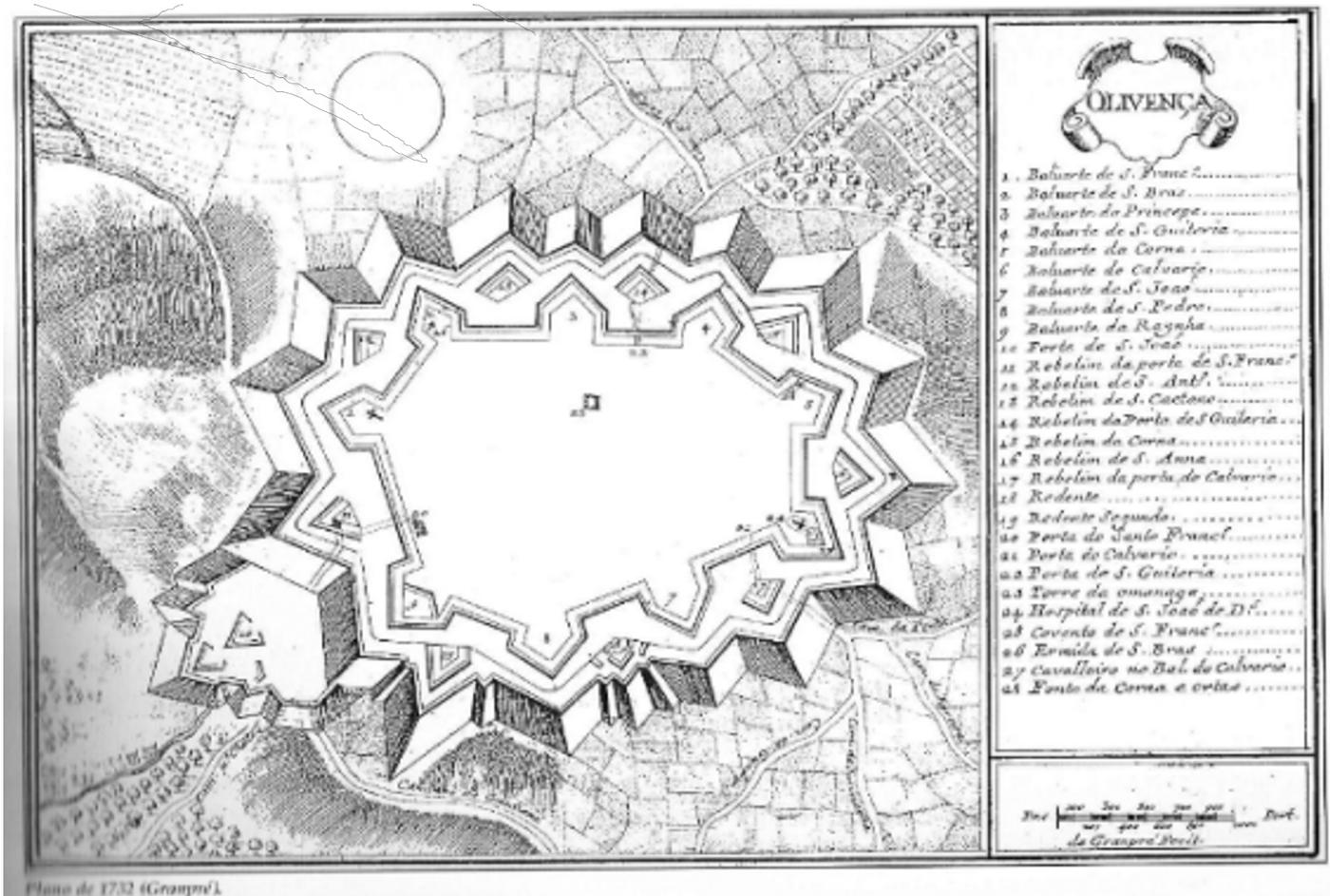


Figura 14. Plano de defesa de Olivença 1732
Fonte: Paisajes urbanos de Extremadura 2005

A forte conexão que une Estado e Igreja no Padroado Régio Português também se faz presente na Colônia. O fato de em Olivença as construções militares estarem conectadas física e politicamente a construções religiosas se repete da mesma forma na ilha de Santa Catarina, como já demonstrado no capítulo "Sentinelas da ilha".

Afirmar que a ilha de Santa Catarina e a região Ibérica onde se situa Olivença não guardam nenhuma semelhança física, geográfica ou social é afirmar o óbvio. Mas sob o aspecto da materialidade advinda dos episódios históricos da formação de ambos os territórios podemos refletir a respeito. Afinal, as construções defensivas são feitas pelo mesmo povo, o Português, em territórios distintos, no mesmo período, a primeira metade do século XVIII, com ambas as populações em torno de 9.000 pessoas e com o mesmo

objetivo, a defesa de fronteiras estratégicas. Estratégicas porque um elemento natural proporciona esta situação geográfica especial a estes territórios: o rio Guadiana a Olivença e o Oceano Atlântico a ilha de Santa Catarina.

Num primeiro levantamento destas construções, chamou a atenção o esmero dado as portas e sua simbologia. Apresentamos a “Porta do Calvário” em Olivença ao lado da porta da fortaleza de Santa Cruz de Anhato Mirim na ilha de Santa Catarina. (Figura 15).



Figura 15. a esquerda a porta de Anhato Mirim a direita a porta do Calvário
Fonte: IHGSC/SANCHEZ GARCIA

A Porta do Calvário, junto ao baluarte do Calvário, apesar de datar de tempos mais remotos, recebe reforma completa e sua aparência atual por volta de 1735, ao mesmo tempo (1739) na ilha de Santa Catarina se construía junto a Fortaleza de Santa Cruz a porta de Anhato Mirim. Ambas sob a inspiração da arquitetura militar portuguesa em latitudes tão diversas, executadas por distintos comandantes militares, mas com objetivos similares. A tradição lusitana em construções militares se consolida através do lisboeta Luís de Pimentel (1613-1679), que difundiu o sistema abaluartado em Portugal e colônias através de sua publicação de 1680 “Método Lusitânico” de desenhar as fortificações das praças regulares & irregulares” revelando toda a influência exercida da arquitetura militar holandesa sobre os engenheiros militares portugueses, também destaca-se na adaptação destas teorias a prática nas batalhas do sec. XVIII o inglês Frederico Guilherme Ernesto de Schaumburg-Lippe o conde de Lippe que comandou o exército português de 1762 até sua morte em 1777.

Seguindo em busca de vestígios de construções, datando da primeira metade do século XVIII nos territórios em estudo vamos nos deparar com as fortalezas da ilha de Santa Catarina e igualmente a reforma dos baluartes protetores do recinto Oliventino e a construção do forte de São João.

Os fortes abaluartados, símbolo da arquitetura militar portuguesa, se faz presente em ambos os territórios. Numa aproximação entre o baluarte do Forte de Santo Antônio dos Ratores na ilha de Santa Catarina e o baluarte Oliventino de São Brás, verificamos coincidências nos princípios construtivos e os mesmos objetivos militares. O primeiro projetado e construído engenheiro militar Brigadeiro José da Silva Pais, primeiro governador da Capitania de Santa Catarina (1739-1745), as suas obras tiveram início em 1740 e, como ela, foi concluída cerca de quatro anos após (CABRAL, 1976). Contava, nessa ocasião, com doze peças de ferro (cinco de calibre 24, três de 18, três de 12 e uma de 4), e

duas de bronze, de calibre 12. Já o Baluarte de São Brás nas muralhas de Olivença apesar de construído anteriormente vai ser inteiramente reformado e reforçado pelo engenheiro João Roiz da Silva (Figura 16).



Figura 16. A esquerda Forte de Santo Antônio dos Ratores na Ilha de Santa Catarina/Brasil e a direita Forte de São Brás Olivença/ Espanha.
Fonte: IHGSC e Sanchez Garcia.

Entre as reformas mais importantes junto a este sistema abaluartado na metade do século XVIII, constantes no mapa da Figura, estão ainda outros vestígios de construções que aproximam os dois territórios em estudo neste período. Na tipologia de edifícios públicos ou privados podemos relacionar a principal praça de Olivença com o espaço público similar de Nossa Senhora do Desterro atual Florianópolis nas mesmas datas (Figura 17).



Figura 17. A esquerda centro de Olivença a princípios do Sec.19 a direita centro de N.S. do Desterro atual Florianópolis no mesmo período.
Fonte: Vallecillo/Velho Bruxo.

No núcleo central da ilha de Santa Catarina, Igrejas Católicas e seus edifícios formam conjuntos que muito se assemelham aos também presentes no recinto Oliventino convidando-nos a mais uma aproximação entre a fachada ocidental do Convento de Nossa Senhora da Conceição em Olivença e a Igreja de Nossa Senhora do Rosário situada no centro da antiga Nossa Senhora do Desterro hoje Florianópolis, ambos objetos arquitetônicos riscados e construídos a meados do século XVIII (Figura 18).



Figura 18. A esquerda convento de N.S. da Conceição em Olivença, a direita igreja de N.S. do Rosário em Desterro.

Fonte: Vallecillo/Velho Bruxo.

Os primeiros Tratados, com o objetivo de dirimir as disputas fronteiriças aqui comentadas, datam de 1279 – Tratado de Alcanizes e 1479- Tratado de Alcaçovas, que dividiam a península ibérica objetivando a paz entre lusos e castelhanos. Na sequência o Tratado de Tordesilhas, já aqui comentado, e resultante da bula Papal "*Inter. Cætera Quæ*" del 13 de marzo de 1455 y "*Æternia Regis Clementia*" del 21 de junio de 1481, concedendo a Ordem de Cristo a jurisdição sobre as terras ultramarinas não pertencentes a nenhuma Dioceses, e ao Padroado Régio Português, todas as terras do novo mundo conquistadas a leste de uma linha imaginária (7/7/1494).

Após este tratado, teremos um período de arrefecimento desta disputa entre ibéricos. Este fato deve-se a união das Coroas (União Ibérica - 1580 a 1645), que teve a importância de consolidar as relações entre lusos e hispânicos. No Atlântico Sul, as rotas de comércio de couros, sebo e lã era lusa e a rota da prata extraída das minas de Potosí tinha a primazia dos castelhanos até o final da dita União e o recomeço da disputa e a necessidade de Tratados.

Os avanços, ora portugueses, ora castelhanos sobre o território em disputa, eram tão constantes como os recuos. A estratégia de colonizar para consolidar a conquista era empregada por ambos os lados. A maioria das cidades contemporâneas localizados neste território tem como seu elemento gerador uma destas colônias. Assim, a cada novo tratado teremos assentamentos, povoados e vilas sendo utilizados como "moeda de troca" na disputa.

Objetivando o estabelecimento de fronteiras e a paz esteja na península ibérica ou nas terras do sul, sempre tendo a Igreja Católica como mediadora, teremos na sequência o importante Tratado de Madri, assinado, ratificado e promulgado em 1750. Este Tratado, assinado em 13 de janeiro de 1751 tinha, a princípio, o intuito de substituir Tordesilhas. Tratava praticamente de dividir as terras conquistadas no Novo Mundo, estabelecendo



novas fronteiras e frentes de exploração. A esta assinatura Brasil deve o seu primeiro estabelecimento de limites territoriais. Assim, os reis João V de Portugal e o Castelhana Fernando VI esperavam por fim as disputas de limites entre as colônias sul-americanas. Um novo conceito de fronteiras foi introduzido por Alexandre de Gusmão, natural da ilha de Santa Catarina. Este tratava a posse efetiva da terra (*uti possidetis*) e os acidentes geográficos como limites naturais. A primeira troca territorial se faz neste acordo:

Os Lusos cediam a cobiçada Colônia de Sacramento e junto suas pretensões no estuário do Prata e em contrapartida recebia o território das missões jesuíticas espanholas que hoje fazem parte do atual Estado do Rio Grande do Sul mais partes do atual Estado de Santa Catarina e a região compreendida entre os rios Alto Paraguai, Guaporé, e Madeira de um lado e Tapajós e Tocantins de outro, regiões despovoadas à época e que se incorporam ao território do futuro Brasil (GOES FILHO, 2004).

Este Tratado de Madri (1750) apesar de revogado já em 1761, marca para alguns um divisor de águas na historiografia de Brasil (BOXER, 1969).

Portugal, no ano de 1750, alcançou o auge de sua importância no tabuleiro das conquistas coloniais. A diminuição da produção aurífera de Brasil e a morte de D. João V após um reinado de 44 anos iniciam o declínio. Com a ascensão de D. José I se implanta um reinado fiel ao despotismo esclarecido tendo à frente seu primeiro-ministro o Marques de Pombal.

“O Marques de Pombal, Sebastião José de Carvalho e Melo (1699-1782), herói para os portugueses e uma figura nefasta para os brasileiros, é o nome do absolutismo em Portugal” (AZEVEDO, 1912).

Elogiado por Portugueses que reconheciam as vantagens no acordo e abominado por Espanhóis, que acreditavam ter cedido muito, o Tratado de Madri cai em 1761 substituído pelo Tratado de El Pardo. Neste todas as disposições do anterior tratado são anuladas voltando os conflitos as fronteiras. Na prática, a colônia de Sete Povos (extremo sul de Brasil) jamais foi ocupada por portugueses que não convenceram nem venceram a resistência do exército guarani missioneiro, uma formação de guerreiros guaranis (nativos de América do Sul) comandados por religiosos jesuítas. Em contrapartida, os portugueses também resistiram a entregar a Colônia de Sacramento. Assim, o Tratado de El Pardo se condiciona a somente anular o Tratado de 1750 (Madri) propondo o retorno a situação que vigorava anterior a esta data como descrito no seu artigo II:

“...declarando-lhes que, desde o mesmo dia da ratificação do presente tratado em diante só lhes ficarão servindo de regras para se dirigirem os outros tratados, pactos e convenções que haviam sido estipulados entre as duas Coroas antes do referido ano de 1750, porque todos se acham instaurados e restituídos à sua primitiva e devida força como se o referido tratado de 13 de janeiro de 1750, com os mais que dele se seguiram nunca houvessem existido...” (CALVO, 1866).

Um novo episódio bélico agravaria a fragilidade das relações fronteiriças entre as duas coroas ibéricas, a invasão da ilha de Santa Catarina por Espanhóis em fevereiro de 1777.



A Coroa Portuguesa que já previa este grande conflito armado na costa sul do Brasil, preparou por ordem do Marques de Pombal, a defesa da ilha com a construção de novas fortalezas, instalou 143 novos canhões, aumentou o efetivo militar e mandou para aí oficiais estrategistas de seu melhor quadro. Todas estas medidas foram insuficientes para impedir a vitória da grande armada espanhola que chega com 6.000 marinheiros e 9.000 soldados. Capituladas as tropas portuguesas, empreendem fuga em direção ao Rio de Janeiro. A ilha é entregue à D. Pedro Cevallos comandante da invasão.

O objetivo de adornar-se definitivamente se reflete no número de artesãos, religiosos e funcionários públicos que acompanhavam a expedição e que foram distribuídos por todos os núcleos da ilha. Somente em 1801, após muitas idas e vindas e muitos tratados é que vai cessar definitivamente a influência espanhola sobre este território. A importância desta invasão para Espanha é posta de manifesto na Carta do Conde de Aranda, datada no ano da invasão, para Carlos III:

“No se puede negar que la isla de Santa Catalina es la llave de aquellos mares, pues quien se abrigueen ella será dueno de Buenos Aires (...) Es innegable que com ella y Montevideo habrá cubierto el Rey todo el Rio de la Plata, las Islas Malvinas (y) del Mar del Sur; tendrá descanso y recurso para la navegación de Filipinas, y podrá abrir uma pesca que promete, quitando a toda suertede enemigos el hincapié de sus intentonas y el abrigo de su comércio ilícito. Que reflexione, pues, cualquiera, cual parte de América llenaría más objetos com menos puestos” Conde de Aranda e Floridablanca. París, 22/06/1777 (GOES FILHO, 2004).

Oliveira, neste período, esperará mais alguns anos para testar seus aparatos de defesa contra os desejos expansionistas espanhóis. A espera terminará com a invasão de Portugal por parte de Espanhóis e Franceses. Em 20 de maio de 1801 tropas espanholas comandadas por Manuel de Godoy, no episódio conhecido por guerra das laranjas, invade a portuguesa Oliveira. A exemplo da ilha de Santa Catarina, Oliveira também não ofereceu resistência já que seu governador Júlio Cesar Augusto Chermont deu ordens de rendição.

A solução para o episódio da ilha de Santa Catarina caminha rápido através do Tratado de Santo Ildefonso.

O Tratado Preliminar de Paz e Limites, assinado em Santo Ildefonso, se propunha a retomar a discussão de limites e fronteiras entre as coroas ibéricas. Porém, numa visão mais ampliada se propunha a finalizar definitivamente os conflitos que já duravam três séculos, seja na América na Ásia ou na própria Europa. Uma meta tão ambiciosa claramente não foi atingida.

O princípio demarcatório deveria ter como referência os acidentes geográficos. No caso específico da América Meridional foi formada uma comissão composta de dois comissários, dois geógrafos e dois ajudantes de cada parte. O território a ser discutido foi dividido em quatro parcelas a cada lado, sendo, portanto, oito comissões.

Em suas conclusões o Tratado de Santo Ildefonso demarca novos limites ao sul da América, mas mantém basicamente as fronteiras estabelecidas no Tratado de Madri. Porém, o que mais interessa a este artigo é a devolução à Portugal da ilha de Santa Catarina.



Não agradando principalmente aos espanhóis, a manifestação do conde de Aranda e Floridablanca em carta ao rei Carlos III de Espanha, já tem um tom de justificativa:

“nos han vituperado de haber abandonado la ciudad de Rio Grande con la laguna de los Patos y devuelto la isla de Santa Catalina... [mas] extender nuestras posesiones en el Brasil, como parecen desearlo algunas personas, en virtud de la famosa división de Alejandro VI, es un proyecto de ejecución imposible, y, lo que, es más, contrário a los compromisos anteriores. Además, admitiendo este principio tendríamos que ceder a los portugueses las islas Filipinas, puesto que les pertenecen según la demarcación hecha por este pontífice”. (GOES FILHO, 2004)

Mesmo num clima de pouco conformismo, o tratado será firmado pelos ministros indicados, o conde de Aranda e Floridablanca de Espanha e, por parte de Portugal, o embaixador Francisco Inocêncio de Souza Sobrinho em 1ª de outubro de 1777.

Como se poderia prever, ainda não foi neste acordo que a paz imperou entre os ibéricos e suas frágeis fronteiras. Em 1801 o conflito volta a atingir a península, é a vez de Olivença ser amputada à Portugal. Ao sul do Brasil, os luso-brasileiros avançam sobre as missões jesuíticas espanholas. O tratado de paz que se segue o “Tratado de Paz de Badajoz” (1801) não ratifica os limites anteriores ou seja o “status quo ante bellum” e por isto até os dias de hoje o território dos “sete povos das missões” é brasileiro (sucedâneo do Império Colonial Português) e Olivença tornou-se definitivamente espanhola.

Assim, Olivença que foi reconhecida oficialmente portuguesa em 1297 através do Tratado de Alcanizes, troca muitas vezes de mãos até ser incorporada definitivamente a Espanha através do Tratado de Badajoz de 1801. Os portugueses vão denunciar este tratado em 1808 e em 1815. Espanha subscreve o Congresso de Viena que entre setembro de 1814 e junho de 1815 redesenha o mapa político europeu após a derrota da França Napoleônica. Nesta assinatura, Espanha reconhece a soberania portuguesa sobre Olivença e se compromete com sua devolução o que não ocorreu até os dias atuais.

PLANO DA ILHA PORTO
DE S.^{ta} CATARINA
na America
J. J. P.

A ILHA DE SANTA CATARINA DE 1830 A 1930





9. O Porto de Desterro

Como já dito, o processo de urbanização no mundo ocidental iniciou-se na metade do século XIX, entendendo-se por processo de urbanização a migração acelerada do homem do campo para a cidade, consequência da intensificação do modelo industrial.

No Brasil, podemos dizer que o processo de industrialização se iniciou com um moroso deslocamento dos grandes fazendeiros de café para a cidade de São Paulo e algumas indústrias se instalando, no mesmo ritmo, na Região Sudeste, em fins do século XIX. O aceleração da industrialização somente ocorreria por volta da década de 30, do século XX, com as políticas deflagradas por Getúlio Vargas em sua “fábrica de fábricas”.

Na Ilha de Santa Catarina, a urbanização viria sem processo de industrialização, condições históricas precedentes pularam etapas. A estrutura de ocupação junto a diversos fatores, históricos, socioeconômicos e culturais, induziram um processo de colonização (século XVIII) baseado numa ocupação territorial polinuclear que isolou o colono em pequenos núcleos no interior da ilha, alheios a mudanças ocorridas no mundo. O núcleo principal dessa ocupação, a cidade de Florianópolis (nome adotado a partir de 1864), manteve um lento processo de atualização, tendo o porto como elemento de conexão com o exterior. Essa condição deu a esse equipamento também o papel de locomotor da economia. O crescimento populacional apresentava-se vegetativo, recebendo, de tempos em tempos, grupos de imigrantes. Esse quadro perdurou por muitos anos, gerando uma economia de discreto dinamismo, mais voltada ao local e ao comércio costeiro.

Num relato o capitão Krusenstern, do navio “Nadesha” (BERGUER, 1979), integrante de uma expedição oficial do governo russo em 1803, revela a proibição dos portos brasileiros de fazer comércio com nações estrangeiras até 1808. A partir daí, a permissão foi dada somente aos portos do Rio de Janeiro e de Salvador, alijando os outros.

Mesmo depois de 1808, o território insular e suas adjacências continentais continuaram com uma produção agrícola de subsistência. Os parques excedentes seguiam pelo porto de Nossa Senhora do Desterro, depois, Florianópolis, para outros portos do litoral brasileiro, formando lentamente uma dinâmica de navegação regular comercial costeira. Essas considerações demonstram a pouca importância que a corte dava à economia nesse território.

Quanto ao projeto estratégico militar de defesa da costa, mesmo ineficaz, deixou marcas sobre o espaço físico, alterou a paisagem natural e ocupou, de maneira definitiva, o imaginário dos habitantes.

Encontra espaço, então, a reflexão sobre a ilha e a costa catarinense terem sido povoadas em função de necessidades estratégicas e não de objetivos econômicos, com fundamento nas questões expostas acima, que são distintas de outras regiões da colônia.

A chegada da colonização portuguesa ao Brasil teve como objetivo maior o comércio com as “Índias” (RIBEIRO, 1995). Essa política criou uma estrutura dinâmica que vemos como uma rede urbana no litoral.



Em um segundo momento, visto não ser o Brasil o caminho às Índias, o interesse português se voltou à prata peruana, especificamente em dominar a entrada do Rio da Prata, visto nesses tempos como caminho a esse tesouro. É aí que a costa sul do Brasil ganha importância e, com ela, a Ilha de Santa Catarina.

Seguindo na intenção de ver o porto como destacado elemento colonizador na origem do núcleo de Nossa Senhora do Desterro, acreditamos na sua função estratégico-militar como motivadora de sua implantação. Por isso, não podemos analisar de maneira isolada os dados a respeito desse episódio, mas sim como dados conectados por essa conjuntura que, por sua vez, está sujeita a um processo de origem social. Os demais núcleos, elementos geradores de cidades, que vão surgir no continente ao longo da costa são também consequências desse processo.

O interesse de navegadores europeus por esses mares era anterior à chegada oficial dos portugueses. O primeiro relato conhecido da presença de navegadores europeus na Ilha de Santa Catarina é atribuído à expedição do italiano Sebastião Caboto em 1526. A presença indígena foi ratificada por meio de vestígios, além do relato do alemão Hans Staden (2007), que descreveu uma aldeia na Ilha de Santa Catarina, em 1549. O pequeno enclave de Dias Velho se instalou no centro da costa oeste da ilha, no ponto mais próximo ao continente, sobre uma ponta que divide o mar em duas baías. A morfologia da ocupação seguiu o princípio comum aos traçados insulares portugueses do período: uma capela em frente à linha da costa, com um baldio entre ela e o mar, ladeada pelas casas dos colonos. Sobre a oficialização desse evento, bem como a legalização de suas terras, relatou Pedro Taques:

“Em 1675, estive em pessoa nesta vila o capitão Francisco Dias Velho com novas reivindicações do novo assentamento onde estive por três anos, e voltou em 1679, no requerimento feito nesta vila de Santos ao Governador da Capitania, pedia em sesmaria duas léguas em quadro na ilha de Santa Catarina ao largo da costa onde já estava edificada a igreja de “Nossa Senhora do Desterro”, e mais meia légua de uma lagoa onde já havia algum cultivo, e mais duas léguas em terra continental diante do primeiro povoado onde já tinha também alguma plantação, outra légua frente aonde chamam “Bogio” e outras duas léguas começando no rio Araçatuba. Tudo se concedeu por sesmaria em atenção aos serviços prestados a Sua Majestade pela nova população da ilha de Santa Catarina. Esta representação em sesmaria está registrada na notaria da “Provedoria da Fazenda Real de São Paulo”, no livro de registros de sesmarias nº 13, título 1673, página 781 (TAQUES apud PAULI, 1978).

Como já visto, chegaram novos colonos, oriundos dos arquipélagos dos Açores e Madeira. O impulso trazido pela colonização açoriana começou a render alguns frutos ao final do século XVIII, depois de cem anos de agricultura de subsistência. Com a abertura dos portos de Rio de Janeiro e Salvador (1808), intensificou-se a navegação na costa catarinense, dando ao porto certo dinamismo e alguma importância, o que faria surgir o primeiro mercado da Vila de Nossa Senhora do Desterro.

Com a circulação de mercadorias, iniciou uma nova fase na economia. Nota-se, neste período, o acréscimo de escravos africanos ao plantel do senhorio local, triplicando seu número para 3.137, numa população total de 12.483 pessoas em toda a ilha, segundo dados de 1810 (PAULI, 1978).

A Independência brasileira (1822) trouxe novos ares e o espaço foi perdendo suas características de “vila militarizada” para ter atividades civis e integrar-se num contexto econômico mais propício para a expansão de sua trama urbana.



Figura 19. Figura - Mercado junto ao mar, ao ar livre, da vila de Nossa Senhora do Desterro no século XIX
Fonte: Acervo do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.



Figura 20. Mapa da primeira década do século XIX mostra a trama urbana ao redor do porto.
Fonte: Acervo do Arquivo Municipal de Florianópolis.

O período de comércio mais intenso no porto durante o século XIX foi registrado entre 1830 e 1880. Contribuiu para esse desenvolvimento a instalação da Província de Santa Catarina e a chegada dos primeiros imigrantes europeus não ibéricos. Esses novos colonos chegaram a todo o litoral catarinense em busca de sobrevivência, fugindo das

mudanças políticas econômicas europeias. Darcy Ribeiro (1995) denomina o fato de “imigração tardia”.

O grupo de imigrantes em sua maioria alemães, italianos, gregos, sírios, e libaneses, não se dedicavam as atividades agrícolas, como era a intenção do Estado brasileiro. Permaneceram na vila de Nossa Senhora do Desterro, junto ao porto, dedicando-se à importação e exportação, e ao comércio. Foram também responsáveis pelo primeiro grande impulso no comércio varejista local, principalmente no setor de tecidos e alimentação. A economia cresceu, formando uma primeira elite urbana, na qual estavam presentes comerciantes bem-sucedidos, proprietários de meios de transporte, funcionários públicos de relevância, militares de alta patente e os primeiros profissionais liberais. A estrutura social dos pequenos núcleos do interior da ilha tinha nos produtores agrícolas suas figuras mais destacadas. Estabeleceram com o porto de Nossa Senhora do Desterro uma relação de centro-periferia, abastecendo a população local e exportando os excedentes.

A liberdade dada por parte do poder central da colônia na administração dos excedentes, que já se iniciara aos finais do século XVIII, além de deixar transparecer a pouca importância dada à economia local, exerceria papel determinante na conformação do litoral sul do Brasil, com uma posição destacada para o comércio de alimentos. A cidade do Rio de Janeiro era, nesta época, a maior importadora dos produtos do litoral sul, porém a abrangência dessa rota comercial chegava ao litoral norte brasileiro e, ao sul, a Montevideu e Buenos Aires (MAMIGONIAN apud CAMPOS, 1991).

A importância dessa produção e do comércio se manifesta no relato do governador da Capitania de Santa Catarina, tenente-coronel João Alberto Ribeiro, no final do século XVIII:

“En 1796 la población de la capital era de 3.757 habitantes de los cuales 2.652 blancos, 110 forros, y 99 esclavos, más 1.027 militares. Había 18 tiendas de telas, con productos variados desde el hilo del algodón hasta botones de oro y plata, lienzos blancos de lino y algodón, lienzos de tabaco, lanas blancas y de colores, calcetines de lino y seda, mantas de tela etc. 43 tabernas vendían los alimentos, y sus mercancías eran aceite, aguardiente, algodón, mantequilla, pasas de uva, vino, té etc. El puerto este año recibió 116 navíos, venidos del “Rio de Janeiro”, “Bahia”, “São Sebastião”, “Pernambuco”, “Goitacazes”, “Parati”, “Ilha Grande”, “Paranagua”, “São Francisco”, “Laguna”, “Rio Grande”, “Santos” y “Biscaia”. Los artesanos que atendían a la población eran: ocho sastres, diecinueve zapateros, cuatro peluqueros, cuatro herreros, dos carpinteros, y uno de cada de las siguientes profesiones: cerrajero, hacedor de embudos, pintor. Encontraban aun dos tiendas de productos para la agricultura y ganadería, dos curtidores, y dos boticas. La exportación era variada: harina de mandioca, arroz, maíz, frijoles, miel, aguardiente, melaza, azúcar, grasa de ballena, madera, pez seco, aceite de pez, cebollas, cuero, cal, tejas, ladrillos etc” (PELUSO JUNIOR, 1991).

A diversificada divisão social do trabalho, estabelecendo muitos profissionais na ilha, evidenciava que a intenção portuguesa e depois brasileira, era o desenvolvimento de Nossa Senhora do Desterro para ocupar um espaço destacado na estratégia política e comercial no meio caminho entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, as duas mais importantes cidades da América do Sul de então.

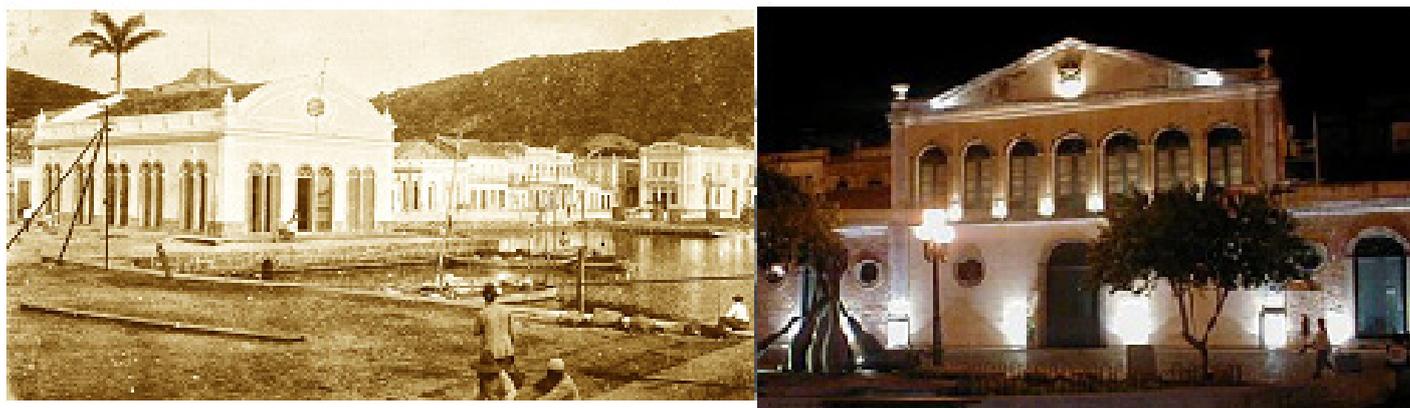


Figura 21. Primeiro edifício do Mercado a esquerda. A direita alfandega.
Fonte: Arquivo Municipal de Florianópolis.



Figura 22. A esquerda ruas e becos adjacentes. A direita a praça
Fonte IHGSC.

Na segunda metade do século XIX, a praça (FIG. 22 dir.), as 47 ruas e 8 becos adjacentes davam forma a uma trama urbana dentro de um conceito que contemplava espaços de circulação, de comunicação e de trocas, destacando os espaços não edificados no meio construído da cidade. A análise dessa trama indica que o processo de formação da cidade de Nossa Senhora do Desterro teve, nessa praça e no porto, o seu elemento de “origem”.

A cidade que ia se consolidando caminhava em três vetores até o início do século XX. O vetor mais forte, que segue em direção oeste, é formado por três vias principais paralelas ao mar: a primeira (atual Felipe Schmidt), fruto da conexão entre o largo original e a fonte d’água; a segunda, intermediária; e a terceira, junto à orla da baía sul. O segundo vetor aponta para o norte da praça e tem a destacar a via que liga a baía sul à baía norte (atual Rua Esteves Junior). O terceiro vetor, paralelo ao mar, em direção leste, a caminho do Hospital de Caridade (Figura 23 esq.). Tal conformação urbana fazia a cidade ter o sentido norte-sul, o que foi alterado na segunda década do século XX, quando a cidade passou a circular no sentido Leste-Oeste, com a inauguração da Ponte Hercílio Luz.



Figura 23. A esq. Hospital de Caridade. A dir. Centro de Florianópolis antes da Ponte Hercílio Luz, destaque para o porto, ao lado esquerdo. Ao centro da foto, a Rua Esteves Junior ligando a baía norte à baía sul.

Fonte: Acervo do Arquivo Municipal de Florianópolis.

A morfologia das edificações inicialmente primitiva e de má qualidade construtiva foi adotando, aos poucos, técnicas edificatórias mais avançadas e ganhando formas influenciadas pelas grandes metrópoles de então.

Assim, o século XIX terminou com as ruas do centro histórico tendo uso comercial e residencial. A tipologia de rua de fachada contínua, formando um corredor, é consequência não só dos costumes da época, mas também da rigorosidade das administrações locais. Os limites entre o espaço público e o privado coincidiam com o plano da fachada, sem nenhuma transição.

Os 14 mil habitantes da cidade entraram no século XX com algumas melhorias de serviço público. A coleta de lixo, iniciada em 1884; o forno incinerador, em 1916; a primeira rede de abastecimento de água, 1910; e a implantação da rede de esgotos, em 1916, dariam início à reforma sanitária promovida pelo governo de Gustavo Richard. O alargamento de ruas e praças, culminando com a inauguração da Ponte Hercílio Luz (1920), complementaram a reforma urbana, preparando a entrada na Modernidade da já cidade de Florianópolis.

A mudança do nome da cidade de Nossa Senhora do Desterro, ou simplesmente Desterro, para Florianópolis se deu em consequência da já citada insurgência derrotada contra o governo central de Floriano Peixoto. Durante meio ano, a cidade do Desterro foi sede de uma república independente, formada por revolucionários federalistas dos três Estados do Sul, unidos aos também rebelados militares da Marinha do Brasil. Após o fracasso da revolta, o nome da cidade foi trocado como forma de castigo-homenagem ao vencedor, encerrando este episódio.

As transformações de uso que sofre a arquitetura, como meio ambiente construído através dos processos de requalificação urbana, e a consequente preservação deste patrimônio edificado metamorfoseiam os espaços públicos. Com ela, alteram também os complexos laços espaciais e sociais, que reuniram populações em seu entorno ao longo dos anos. Laços, estes, responsáveis pela construção da memória coletiva dos diversos grupos urbanos que compõem uma sociedade. É a sensação de pertencimento a um lugar ou grupo social que acompanha as pessoas, quase como uma sombra, ou seja, a memória coletiva.

O edifício do Mercado Público, anexo ao Centro Histórico de Florianópolis, faz parte da história pública da cidade, estando presente em seus principais momentos metamórficos. Esta edificação, conhecida pela população nativa apenas como “o mercado”, somada à carga de significação que traz consigo, faz parte do imaginário local desde o primeiro dia.



A escala de suas formas em contraste com o entorno arquitetônico impacta o visitante. Sua localização estratégica domina toda a paisagem. A expectativa de sua implantação e uso, proposto como locomotora do progresso que se avizinhava, despertou um sentimento de tal magnitude que, desde sua concepção, o consolida como ícone urbano.

“Entenda-se por ícone construção de impacto, seja por sua localização estratégica, visibilidade, escala, forma, aparência, monumentalidade ou uso. Ícone é aquela construção que, desde a sua concepção, vem causar alguma expectativa em relação à sua implantação” (HAZAN, 2008).

O processo de preservação arquitetônica tradicional que atualizou este espaço, muitas vezes, não contemplou a memória coletiva presente na população. Segundo Dolores Hayden, a “memória do lugar” vai ser, de fato, a chave para o poder dos lugares históricos, na ajuda aos cidadãos para definir o seu passado comum.

O comércio, como visto, é o principal agente impulsionador desta cidade insular, que teve, como elemento gerador, um posto avançado de defesa da costa sul do Brasil.

A fundação da cidade de Florianópolis, ilha de Santa Catarina, capital do Estado de mesmo nome, ao Sul do Brasil, é atribuída ao bandeirante vicentista Francisco Dias Velho, em data envolta em polêmica, já que não coincide com a data gravada em um cruzeiro de pedra, no local da construção da primeira capela: 1651, e a historiografia oficial adotou 1673 (PAULI, 1978).

O local escolhido para a fundação deste povoado é o centro da costa oeste, onde ilha e continente são separados por um canal de apenas 500m, formando duas baías, ao sul e ao norte. Assim, temos em meados do século XVII a ocupação oficial da ilha de Santa Catarina, dentro do princípio comum da ocupação insular portuguesa: uma capela frente a um largo, ladeado das casas dos colonizadores, tudo junto à linha da costa. A baía sul foi escolhida por ser a mais abrigada. Póvoa de Santa Catarina, depois Nossa Senhora do Desterro e, em 1894, Florianópolis foram os nomes que acompanharam a evolução desse lugar através dos séculos.

A importância estratégica desta ilha na conquista portuguesa da costa sul do Brasil apresenta-se logo após sua fundação. O próprio Dias Velho, em janeiro de 1680, a mando do Governador Geral do Rio de Janeiro, Manuel Lobo, funda Sacramento, a primeira tentativa de se estabelecer uma colônia (1679/1681), no atual território do Uruguai, às margens do Rio da Prata, em frente à Buenos Aires. Este episódio marca o ponto mais avançado ao sul da colonização lusa na América.

Em 1687, a ilha de Santa Catarina é atacada por piratas, o povoado é destruído, sua reconstrução é lenta, e só retomará sua importância a partir do início do século XVIII. Esta retomada de importância vai além das características geoestratégicas da ilha, é também consequência da descoberta da costa sul atlântica pelas grandes companhias mercantis da época, como lembra Chang sobre a exploração mercantil da região (CHANG, 2009).

O porto do Rio de Janeiro era o principal parceiro do porto do Desterro, mas os produtos saídos daí chegavam mais longe, até Recife, no Norte, e Montevidéu, ao Sul (MAMIGONIAN apud CAMPOS, 1991). A importância desta movimentação mercantil é manifestada

no relato do governador da capitania, Tenente Coronel João Alberto Ribeiro, no final do século XVIII:

Em 1796 a população da ilha era de 3.757 habitantes dos quais 2.652 brancos, 110 alforriados e 99 escravos, mais 1027 militares. Havia 18 tendas de pano, com produtos variados desde fio de algodão até botões de ouro e prata, tecidos brancos de algodão e linho, tabaco, lã branca e colorida, meias de lã e seda, cobertores etc. 43 armazéns vendiam os alimentos, e suas mercadorias eram azeite, aguardente, algodão, manteiga, passas de uva, vinho, chá etc. O porto este ano recebeu 116 navios, provenientes do Rio de Janeiro, Salvador, São Sebastião, Pernambuco, Goitacazes, Ilha Grande, Paranaguá, Parati, São Francisco, Laguna, Rio Grande, Santos e Biscaya. Os artesãos que atendem a população local eram: oito alfaiates, dezenove sapateiros, quatro barbeiros, quatro ferreiros, dois carpinteiros e um de cada das seguintes profissões: serralheiro, linguiceiro, pintor. Encontrava-se ainda nas tendas para a agricultura e criação de gado dois curtidores e dois veterinários. A exportação era variada: farinha de mandioca, arroz, milho, feijões, mel, açúcar, óleo de baleia, madeira, peixe seco, carne de baleia, cebolas, couro, cal, telhas, tijolos etc. (PELUSO JUNIOR, 1991).

Esta diversificada divisão social do trabalho denuncia a intenção da administração colonial em projetar o porto do Desterro, dando destaque à importância geoestratégica da ilha, a meio caminho entre o Rio de Janeiro e Buenos Aires, as duas principais cidades do litoral sul da América. Este apoio à navegação gera um comércio de abastecimento de toda a região, que vai se somar às próprias necessidades do lugar. É neste contexto que se consolida um mercado informal junto à praia, em frente ao largo da igreja (Figura 24).



Figura 24. Esq, Mercado junto a praia. Dir Mercado de peixe.
Fonte: Instituto de História e Geografia de Santa Catarina.

A inauguração do mercado, a seis de janeiro de 1851, junto ao citado mercado informal, traz ao enclave uma nova etapa de desenvolvimento, que se complementará com melhorias no porto e a ampliação da malha urbana de seu entorno.

A agora vila de Nossa Senhora do Desterro entra no século XIX, com seu porto e mercado perfeitamente integrados ao intenso comércio costeiro atlântico sul da América. Esta integração vai fazer desse território um polo de atração sobre as correntes imigratórias. Durante o século XIX, o excedente populacional Europeu e as guerras no Oriente Médio vão provocar uma forte imigração rumo a América, em busca de melhores condições de



vida. Este fluxo de imigrantes se intensifica a partir de 1850, com a chegada à ilha de europeus não ibéricos (italianos, alemães e poloneses) e contingentes do oriente próximo. A esse respeito diz Darcy Ribeiro:

A terceira configuração histórico-cultural da região sul é constituída por brasileiros de origem alemã, italiana, polonesa, libanesa, japonesa e outras introduzidas como imigrantes do século passado, principalmente em suas últimas décadas (RIBEIRO, 1995).

O espaço urbano em questão sofrerá um impulso de desenvolvimento repentino, em função deste acréscimo de população. Do norte da Europa os imigrantes trazem as máquinas da Revolução Industrial, e os “turcos”, como eram chamados os Sírios e os Libaneses, revolucionam o comércio. Todos estes incentivos alteram as condições sociais da população, com o surgir de uma burguesia local concentradora de renda. Esta dinâmica exige um novo edifício para o Mercado Público que é inaugurado em 1899, quinhentos metros mais à oeste do edifício antigo, junto ao mar (Figura 25).



Figura 25. O atual Mercado Público de Florianópolis foi construído em duas etapas: a primeira, entre 1896 e 1899, contava apenas com uma ala. Posteriormente, em 1912, a obra foi complementada com rampas, galpões e uma cobertura que unia toda a extensão da face que ficava voltada para o mar. Somente, entre 1928 e 1931, é que foi construída a segunda ala, bem como as torres, as pontes que as interligam e o vão central.

Fonte: IHGSC

O século XX inaugura uma onda de desenvolvimento, com a população se heterogeneizando, aprofundando a divisão por classes, e um desejo geral de mudanças. A modernidade sustenta este desejo de mudança e a promessa da construção de uma ligação da ilha de Santa Catarina ao continente próximo materializa este desejo, como um visto de entrada de Florianópolis neste novo período. Hercílio Luz (29/05/1860 a 20/10/1924) executou essa obra no segundo de seus três mandatos (1918 a 1922) como governador. Executam-se uma série de obras, visando reformar e consolidar Florianópolis, como cidade voltada para o mundo e equiparada às cidades modernas. Mesmo que seja, nesse caso, uma “modernidade periférica” no dizer de Beatriz Sarlo (SARLO, 2010), conforme Silveira da Costa:

“Florianópolis não acompanhou a velocidade das reformas urbanas de cidades como o Rio de Janeiro, capital política e centro econômico do país, na época. Constituía-se, desta forma, uma modernidade distante e periférica” (SILVEIRA DA COSTA, 2007).

A formação urbana de Florianópolis se dá em torno de um rocio, a atual praça XV de novembro, com a Igreja e a burguesia local ocupando o setor norte dela, ficando os trabalhadores e a população menos privilegiada ao sul junto à praia. O mercado e o porto forçam a primeira expansão da malha urbana, com sua intensa movimentação. Essa primeira ocupação indicava um desenvolvimento da cidade no sentido do eixo norte-sul, sentido este já consolidado no início do século XX. Com a inauguração da ponte Hercílio Luz, a cidade sofre uma mudança no fluxo de pessoas, veículos e mercadorias que circulavam no sentido Norte-Sul, e agora passam a circular no sentido Leste-Oeste (Figura 26).

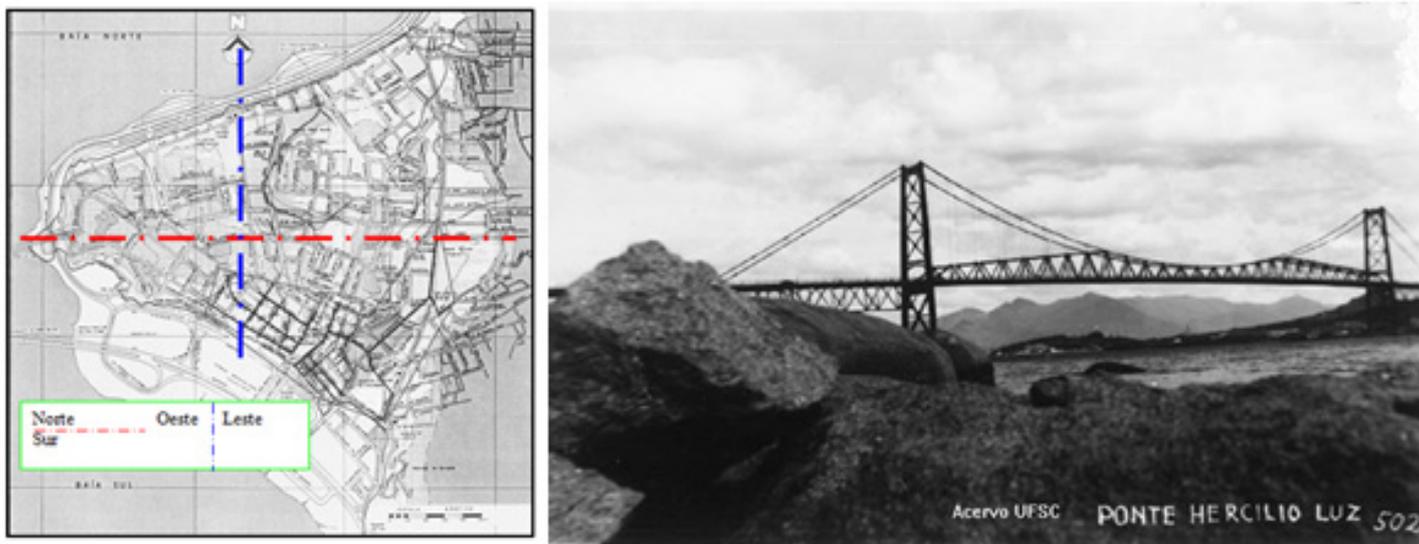


Figura 26. À esquerda, mudança de fluxos na cidade. À direita, ponte Hercílio Luz.

Fonte: do autor sobre ilustração de VEIGA (figura à esquerda), Acervo UFSC (figura à direita)

Esta alteração no sentido do funcionamento da cidade terá significativa importância na consolidação de sua socioespacialidade. Entre outras questões, traça-se uma fronteira imaginária, que separa os ricos e os pobres: ricos ao norte e pobres ao sul, acirrando, durante um bom período, a desintegração destes dois grupos. Negros recém libertos, ex-marinheiros, lavadeiras, população flutuante do porto, prostitutas e comerciantes formam esta população do sul da praça XV, que se apropria dos espaços públicos e seus edifícios – o mercado, a alfândega, a prefeitura (antiga Casa de Câmara e Cadeia) a estação marítima (o miramar) –, transformando as ruas paralelas ao porto em um espaço de comércio livre, comida barata, trabalho provisório, artesanato, consertos e um forte comércio atacadista comandado por imigrantes recentes. A população, que dá a cotidianidade deste lado, ocupa os cortiços e habitações unifamiliares, sobre os espaços de comércio, e aos poucos vai se formando a primeira favela (Mocotó), sobre as encostas do morro do Antão, na saída sul do centro histórico. A população elitizada do norte da praça expande-se e passa a habitar pequenos palacetes e chácaras, junto ao mar da baía norte. Esta população só transpunha a fronteira imaginária esporadicamente, as mulheres jamais. As compras no mercado eram feitas por empregados e transportadas nas muitas carroças de aluguel (Figura 27).



Figura 27. A população do sul da praça seus comércios e carroças de aluguel.
Fonte: Acervo UFSC.

A profunda divisão social, em função da endêmica má distribuição de renda do país, divide a cidade fisicamente entre ricos, ao norte, e pobres, ao sul. A primeira metade do século XX é marcada pelo que se chama, popularmente, de “duas mortes da cidade”: sendo, a primeira, consequência da oposição florianopolitana à Revolução Federalista de 1894, o que levou ao fuzilamento parte da elite local, a nomeação de um interventor sanguinário (Moreira Cesar), além da mudança do nome da cidade (Cidade Florianópolis – Florianópolis) para homenagear Floriano Peixoto; e a segunda, a resistência ao golpe de Getúlio Vargas (as tropas getulistas não conseguem penetrar na ilha, que resiste sitiada). O preço desta rebeldia é o isolamento físico da ilha, o que leva a uma grande estagnação, principalmente após o Estado-Novo.

10. Ilha de Santa Catarina ingresso na modernidade

A pretensão que se tem é apresentar a lenta evolução urbana da cidade de Florianópolis, seu ingresso na modernidade, marcado pela construção da ponte Hercílio Luz, e seu crescimento a partir daí.

A já citada ponte é um dos símbolos materiais deste crescimento, sua preponderância sobre a paisagem urbana criou uma referência no imaginário da população de toda uma região. Crescimento este que vai resultar mais tarde no desprestígio deste símbolo, assunto para outra investigação.

“Quando a sociedade age sobre o espaço, ela não o faz sobre os objetos como realidade física, mas como realidade social, formas-conteúdo, isto é, objetos sociais já valorizados, aos quais ela (a sociedade) busca oferecer ou impor um novo valor. A ação se dá sobre objetos já agidos, isto é, portadores de ações concluídas, mas ainda presentes. Esses objetos da ação são desse modo, dotados de uma presença humana e por ela qualificados” (SANTOS, 2006, p. 71).



Analisando o processo de formação da cidade de Florianópolis, antiga Vila de Nossa Senhora do Desterro, podemos dizer que sua origem, ou elemento gerador, é seu porto marítimo. A estruturação urbana junto ao porto se complementa com a consolidação da malha ao seu redor. Na segunda metade do século XIX, a vila tinha, além de seu movimentado porto e mercado, um centro histórico limitado. A praça mais 47 ruas adjacentes, com oito becos a elas conectados, conformavam os espaços de circulação, de comunicação e de trocas, caracterizando um meio não edificado. Esta malha se implanta a partir de 1673 de forma paralela ao mar, a oeste da praça, entre o mercado e o porto. As primeiras construções eram improvisadas, sua morfologia primitiva é de má qualidade construtiva, sendo que a estruturação urbana respeitava as condições da Provisão Real de 1747. Aos poucos, técnicas construtivas mais avançadas, com formas que buscavam certa sofisticação, vão ganhando espaço por influência das grandes metrópoles de então. O crescimento do comércio provocará uma grande metamorfose na paisagem urbana da metade do século XIX até metade do século XX, como consequência direta da influência sobre o enclave do que Ribeiro (1995) chama de imigração tardia, ou seja, o grande número de imigrantes europeus não ibéricos, chegados durante todo o século XIX.

A ampliação das atividades mercantis faz com que ao fim deste século pelo menos três ruas do centro histórico já tenham uso misto, comercial e residencial. A tipologia é a de rua de fachada contínua formando um corredor, consequência não só dos costumes da época, mas também da rigorosidade das administrações locais. O limite entre o público e o privado coincide com o plano da fachada, sem nenhum espaço de transição.

A insurgência contra o governo central republicano de Floriano Peixoto encerra um ciclo e marcará para sempre a cidade, não só por sua mudança de nome de Nossa Senhora do Desterro, ou simplesmente Desterro, para Florianópolis, mas também pela consolidação da índole conservadora de sua gente e sua tendência ao isolamento a partir de então.

O século XX inicia com uma promessa de transformação por parte dos novos governantes, que têm na figura de Hercílio Luz sua principal liderança. A modernidade sustenta este desejo de mudança e a promessa da construção de uma ligação da Ilha de Santa Catarina ao continente é como um visto de entrada de Florianópolis neste novo período. Como nos lembra Habermas (2002),

“a modernidade não pode e não quer tomar dos modelos de outra época os seus critérios de orientação, ela tem que extrair de si mesma a sua normatividade”.

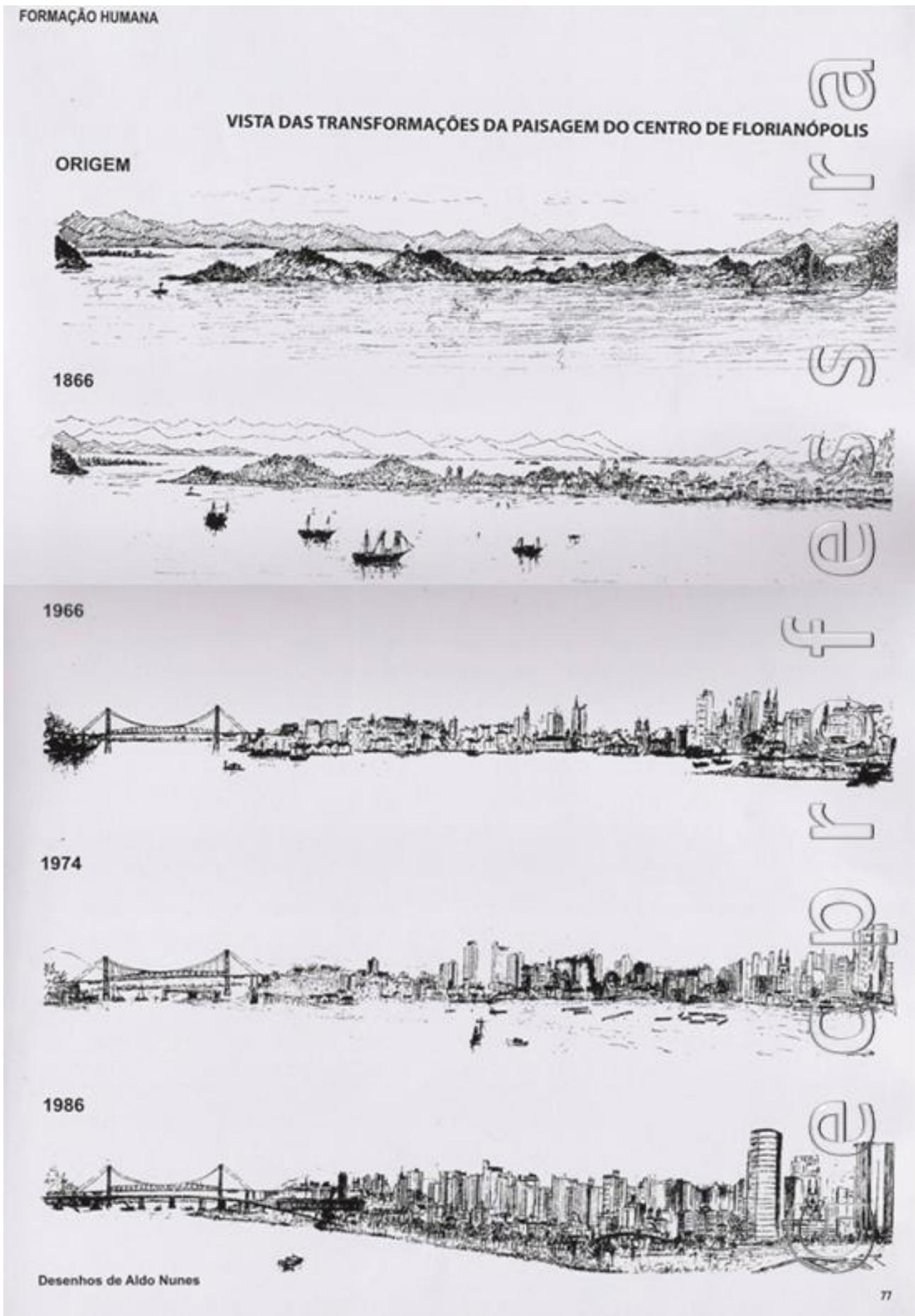


Figura 28. Evolução urbana de Florianópolis
Fonte: Floripendio (2012)

Hercílio Luz (1860 - 1924) executou esta obra no segundo de seus três mandatos como governador, entre 1918 e 1922. Foi um governante preocupado com a integração de todas as regiões da Província, depois Estado de Santa Catarina. É esta preocupação quase obsessiva que o leva à construção da ponte, chegando, em determinado momento, a propor a mudança da capital caso não obtivesse os recursos necessários.

Em busca destes recursos, executam-se uma série de obras visando reformar e consolidar Florianópolis como cidade voltada para o mundo e equiparada às cidades modernas. Porém, como já dito, Florianópolis não acompanhou a velocidade das reformas urbanas de cidades como o Rio de Janeiro, capital política e centro econômico do país, na época. Constituiu-se, desta forma, uma modernidade distante e periférica.

A reforma urbana de Hercílio avança em várias frentes: a abertura da Avenida do Saneamento, hoje Avenida Hercílio Luz, financiada pela internacional Fundação Rockefeller, a canalização do Rio da Bulha, um córrego lento, quase plano, encarregado de transportar todos os dejetos da parte mais pobre da cidade para o mar; o encaminhamento da construção da ponte Ilha/Continente; a aquisição da Fazenda Ressacada, permitindo a construção do Aeroporto Hercílio Luz; a reformulação da iluminação elétrica da cidade; as obras de reforma na Catedral e no Palácio do Governo; o alargamento de ruas através do novo sistema viário urbano, idealizado por Adolfo Konder em 1920, que propunha um anel envolvendo a cidade, ladeando o mar e o morro do Antão com ruas largas e avenidas. Porém, a mais arrojada obra, uma ferrovia cruzando Santa Catarina de leste a oeste a partir do porto de Florianópolis não foi realizada.

Estas obras vão somar-se à reforma sanitária iniciada em 1884 pelo governador Gustavo Richard, antecessor de Hercílio Luz, com a coleta de lixo continuada, a construção da primeira rede de abastecimento de água, inaugurada em 1910, e a implantação da rede de esgotos e construção do forno incinerador de lixo, ambas em 1916.

Os 14.000 florianopolitanos de então passam a desfrutar dessas melhorias, que têm como ápice a inauguração da ponte, cujo contrato de construção é assinado em 27 de setembro de 1920.

A ponte pênsil conectando a Ilha de Santa Catarina ao continente é, sem sombra de dúvida, a maior obra pública realizada no Estado de Santa Catarina durante a primeira metade do século XX. Além de impressionar por seu arrojado e beleza, a mesma colocou a cidade entre as poucas do mundo a contar com um equipamento de última tecnologia à época.

Os trâmites para tal realização iniciam com a tomada de empréstimo internacional junto ao grupo financeiro norte-americano *Imbrie & Co*, no valor de 5 milhões de dólares. A falência deste agente poucos anos depois, além de atrasar o início das obras, forçou uma renovação do crédito junto a *Halsey Stuart & Co*, com 5 mil títulos de mil dólares cada, colocados no mercado pela *Trust Equitable Company of New York* contra o Estado de Santa Catarina, com prazo de 30 anos.



Figura 29. Ponte Hercílio Luz em construção (1924)
Fonte: Bündgens (2014).

A construtora *Bymington & Sundstrom*, dos Estados Unidos, inicia as obras da Ponte Hercílio Luz em 21 de novembro de 1922 (Figura 29), com a responsabilidade de executar os projetos dos engenheiros norte-americanos David B. Steinmar e Holton D. Robinson. A fiscalização brasileira ficou a cargo de uma comissão integrada pelo engenheiro Paulo de Frontin, entre outros.

Em 13 de maio de 1926, a obra estava pronta, com um ano de atraso. Hercílio Luz, falecido em 1924, foi substituído por Pereira de Oliveira até março de 1926, quando assume Bulcão Viana, finalmente o governante que inauguraria a ponte (Figura 30), a qual nasceu com características de ícone urbano dominante na paisagem.



Figura 30. Ponte Hercílio Luz (Anos 40)
Fonte: Hayashi e Barth (2015).

A construção conhecida pelos florianopolitanos como *a ponte*, e sua carga de significação, fazem parte do imaginário local desde o primeiro dia. A escala monumental de suas formas impacta o visitante, mesmo atualmente. A sua localização estratégica domina toda a paisagem, como podemos perceber na Figura 30. A expectativa de sua implantação e uso, proposto como locomotora do progresso que se avizinhava, despertou um sentimento de tal magnitude que, desde sua concepção, a consolida como ícone urbano.

Mesmo nascida com objetivos políticos e de desenvolvimento estratégico, incorporou-se como símbolo da sociedade local atribuindo vitalidade ao espaço urbano. Destacada por sua verticalidade, isolada de outros elementos, a evolução da cidade com a construção de outros edifícios só consolidou sua posição, sendo que, ao longo dos anos, nenhuma outra construção foi capaz de capturar a atenção da população. Este objeto, até o final do século XX, foi reconhecido como o verdadeiro ícone da cidade.

Entenda-se por ícone construção de impacto, seja por sua localização estratégica, visibilidade, escala, forma, aparência, monumentalidade ou uso. Ícone é aquela construção que, desde a sua concepção, vem causar alguma expectativa em relação à sua implantação (HAZAN, 2008).

Embora seja um ícone surgido na modernidade, lembra os edifícios da antiguidade clássica sob o aspecto de catalisador auxiliar no processo de desenvolvimento da cidade. O olhar dos habitantes sobre seu ambiente traduz suas experiências e é a partir de um referencial concreto que a totalidade simbólica da ponte Hercílio Luz construiu sua identidade. Com esta mesma identidade adquire status de ícone urbano. Sua rápida incorporação à paisagem fez com que, mesmo sendo construída sem esta intenção, a cidade se desenvolvesse à sua volta mantendo-se em destaque e assumindo a posição de mito representativo da cidade, pelo menos até meados do século XX. A partir deste período, as transformações urbanas e sociais vão ganhar velocidade, em descompasso com o até então lento e pouco relevante desenvolvimento ilhéu.



Figura 31. Ponte Hercílio Luz em Florianópolis (1940)
Fonte: Hayashi e Barth (2015).



CONCLUSÃO



11. Conclusão

Apresentamos evidências da participação evangelizadora da Igreja Católica em todo o processo de colonização do Brasil e em específico da Ilha de Santa Catarina.

Tentando sempre perseguir este objetivo, nossa primeira preocupação foi buscar marcas sobre o território desta presença investigando a origem de todo o patrimônio imobiliário pertencente a entidades religiosas na ilha de Santa Catarina.

Adotando como ponto de partida a frase “evangelizar para conquistar almas e urbanizar para conquistar território” somado à afirmação de que o patrimônio encontrado tem origem pública e foi destinada ao uso público durante o processo de colonização chegamos a conclusão que a influência desta instituição no processo de urbanização deste território é incontestável, mas também que este processo está sujeito a todo um sistema de acumulação que envolve a ação da Igreja Católica num primeiro momento em todas as colônias portuguesas e atualmente nos países “substitutos” destas colônias.

Nessa perspectiva, o processo de urbanização da ilha de Santa Catarina deve ser inserido dentro do contexto econômico mais geral que é o contexto da formação urbana e econômica do Brasil. O caminho percorrido por nós informa que a ação do agente em estudo se comporta de diferentes maneiras em todas as fases de suas relações com o poder político e econômico do Estado, encarnando essa diversidade no território através do processo de urbanização, já que os desdobramentos e transformações produzidas no território não são os mesmos na fase da Igreja ligada ao ciclo agrícola escravista e o na fase capitalista tipicamente de base industrial, e são igualmente diferentes na fase atual da economia urbana pós-moderna.

Voltando ao caminho percorrido, onde a quantidade de informações impostas pelo posicionamento da metodologia e a necessidade de aprofundar alguns conceitos e reflexões paralelas podem ter encoberto a essência da discussão, desenvolveremos uma síntese da análise.

Após analisar a relação histórico ideológica entre Igreja Católica e Estado Português, entramos na questão afirmando que não houve urbanização na ilha nos primeiros anos do Estado Colonial, quando Portugal utilizou este território apenas como apoio militarizado no litoral para proteger sua política de colonização, e baseado unicamente em uma economia de extração e exploração de bens de sobrevivência.

Passamos em seguida a estudar a participação de Portugal na disputa pelo domínio da costa sul atlântica meridional da América e percebendo que esta luta fazia parte de um constante conflito entre Portugueses e Espanhóis por questões fronteiriças, tanto na América como na península ibérica. Ressaltando sempre a presença da Igreja como associada e guardiã em todo este processo. Sua participação não se limita a ação evangelizadora atua também nas lutas de conquista e de urbanização.

Num segundo momento, com a criação das capitanias e o estabelecimento de uma agricultura regular, Portugal iniciou uma nova etapa de colonização, procurando uma relação mais favorável entre as suas intenções e as condições locais. Consequentemente, o Brasil torna-se uma retaguarda agrícola para o mercado europeu. Para este mercado



enviava produtos agrícolas de baixo preço e em troca, recebe produtos fabricados.

“A América torna-se parte integrante da economia reprodutiva europeia”
(FURTADO, 1959).

No entanto, essa troca comercial só poderia ser feita através do porto do “Rio de Janeiro”, que centralizava a produção de todas as capitanias. Os efeitos desse comércio centralizado em um único ponto do litoral, resultam para o Brasil na transferência para o exterior de todos os efeitos dinâmicos e benéficos sobre a economia dessa estrutura agrícola, ou seja: o aumento da oferta e da demanda junto a sua disseminação em diversos mercados e em um imenso território com aumento da taxa de urbanização. Podemos até afirmar que a relação centro-periferia que existia entre as diferentes capitanias e o Rio de Janeiro se estabelece entre o Rio de Janeiro e Portugal.

Assim, o Brasil se transforma em uma grande unidade agrícola dedicada à monocultura, impulsionada pelo trabalho escravo. Ganhos de capital de até cinquenta por cento ao ano segundo Reis Filho (1968) (da mesma forma que costuma acontecer hoje) atraem todo o capital disponível no mundo. A expectativa dos proprietários desses capitais e seus representantes, da mesma forma que os representantes da Coroa portuguesa, era apenas para os ganhos de capital. Isso faz com que sejam reconhecidos pela população local como “os portugueses no Brasil”, que por sua vez viam os enclaves urbanos do Brasil como nós com as formações urbanas europeias, das quais se sentiam representantes. Frequentavam esses enclaves esporadicamente, mantendo uma ou outra fazenda ali apenas com o objetivo de manter a coesão dos grupos locais, lembrando com essa presença o vínculo (dessa sociedade que se formava) com Portugal, fonte da cultura à qual eles pertenciam.

Nesse contexto, a presença da Igreja Católica no Brasil já estava consolidada, pois era parte integrante do Estado Português sob o Padroado Régio. Enquanto a novidade é a entrada desta instituição em atividades comerciais de forma independente, uma vez que sua condição de grande proprietário de terras e capital o permitia. Por outro lado, a importância da Igreja faz com que a liderança mercantil na colônia seja arrogante, e sob a proposta de “evangelizar para conquistar almas e urbanizar para conquistar territórios” instala uma rede urbana no Brasil com o único objetivo de apoiar as atividades agrícolas de exportação.

A forte demanda torna necessária a ampliação da fronteira agrícola e o aumento da importação de mão de obra africana, segundo maior negócio da Igreja Católica no Brasil, conforme depoimento do teólogo jesuíta Luis de Molina (ZERON, 2000). Essa expansão da fronteira agrícola levou à colonização da ilha de Santa Catarina pela Coroa Portuguesa com imigrantes açorianos em meados do século XVI.

Sob o aspecto administrativo civil/militar, a ocupação do sul do Brasil é de vital importância para os portugueses, tanto para garantir sua expansão territorial quanto para evitar uma possível invasão espanhola. Uma das medidas tomadas pelos portugueses foi, em 1738, a criação da “Capitania de Santa Catarina”, ligada diretamente à corte. Assim, a partir de 1737, contingentes militares foram transferidos para a ilha, como mostra José Nazareno de Campos (1991). Essa ação dá origem à formação local de uma burocracia administrativa, civil e militar. Em 1748, ocorreu a chegada de colonos das ilhas portuguesas dos Açores e da Madeira, que segundo Piazza (1983) “é a atividade colonizadora acrescentando cobertura ao propósito político, ou seja, a ocupação de territórios frontei-



riços desabitados com pessoas de origem lusitana a fim de evitar qualquer reivindicação territorial por parte da Espanha. Essa ocupação territorial com colonizadores/soldados está bem refletida na carta que o “Marquês de Pombal” envia em 1774, ao vice-rei do Brasil ao perceber a iminente invasão espanhola da ilha, o que de fato ocorreu em 1777.

“A conservação do A ilha de Santa Catarina é de suma importância, que V. Excelência. conhece perfeitamente, pois em tempos de paz defende a costa sul dos contrabandistas, por isso solicito a introdução ali de navios, armas e tropas do Rei, pois não seremos capazes de sustentar facilmente o território uma vez que nos falta a dita ilha” (BOITEUX, 1912).

Percebe-se, nessa carta, que o papel da ilha no contexto estratégico/territorial, integrado no projeto político da Coroa de Portugal, foi de fundamental importância.

Mas, o aumento da demanda e a acumulação de capital não implicam em nenhuma transformação qualitativa, nem em nenhuma mudança econômica ou política de natureza estrutural.

Assim, é preciso observar que as conjunturas desfavoráveis do mercado internacional iniciadas em meados do século XVII não levaram à desorganização do sistema agrícola mercantil do Brasil, mas à sua estagnação, a que se seguiu um declínio muito lento com a marcas desta estrutura até ao século XX.

O estudo do significado da Igreja como agente de transformação urbana, entre os diversos agentes sociais, e suas atividades em busca de lucro e poder, foi o objetivo deste trabalho, e é demonstrado por sua presença nos mais diversos setores da sociedade, a economia, não só como geradora do solo urbano, mas também na saúde, educação, comércio e sua mais recente abordagem do turismo, e os reflexos dessa participação no exercício do poder político e econômico.

Embora pela extensão e dispersão do material existente seja praticamente impossível uma catalogação completa considero que o material em estudo neste estudo ´é suficientemente significativo para poder estabelecer uma classificação sistemática dos conceitos tratados.

Mesmo assim, não é possível descrever todos os aspectos das transformações e influências do agente em estudo sem cair em lugares-comuns e repetições desnecessárias de tudo o que já foi dito. Vale lembrar, portanto, que a intensificação da presença do agente em estudo, nestes tempos associado a outros agentes, e o uso de seu poder político na vida urbana atual podem despertar na população local novas preocupações com a organização espacial da ilha atualmente Entendemos ainda que o poder público e as instituições representativas da sociedade devem acompanhar as tendências da Igreja Católica tentando influenciar a legislação vigente e os novos planos de expansão, pois ainda podemos afirmar que a legislação urbanística vigente e a ocupação espacial que se desenha para o futuro é fruto de um processo que tem neste agente um de seus grandes articuladores.

Por fim, embora a pesquisa realizada ao longo deste trabalho não tenha aprofundado o percurso analítico da produção do espaço, e da ação do Estado na mediação dos conflitos sociais e políticos entre os diversos agentes de transformação e seus desdobramen-



tos, acreditamos ter apresentado, além de uma percepção do antigo e do novo espaço do território, uma leitura da Igreja Católica ao longo de todos esses anos com um foco claro em sua atuação como agente de transformação urbana, revelando as contradições e a expressão urbana das estruturas políticas de dominação e as relações econômicas de apropriações e privilégios. Assim, esperamos ter demonstrado a participação desta na organização da vida urbana na ilha de Santa Catarina, desde a implantação dos primeiros enclaves e suas características, até a atual situação urbana que é produto da soma de sempre, das condições históricas precedentes e da atuação dos diversos agentes do processo de evolução urbana, que a política de urbanização do poder de Estado imprime a cada momento, situação, ou estrutura histórica, sempre em defesa de seus objetivos como principal agente do processo de urbanização. E, mesmo dizer que a Igreja Católica na evolução urbana do Brasil e mais especificamente da ilha de Santa Catarina, assume configurações específicas que não podem ser explicadas e absorvidas com o uso de modelos e conceitos constituídos para o estudo e análise do mesmo fenômeno em outros territórios.



REFERÊNCIAS

- ABREU, M. Da habitação ao habitat: A questão da habitação popular no Rio de Janeiro e sua evolução. **Revista do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Edição: n. 2, p. 57-78, 1986.
- ACRUCHE, H.F. Entre a lei e a prática: comercio de escravos soberania dos Estados Ibéricos no rio da prata colonial. **Revista Angelus Novus**, São Paulo, ano V, n.7, p.67-88,2015..
- ALBUQUERQUE, L. **Tratado de Tordesilhas e outros documentos**. Lisboa: Publicações Alfa.1989.
- ALTHUSSER, Louis. **Posições 2**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1978.
- AZEVEDO, Fernando de. **A cultura brasileira**. Brasília: UNB, 1963.
- BARRAGAN MUNÓZ, J.M. La ordenación del espacio litoral brasileño. **Anales de geografía de la Universidad Complutense**, Madrid, n.18 p89-114,1998.
- BARROS, Roque Spencer M. de. Vida Religiosa. In: HOLANDA, Sergio Buarque de (Org.). **História Geral da Civilização brasileira – Declínio e queda do império**. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1994, t. 2, vol. 6, p. 369-390.
- BAZIN, Germain. **L´architecture Religieuse Baroque au Brésil**. Paris: Libraire Plon, 1956.
- BOITEUX, José Arthur. **Dicionário Histórico e Geográfico do Estado de Santa Catarina-3º Vol**. Florianópolis: IOESC, 1940.
- BECKER, Dom João. **Carta Pastoral: O clero e sua missão moderna**. Florianópolis: Thyphographia Brazil.1912.
- BECKER, Dom João. O comunismo Russo e a civilização cristã. Unitas. **Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre**. Porto Alegre:n.9, mês 09, 1930.
- BECKER, Dom João. 23º Carta Pastoral – Sobreo novo Estado Unitas. **Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre**. Porto Alegre: n.11 mês 11, 1933.
- BECKER, Dom João. 25º Carta Pastoral. Unitas. **Revista da Província Eclesiástica de Porto Alegre**. Porto Alegre: mês 09, 1935.
- BERGER, Paulo (Org.). **Ilha de Santa Catarina - relatos de via jantes estrangeiros nos séculos XVIII e XIX**. Florianópolis: Ed, UFSC, 1979.
- BETTEL, L. (Org.) **História da América Latina**. São Paulo: EDUSP, 2004.
- BOORSTIN, Daniel J. **Os descobridores**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1989.
- BOXER, C.R. **A idade de ouro do Brasil - dores de crescimento de uma sociedade colonial**. São Paulo: Cia. Ed. Nacional, 1969.
- BUARQUE DE HOLANDA, S. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras. 1995.
- CABEZA DE VACCA, A.N. **Naufraágios e Comentários**. Porto Alegre: L&PM, 1999.
- CABRAL, O.R. **As defesas da ilha de Santa Catarina no Brasil Colônia**. Florianópolis: UFSC, 1976.
- CALVO, Carlos. **Colección completa de los tratados, convenciones, capitulaciones, armisticios, y otros actos diplomáticos de todos los estados de la América latina, comprendidos entre el golfo de Méjico y cabo de Hornos, desde el año de 1493 hasta nuestros días, precedidos de una memoria sobre el estado actual de la América, de cuadros estadísticos, de un diccionario diplomático, y de una noticia histórica sobre cada uno de los tratados mas importantes**. A. Durand, 1866.
- CAMPOS, Nazareno José. **Terras Comunais na ilha de Santa Catarina**. Florianópolis: FCC. 1991.
- CEBALLOS, Rodrigo. **Arribadas portuguesas: A participação luso-brasileira na constituição social de Buenos Aires (1580-1560)**. Universidade Federal Fluminense.2008, 346 folhas, Tese de Doutorado. Niterói, 2008.
- CHAUÍ, Marilena. **O que é ideologia?** São Paulo: Ed. Brasiliense, 1985.



- CUSTODIO, J. de A. Cordeiro. A arquitetura de defesa no Brasil colonial. **Revista Discursos Fotográficos**. Londrina, v.7, jan/jun, n.10, p.173- 194,2011.
- HAYDEN, Dolores. **Building Suburbia: Green Fields and Urban Growth, 1820-2000**. Connecticut: Vintage, 2004.
- DA SILVA, MARIA T.M. As cidades das Ilhas Atlânticas de origem Portuguesa e a Transferência de Modelos Urbanos do Continente Europeu. In: SHCCU, SEMINARIO DE HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. Lisboa, **Anais**, 1990.
- ESPINHA DA SILVEIRA, Luís Nuno. Espaço, Relações de Poder e Elites na Constituição do Estado Liberal. Portugal no Contexto Ibérico. In: LA EUROPA DEL SUR EN LA EPOCA LIBERAL, ESPAÑA, ITALIA Y PORTUGAL. Universidad de Cantabria, **Anais**, p.105-129, 1998.
- FUENTES, Carlos. **El Papa bueno y el Papa malo**. Jornal El País. Madrid: 10 septiembre. Opinión, p.3 .2000.
- FEUERBACH, Ludwig. **A essência do cristianismo**. São Paulo: Ed. Vozes. 2013.
- FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Saraiva, 2012.
- HERNANZ, Germán Rueda. **La desamortización en la Península Ibérica**. Marcial Pons, 1993.
- GOES FILHO, S.S. Fronteiras gaúchas diplomacia e poder. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Belo Horizonte, n.423, p.281 – 300. 2004.
- HABERMAS, J. **O Discurso Filosófico da Modernidade**. São Paulo: Martins Fontes, 2002.
- HAZAN, Vera Magiano. O papel dos ícones da contemporaneidade na revitalização dos grandes centros urbanos. **Revista Vitruvius/Arquitextos**. São Paulo: ano 4, n. 041.02, out. 2003. Disponível em <<http://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.041/645>>. Acesso em: 20 ago. 2015.
- HOONAERT, Eduardo. AZZI, Riolando. VAN DER GRUPP. Klaus. **História Geral da Igreja na América Latina: Tomo II (A Igreja no Brasil)**. Petrópolis: Vozes, 1979.
- JARILLO GOMEZ, J. J. El Estado Absoluto Como Primer Estadio Del Estado Moderno, Saberes. **Revista de Estudios Jurídicos, Económicos y Sociales**, Madri, v. 3, p. 18- 32, jun. 2005.
- JEANNERET-GRIS, C.E. **Planejamento urbano**. São Paulo. Perspectiva, 1984.
- MATOS SIQUEIRA, Gustavo Adriano de. Olivença. **Lisboa**: ed. Portugalia,1924.
- MARQUES, J. A influência das bulas papais na documentação medieval portuguesa. **Revista da Faculdade de Letras da Universidade do Porto**. Porto, n.13, p. 25-62, 1996.
- MARX, Karl; PAUL, Eden. **The eighteenth brumaire of Louis Bonaparte**. 1978.
- MARX, Murillo. Praça no Brasil- Gênese e Circuito. **Revista Urbanismo de Origem Portuguesa**. Lisboa n.1, p.3-7, 2000.
- MUNFORD, L. **A Cidade na História: suas origens, transformações e perspectivas**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- PAULI, Evaldo. **História da religião no Estado de Santa Catarina**. Florianópolis: IOESC, 1966.
- PAULI, Evaldo. **A fundação de Florianópolis**. Florianópolis: Edeme, 1978.
- PELUSO JUNIOR, Victor Antônio. **A criação da Capitania da Ilha de Santa Catarina**. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina**, Florianópolis, p. 107-123, jul./dez. 1944.
- PIZARRO GOMEZ, F. J. (coord.) **Paisajes Urbanos de Extremadura 2**. Mérida: Junta de Extremadura.2005.
- PORTUGAL WEB. **Santa Catarina**. Disponível em: http://www.portugalweb.net/portugalnomundo/america/scatarina/historicamente_a_ilha_de_santa_c.htm. Acesso em: 16 março 2022
- RANGEL, José Correia. TONERA, Roberto, MENDONÇA DE OLIVEIRA (organizadores.). **As Defesas da Ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro em 1786**. Florianópolis: Ed.UFSC, 2015.



- REIS FILHO, Nestor Goulart. **Evolução Urbana do Brasil**. Sao Paulo: USP. 1968.
- RIBEIRO, Darcy. **O Povo Brasileiro: A Formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Cia das Letras, 1995.
- RIBEIRO, Orlando. Opúsculos Geográficos. **Revista Temas Urbanos da Fundação Ca-louste Gulbenkian**, Lisboa: v.5, p. 113-127, fev. 1994.
- RUBERT Arlindo. **Historia de la Iglesia en Brasil**. Madrid. Ed. Mapfre. 1992
- RUIZ, J.M; RUIZ, J.P; BILBAO, F.S. **Estado y Territorio en España, 1820-1930: La formación del paisaje nacional**. Madri: Ed. Catarata, 2007.
- SALLES, Sandra Makowieck; LIMA, Débora da Rosa Rodrigues; MACHADO, Marcelo. **As Igrejas e Capelas de Florianópolis: séculos XVIII e XIX. Florianópolis: Centro de Artes, Universidade do Estado de Santa Catarina, 1994.**
- SALOMÃO, G. E. **História-Livro II**. São José dos Campos: Poliedro, 2006.
- SANTOS, Milton. **Por uma Geografia Nova**. São Paulo: Hucitec. 1978.
- SANTOS, M.; SOUZA, M.A. DE; SILVEIRA, M. L. **Território: globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec; 1998.
- SARLO, Beatriz. **Modernidade Periférica: Buenos Aires, 1920 e 1930**. São Paulo: Cosac Naify, 2010.
- SCARDUELLI, Paulo. **Índios viviam na costa catarinense há 910 anos**. Jornal Diário Catarinense, Florianópolis: 12 setembro 1999. Economia, p.2. 1999.
- SERPA, Elio Cantalício. **Igreja e Poder em Santa Catarina**. Florianópolis: UFSC. 1997.
- SERRAGLIO, J. (2004). **Os Engenhos do Sertão do Peri na ilha de Santa Catarina**. Tese Doutoral 2004. Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Florianópolis: 2004.
- SILVEIRA DA COSTA, Sandro. Transfigurações urbanas em Florianópolis (1880-1930). **Revista Agora**, Florianópolis: v. 1, n. 29, p. 26-33, jan./jun. 1999.
- SOUZA BASTOS, Maria M.G. As Grandes Navegações Portuguesas e a Conquista das Águas Profundas pelo Brasil. **Revista E&E**. São Paulo: Out./Dez. 2012, nº87 p.16-18.2012.
- SOUZA, LUCIENE P. Vila de Nossa Senhora da Vitoria: uma possível estratégia de defesa do território colonial. In: SHCCU- SEMINARIO E HISTÓRIA DA CIDADE E DO URBANISMO. **Anais**. Salvador:1990.
- SOUZA, M. L. **ABC do desenvolvimento urbano**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.
- STADEN, Hans. **Viagem ao Brasil**. São Paulo: Martin Claret, 2007.
- SOJA, Edward. **Geografias Pós-modernas: A Reafirmação do Espaço na Teoria Social Crítica**. Rio de Janeiro. Zahar. 1993.
- TAQUES, Pedro de Almeida Paes Leme. **Historia da Capitania de São Vicente**. Brasilia: Senado Federal, 2018.
- TONERA, R. ; OLIVEIRA, Mário Mendonça de. **As defesas de ilha de Santa Catarina e do Rio Grande de São Pedro**. 2. ed. Florianópolis: Editora UFSC, 2015. v. 1. 224p .
- VALECILLO TEODORO, M.A. **Olivenza en su história. Badajoz: edición del autor**. 1998
- VOLPATO DUTRA D. J. **A Estrutura do Pensamento da Teodiceia de Leibniz e a vingança da Ideologia contra o Pensamento Crítico**. UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.UFSC. Monografia de Mestrado. 2000. Florianópolis: 2000.

Ilha de Santa Catarina: 1730 a 1930. “Evangeli-
zar para conquistar al-
mas, Urbanizar para con-
quistar territórios”, é um
estudo que tem como ob-
jetivo demonstrar a rela-
ção entre a política de co-
lonização/evangelização
da Igreja Católica e seu pa-
pel na conquista da costa
sul atlântica meridional da
América, além da partici-
pação na divisão do solo e

na ocupação espacial da es-
tratégica ilha de “Santa Ca-
tarina”. É notável a influên-
cia no traçado urbano e na
construção de infraestru-
turas do território em estu-
do. A ocupação espacial e a
evolução urbana de uma ci-
dade, ou região, é elemento
fundamental para um diag-
nóstico sobre o seu desen-
volvimento econômico e
social.

ISBN: 978-65-86707-90-8

CD



9 786586 707908

